

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA  
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL  
MINTER-PUCRS/ FCR**

**LOURISMAR DA SILVA BARROSO**

**REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA:  
ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso  
e seu processo construtivo (1775-1783)**

**PORTO ALEGRE - RS**

**2015**

**LOURISMAR DA SILVA BARROSO**

**REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA: ocupação oeste da Capitania de  
Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado -  
MINTER – Mestrado interinstitucional e ao Programa de  
Pós-Graduação em História, área de concentração em  
história, na Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul (PUCRS) com requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em História.

**Orientador: Prof. Dr. Klaus Hilbert**

**Porto Alegre - RS**

**2015**

#### FICHA CATALOGRÁFICA

B277r

Barroso, Lourismar da Silva

Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783) / Lourismar da Silva Barroso. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

102f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Klaus Hilbert

1. Construção 2. Forte Príncipe da Beira 3. Negro 4. Militares 5. Trabalhadores  
I. Hilbert, Klaus II. Título.

CDU: 94(811.1)

CDD: 981.111

Bibliotecária Responsável: Ozelina Saldanha CRB11/947

## DEDICATÓRIA

A Deus pelas inúmeras vezes em que estive aflito, sempre o busquei em pensamento para que pudesse transmitir-me inspiração e no silêncio da minha alma procurava ouvir seus ensinamentos. Das várias vezes em que o meu corpo e minha mente se cansavam a ponto de travarem, sempre tive uma esperança que no final tudo sairia conforme o planejado. Ofereço agora a conclusão desse trabalho. Meus profundos e sinceros agradecimentos sinto-me lisonjeado pela tua presença em meu pensamento.

À minha esposa Edlene Alves de Castro pelo apoio, incentivo, compreensão, confiança e principalmente paciência em suportar-me nos mais variados momentos, mesmo naqueles em que não pude retribuir todo o seu amor e atenção. Acreditando em cada passo desta jornada, esforço incansável sem dúvida, contribuiu para a realização desta pesquisa. A você dedico meu amor e meu profundo agradecimento por ter me compreendido enquanto estive ausente.

À minha filha Lilith Helena que é o combustível para manter acesa a chama da minha sabedoria e da minha dedicação. Sei que fiquei ausente algumas vezes, mas foi preciso levar os estudos avante e à minha filha Cassiana que vê em mim a inspiração para vencer na vida e obter sucesso, perdoe-me pela falta de compreensão.

Ao meu maior exemplo de vida e admirável pai, Luiz Gonzaga Lopes Barroso, que não teve a oportunidade de sentar num banco de escola e aprendeu a ler e a escrever autodidaticamente. Incentivou a cada um dos filhos a seguirem com os estudos. Dizia meu pai que dinheiro não poderia nos deixar, mas o conhecimento ninguém tiraria de nós. E em todas as vezes que ia realizar um trabalho me dizia: ***“estude para ser alguém nessa vida, pois o tempo passa depressa”***. Pois é pai, ouvi seus conselhos e hoje estou aqui, graças ao seu desejo de querer ter orgulho de um filho dedicado.

A minha mãe guerreira, Raimunda da Silva Lima Barroso, que contribuiu e muito para a minha aprendizagem. Quantas vezes incentivou-me a leitura e quando ia para o trabalho levava-me junto com o propósito de colocar-me no reforço no período contrário das minhas aulas. Pela manhã estudava na escola Oswaldo Cruz e pela tarde como ouvinte na escola Nasceu Rabelo. Inúmeras aulas de reforço tive que fazer, pois durante a minha infância

sofria com problemas de dicção. Minha mãe não desistiu, realizou todos os esforços possíveis, me viu crescer e hoje com certeza tem orgulho deste filho.

À minha professora da primeira série Marli Lobato da Escola Nasceu Rabelo, que utilizava santinhos como prêmio para incentivar a leitura e me ensinou as primeiras letras do alfabeto. A minha professora Ester Brito da segunda série, que morreu aos 84 anos totalmente cega, mas com o prazer da missão cumprida. Deixou-me uma grande lição de vida, que Deus a tenha.

## AGRADECIMENTOS

Ao governo do Estado de Rondônia, Confúcio Aires Moura, pelo incentivo, confiança e por acreditar que sem valorização na educação não teremos uma melhoria no Brasil.

À Faculdade Católica de Rondônia- FCR, na pessoa do Prof. Dr. Fábio Rychecki Hecktheuer, que apresentou o projeto do Mestrado em História ao governo do Estado de Rondônia, formando assim a parceria que fez brotar novas sementes na educação. Esperamos que essas sementes se multipliquem.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS pela parceria feita com FCR e a todos os professores do curso de pós-graduação MINTER em História da PUCRS, pelo compartilhamento de conhecimentos durante as disciplinas.

Aos Tenentes Hermany Duarte da Costa (2012); Capitão Assis Vitório (2014) e Yves Rodrigues Dutra (2015), assim como a Sargento Guacira e ao Soldado Junior, do Comando de Fronteira Rondônia 6º Batalhão de Infantaria de Selva, PEF - Pelotão Especial de Fronteira localizado na cidade de Costa Marques. Pelo apoio logístico que deram para essa pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert com toda admiração e respeito, pela orientação. Dedicção, paciência e principalmente pela amizade e oportunidade de aprendizagem.

Aos professores do MINTER-PUC: Prof. Dr. Charles Monteiro - Prof. Dr. Cássio Albernaz – Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia Musa - Prof. Dr. Flávio Heinz - Dr. Klaus Hilbert - Prof. Dr. Luciano Abreu - Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina - Prof. Dr. Marçal Paredes - Prof. Dr<sup>a</sup> Nuncia Santoro (falecida em 05 de março 2014) - e Prof. Dr<sup>a</sup>. Taís Campelo, agradecido pelo apoio, incentivo, contribuição e inestimáveis ajudas com as fontes que nos foram fornecidas.

Aos meus colegas de turma: Ana Paula Pellegrino Gottardi; Anderson de Jesus dos Santos; Breno Azevedo Lima; Célio Leandro da Silva; Devanir Aparecido dos Santos; Francisco Clébio Pinheiro; Francisco Carlos Ferreira; José Carlos Vitachi; Josimar Batista dos Santos; Lucineide da Silva Teixeira; Roseli Aparecida Cavalcante; Siméia de Oliveira Vaz Silva; Solange Gonçalves da Fonseca; Walter Gustavo da Silva Lemos. Agradecido pela

amizade e oportunidade de aprendizagem coletiva.

A minha amiga e colega de mestrado Roseli Aparecida Cavalcante que nas horas mais difíceis esteve do meu lado dando aquele apoio moral e opinando com seus comentários positivos, sinta-se parte dessa conquista.

Ao meu amigo Marco Antônio Domingo Teixeira, por seu auxílio nessa jornada com opiniões e críticas construtivas, sendo o primeiro a acreditar que daria tudo certo.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.  
Meus sinceros agradecimentos.

“Esta obra foi construída para durar uma eternidade”.

(Manoel Rodrigues Ferreira)



## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo construtivo do Real Forte Príncipe da Beira, de 1775 a 1783, na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso com as terras espanholas na América colonial, como parte de um conjunto de fortificações como o Real Forte Príncipe da Beira e o Forte de Coimbra, assim como arraiais e vilas construídos pelos portugueses no início do século XVIII no centro oeste brasileiro. Procura ressaltar as causas que levaram os portugueses a tomar o território que estava em disputa, assim como a estrutura que foi montada para servi-los nesta empreitada. Para tanto, foram utilizadas como fontes primárias cartas do APMT (Arquivo Público de Mato Grosso), sendo documentos dos comandantes e funcionários da Coroa Real, que trabalharam na construção do Real Forte. Também foram utilizados relatos de viajantes e cronistas do século XIX. Procurou-se analisar a funcionalidade do forte em relação à segurança da fronteira e a exploração das riquezas naturais como o cacau e minerais como o ouro, assim como a mão de obra de índios e negros na construção do mesmo. O desempenho da função da fortaleza que com suas muralhas de pedras rústicas e impenetrável, desempenharam o papel de proteger e demarcar o território da colônia. As revoltas geradas no canteiro de obra, punições, castigos, pagamentos de salários e fuga.

Palavras-chave: Construção; Forte Príncipe da Beira; Negro; Militares; Trabalhadores.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the construction process of the Royal Fort Prince of Beira, 1775-1783, on the western border of Mato Grosso Captaincy with the Spanish lands in colonial America, as part of a set of fortifications as the Royal Fort Prince of border and the Forte de Coimbra, as well as stings and villages built by the Portuguese in the early eighteenth century in the Brazilian Midwest. He stresses the causes that led the Portuguese to take the territory that was in dispute, as well as the structure that was set up to serve them in this endeavor. So, were used as primary sources letters of APMT (Public File Mato Grosso), and documents of the commanders and staff of the Royal Crown, who worked on the construction of the Royal Fort. Also used were reports of travelers and chroniclers of the nineteenth century. We tried to analyze the functionality of the fort in relation to border security and the exploitation of natural resources such as cocoa and minerals like gold, as well as the labor of Indians and blacks in the same building. The performance of the fortress of the function with its walls of rough stones and impenetrable, played the role of protecting and demarcates the territory of the colony. The riots generated in the construction site, punishment, salary payments and escape.

Keywords: Construction; Fort Prince of Beira; Black; Military; Workers.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> - Itinerário de Pascoal Moreira Cabral .....	23
<b>Figura 02</b> - O Forte do Príncipe da Beira .....	24
<b>Figura 03</b> - Viagem de Manoel Félix de Lima.....	26
<b>Figura 04</b> – A Capitania de Mao Grosso.....	28
<b>Figura 05</b> – Carta geográfica da capitania de Mato Grosso.....	29
<b>Figura 06</b> – Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes.....	32
<b>Figura 07</b> – Ruína do Forte Nossa Senhora da Conceição 1760 – canal de escoamento de água.....	33
<b>Figura 08</b> – Relação das pessoas residentes na povoação de Balsemão – rio Madeira (1768).....	34
<b>Figura 09</b> - Forte de Bragança – rio Guaporé (1769).....	35
<b>Figura 10</b> - Real Forte Príncipe da Beira.....	52
<b>Figura 11</b> -Baluarte do Forte de Macapá.....	55
<b>Figura 12</b> - Baluarte do Real Príncipe.....	55
<b>Figura 13</b> - Guarita do Forte de Macapá.....	56
<b>Figura 14</b> - Guarita do Forte Real Forte Príncipe.....	56
<b>Figura 15</b> - Interior do Baluarte do Forte de Macapá.....	56
<b>Figura 16</b> – Interior do Baluarte do Príncipe da Beira.....	56
<b>Figura 17</b> - Canal de passagem em frente ao Forte Príncipe da Beira.....	57
<b>Figura 18</b> – Relação dos Praças militares que tomaram abono no Forte Príncipe da Beira por ordem da Real Junta.....	63
<b>Figura 19</b> - Relação dos Operários da obra Príncipe da Beira.....	79
<b>Figura 20</b> - Rondon no Forte Príncipe da Beira em 1930.....	87

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01</b> – Hierarquia das companhias de ordenanças.....	62
<b>TABELA 02</b> – Quantitativo de militares com patentes e funcionários paisanos do Forte.....	64
<b>TABELA 03</b> – Quantitativo de trabalhadores escravos no Forte Príncipe em 1776.....	64
<b>TABELA 04</b> – Pedreiros que se encontravam na pedreira lavrando pedras.....	73
<b>TABELA 05</b> – Aprendizes de pedreiros.....	73
<b>TABELA 06</b> – Patrões que emprestavam seus escravos para arrancarem pedras.....	74
<b>TABELA 07</b> – Quantitativo de trabalhadores escravos em 1780. Escravos de El Rey.....	75
<b>TABELA 08</b> – Quantitativo de trabalhadores escravos em 1780. Escravos de particulares.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS

**APER0** – Arquivo público do Estado de Rondônia

**APMT** – Arquivo Público de Mato Grosso

**APMN** – Arquivo Público do Museu Nacional do Rio de Janeiro

**EB** – Exército Brasileiro/ 1º Pelotão Especial de Fronteira – REAL Forte Príncipe da Beira.

## SUMÁRIO

**Lista de figuras**

**Lista de tabelas**

**Lista de abreviaturas**

**INTRODUÇÃO.....14**

4

### **CAPITULO I**

**1. O SISTEMA DE DEFESA IMPLANTADO PELOS PORTUGUESES DO LITORAL A AMAZONIA.....19**

1.1. Os portugueses no oeste da Capitania de Mato Grosso .....22

### **CAPITULO II**

**2. A PRESENÇA PORTUGUESA NO GUAPORÉ E NA CONSTRUÇÃO DO REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA.....37**

2.1. Em Nome da Cruz, do Ouro e dos Negócios.....42

2.2. Pombal e sua Relação com os Governos da Capitania de Mato Grosso.....48

2.3. Luiz de Albuquerque e a construção do Real Forte Príncipe da Beira.....52

### **CAPITULO III**

**3. O PROCESSO CONSTRUTIVO DO REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA E SUA MATÉRIA PRIMA .....61**

3.1. Pedra Canga (Laterita).....65

3.2. Pedra Cal .....68

3.3. Telhas .....69

### **CAPITULO IV**

<b>4. PROFISSÕES E CONSTRUTORES.....</b>	<b>70</b>
4.1. Doenças.....	80
4.2. Conflitos e Punições no Real Forte Príncipe da Beira.....	81
4.3. Abandono.....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>94</b>



## INTRODUÇÃO

O interesse pela história do Real Forte Príncipe da Beira vem desde os tempos de academia, quando houve um despertar sobre o seu processo construtivo, a forma como foi projetada e erguida durante o governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres<sup>1</sup>, quando segundo Boris Fausto, *na metade do século XVIII, Portugal ainda estava se refazendo da depressão enfrentava em 1770, causado pela crise do açúcar e queda da produção do ouro* (FAUSTO, 2001, p. 60), essa crise vai gerar limite de gastos. A história dessa construção nos instiga a compreensão que associado à experiência de 11 anos de pesquisa naquela região do Forte Príncipe, nos permitiu sintetizar esse estudo.

Construído na fronteira entre Portugal e Espanha na Capitania de Mato Grosso, os trabalhos no Real Forte Príncipe da Beira começaram em 19 de abril de 1775<sup>2</sup> quando o engenheiro da obra, Domingo Sambucete, resolveu fixar no local escolhido por Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a dois quilômetros acima de onde foi construído o destacamento de Nossa Senhora da Conceição/Bragança quando segundo Denise Maldini Meireles, *este foi engolido por uma enchente no rio Guaporé em 1771* (MEIRELES, 1989, p. 173). Composto segundo Ricardo Fontana, *uma dimensão de 970 metros de perímetros, com quatro baluartes, cada um equipado para receber 14 canhões, muralhas de 10 metros de altura, 16 residências para abrigar os militares que compunham sua guarda e um fosso interno que serviria de cisterna para abastecer sua população* (FONTANA, 2005, p.53). O outro fosso que ficaria na parte externa do forte, teria a função de isolar e evitar a invasão para o interior da fortaleza.

Com a decisão de ocupar a região do Guaporé, os portugueses não mediram esforços em levar para aquela terra distante a presença da coroa portuguesa como presença definidora de fronteira, onde estavam aptos a resguardar aquela fronteira, mesmo sabendo que enfrentaria como obstáculos os índios que resistissem ao avanço português e as moléstias tropicais.

---

<sup>1</sup> - *Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi o 4º governador da Província de Mato Grosso, nasceu em Ladário em 21 de outubro de 1739 e faleceu em 7 de julho de 1797. Foi militar e administrador colonial* (FELIX, 2013, p.74)

<sup>2</sup> Carta relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Forte Príncipe da Beira. REF. BR. APMT. RFP. RO. 0009 CAIXA Nº 001

Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi o 4º governador da Província de Mato Grosso, nasceu em Ladário em 21 de outubro de 1739 e faleceu em 7 de julho de 1797. Foi militar e administrador colonial



Tomamos como referência algumas bibliografias, dentre elas Emanuel Pontes Pinto (1992), Marco Antônio Domingos Teixeira (2004) e Denise Maldi Meireles (1989), assim como as crônicas de Joaquim Moutinho (1869) e João Severiano da Fonseca (1875-1878) produzida no século XIX, época do auge do funcionamento do Real Forte, que nos informam situações bastante discutidas sobre sua construção nos meios acadêmicos, assim como o abandono do Forte em questão. No entanto, nas bibliografias consultadas, notamos poucos estudos que mencionam o processo construtivo do Real Forte, desde seu alicerce a conclusão como ponto de vigilância da coroa portuguesa na América do sul e deixam de mencionar a convivência e a atuação dos militares, índios e negros que trabalharam em sua obra, atuando na consolidação da ocupação no oeste da Capitania de Mato Grosso.

Pesquisas como a de Denise Maldi Meireles (1989) que abordou o papel do índio enquanto guardião da fronteira guaporeana no século XVIII; Marco Antônio Domingos Teixeira (2004) que fala sobre a questão negra alforriada no vale do Guaporé, uma mão de obra abandonada a sua própria sorte; Emanuel Pontes Pinto (1992) que colabora com questões relacionadas à conquista do oeste da Capitania de Mato Grosso, nos instiga a questionamentos quanto ao papel da construção da fortaleza e sua marca como domínio português. Suelme Evangelista Fernandes, com sua obra Forte do Príncipe da Beira e a fronteira Noroeste da América Portuguesa (2003); José Maria de Souza Nunes, Real Forte Príncipe da Beira (1985), também nos ajudaram a pensar no Forte Príncipe enquanto território ocupado pelos portugueses na fronteira oeste da colônia, instigando-nos a conhecer seu processo construtivo até sua efetiva desativação.

Dessa maneira, essa pesquisa aborda a ocupação da fronteira oeste da capitania de Mato Grosso mediante a construção do Real Forte Príncipe da Beira como parte do projeto expansionista erguida pelos portugueses na região do Guaporé, buscando entender o seguinte problema: Como se deu a construção do Real Forte Príncipe da Beira no período que vai de 1775 a 1783.

Comprendemos que a construção do Real Forte Príncipe foi projetada de forma intencional pela coroa portuguesa com a efetivação da ocupação de suas terras ao oeste da capitania de Mato Grosso. Procuramos responder o seguinte questionamento: Teria Portugal seguido um plano pré-estabelecido ou se adaptou conforme as características e circunstâncias que a fronteira e a situação de conflito com a Espanha ofereciam?

Outro ponto que abordamos neste estudo, é o processo de ocupação da capitania, compreender a defesa adotada pelos governos da capitania de Mato Grosso, a partir dos anseios da exploração do ouro pela coroa e os mecanismos gerados pela sua ocupação a partir da sua ligação com a corte. Para tanto nos espelhamos, dentre outros estudos sobre o Forte Príncipe, nas ideias de João José Planella (1976), em sua obra *“Aspectos da defesa do Brasil na primeira metade do século XVIII”*, que buscou estabelecer uma relação dos acontecimentos políticos e econômicos gerados na colônia a partir da penetração dos bandeirantes no interior de São Paulo, relatando as particularidades das regiões brasileiras. E ainda, nos estudos de José Maria de Souza Nunes (1986), *Real Forte Príncipe da Beira* que esboça uma pesquisa histórica sobre as fortificações no Brasil. Com a obra de Denise Maldi Meireles (1989) *“Os Guardiões da Fronteira”*, nos ajuda a entender *o papel dos habitantes índios e negros no Real Forte, executando o papel de soldados nos primeiros anos de sua construção* (MEIRELES, 1989, p.172). Estes ficou-se inseriam-se ou foram inseridos como novos súditos da coroa portuguesa na proteção do espaço, resguardando seus domínios desde a chegada dos portugueses no centro oeste da colônia, servindo de soldados para Portugal. Sabemos que essa relação não foi nada pacífica, havendo a possibilidade dos índios negociarem com os portugueses constantemente esses conflitos, pois havia muitas fugas tanto do lado Espanhol para o Português, como do Português para o lado Espanhol.

Por tanto, quando nos reportamos ao Forte Príncipe, a principal contribuição desses autores é de colaborar com informações para um entendimento da ocupação da fronteira oeste da capitania de Mato Grosso através de suas vilas e povoados, assim como os bandeirantes se apropriaram de uma região que já era povoada por diversas tribos, como as dos Mojos e Chiquitos.

A região do Guaporé, assim como toda a região amazônica, segundo Denise Maldi Meireles (1989) *na época da chegada dos bandeirantes, já possuía diversas tribos indígenas, dentre elas mojos e chiquitos, que estavam consolidadas com sua estrutura social, política e cultural* (MEIRELES, 1989, p.10). Dessa maneira, ao demarcar seus espaços vindos do litoral para a região interiorana da capitania de Mato Grosso, os portugueses vão consolidando sua conquista, se utilizando também dessa mão de obra nativa.

No entanto, no interior da capitania de Mato Grosso de dominação portuguesa, findando o século XVIII ainda havia as transações comerciais entre os portugueses com os índios, para conquistar a confiança desses grupos indígenas frente aos outros invasores,

poderia definir a posse do território seguido por seus interesses, que segundo Denise Maldini Meireles, *transformaria assim os índios em guardiões da fronteira* (MEIRELES, 1989, p. 166).

Os documentos que foram analisados para essa pesquisa encontram-se no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), assim como relatos de viajantes como o de Manoel Rodrigues Ferreira, o cronista Joaquim Ferreira Moutinho e militares como João Severiano da Fonseca que estiveram na região durante esse período; correspondências, diários, ofícios, cartas entre outros, utilizados como forma de manter a comunicação entre a colônia e a coroa no século XVIII e XIX.

Analisando os relatos do cronista Joaquim Ferreira Moutinho em um período que já havia a mudança do termo capitania para província, *Notícia sobre a província de Mato Grosso, seguida d'um roteiro da viagem da sua capital São Paulo*, nos remete a um período em que esteve na Província do Mato Grosso no século XIX. Esses relatos antecedem a guerra do Paraguai (1869). Para conhecer o governador responsável pela construção do Real Forte Príncipe da Beira recorreu a Gilberto Freyre (1978) que compilou fontes e escreveu uma obra sobre Dom Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, inclusive publicou seu diário de viagem a Capitania de Mato Grosso e João Severiano da Fonseca que traça um relato pós-guerra do Paraguai, 1875 a 1878, quanto à importância dessas fortalezas que irão resistir aos ataques dos espanhóis no século XVIII.

As cartas dos comandantes do Forte Príncipe a Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, então governador da Capitania Geral de Mato Grosso e desde a coroa portuguesa lhes informando tudo que se passava durante seu governo, as providências e suas atitudes a frente do cargo que ocupava. Esses documentos serão de suma importância para a conclusão dessa pesquisa, contendo informações como o modo de vida dos trabalhadores do Real Forte, sua convivência na obra de construção e profissão, os escravos usados como mão de obra e as sezões.

Essa pesquisa foi dividida em 4 capítulos, sendo que o primeiro traz uma abordagem referente ao sistema de defesa implantado pelos portugueses a começar do litoral vindo para o centro oeste da colônia portuguesa, com suas conquistas e domínio da região, e principalmente, na defesa e ocupação por eles na Capitania de Mato Grosso.

O segundo capítulo aborda a presença portuguesa no Guaporé e o processo de

construção do Real Forte dentro de uma política que foi seguida pelo marquês de Pombal para a implantação de um sistema voltado ao expansionismo e exploração de suas riquezas minerais e vegetais da Capitania de Mato Grosso. Destacamos a importância dos três primeiros governadores de Mato Grosso que consolidaram o território, com atenção ao quarto governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, assim como ao comércio que estava sendo realizado na região de fronteira.

O terceiro capítulo aborda o processo construtivo do Real Forte e a matéria prima para a construção da fortaleza, como a pedra canga que foi encontrada no terreno da própria obra; a pedra cal trazidas de Belém e da região de Albuquerque na Capitania de Mato Grosso; a madeira que foi reaproveitada do local quando se fez a limpeza do terreno e foram usadas como caibro de porta e vigas para o telhado; a telha, confeccionada em locais próximo do forte e o transporte que realizados pelas canoas que traziam esses materiais até o canteiro da obra. Também abordamos o trabalho do engenheiro Domingo Sambucete que riscou a planta e conduziu a obra até ser consumido pela malária.

O quarto capítulo menciona os trabalhadores que foram arrematados para a construção do Forte, assim como as revoltas, punições e castigos adotados pelos comandantes superiores. Abordam os conflitos entre trabalhadores e militares no forte, assim como entre eles próprios e o abandono que se encontrava o Real Forte durante a passagem do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon no século XX em suas andanças pelas selvas amazônicas, encontrando a fortaleza tomada pela floresta no ano de 1911. Já em 1929 com sua chegada ao forte, deram o início a limpeza do local e o exército dali por diante toma conta do monumento.

## CAPÍTULO I

### 1. O SISTEMA DE DEFESA IMPLANTADO PELOS PORTUGUESES DO LITORAL A AMAZÔNIA

Portugueses e espanhóis, quando estabeleceram seus primeiros núcleos de ocupação na América do Sul, depois de teoricamente ter delimitado suas respectivas áreas de posse pelo Tratado de Tordesilhas<sup>3</sup> em 1494, não tardaram suas expedições em áreas atualmente pertencentes ao Centro-Oeste brasileiro. Esta área de acordo com Ernani Silva Bruno, *chamada pelos portugueses de sertão já era habitada por inúmeros povos indígenas (BRUNO, 1967, p. 17)* que segundo Pedro Carlos Nogueira Felix, *seria os Guató, Caiapó Paiaguá, Guaikuru Parecis, Mura e outros.* (FELIX, 2013p19). Tal reconhecimento dessa ocupação se deu de fato, no início do século XVIII, muito embora não houvesse nesse período um processo de povoamento estável e duradouro na capitania de Mato Grosso.

Para que esse processo de colonização se firmasse e se intensificasse na colônia da América do sul, os portugueses tiveram que rever sua política mercantilista que foi utilizada na África e Ásia. O modelo de colonização a ser aplicado na América deveria vir com intuito de forçar a submissão dos nativos como súditos da coroa portuguesa.

Uma das práticas para o reconhecimento da expansão portuguesa rumo ao centro oeste da colônia na América do sul, foi o sistema de “entradas”, muito utilizada pelos colonos. Esse sistema diversificava-se consistindo ora em expedições de “resgate”<sup>4</sup>, entradas de missionários para a catequese do nativo ou em expedições exploratórias de determinados rio. Que de acordo com João José Planela foi definido como:

---

<sup>3</sup> Foi assinado em 1494 entre os governos de Portugal e Espanha. Esse acordo, mediado pelo papa dividiu o mundo em duas áreas de influência através de um meridiano situado a 370 léguas a oeste da ilha de cabo Verde. As terras a leste dessa linha ficaram sob a jurisdição dos portugueses, enquanto as do oeste ficaram sob a jurisdição espanhola. (FELIX. 2013. p. 17)

<sup>4</sup> - O conceito de resgate tem seu precedente no comércio português na África, já no século XV, sendo exercido no contato com os índios desde os primeiros anos da exploração da costa brasileira (THOMAS, 1931, p.48). Erigido ao longo do período colonial, o resgate referia-se basicamente à compra, pelos portugueses, de prisioneiros de guerra entre as nações indígenas, entre os quais se incluíam os chamados “índios presos à corda”, ou “índios de corda”, referência à corda que os Tupis atavam aos pés de seus prisioneiros destinados a serem “devorados”. Assim “resgatados” das mãos de seus captadores, esses índios deviam a vida a quem os comprava, e eram obrigados a pagar com trabalho por tempo determinado, de acordo com o preço de compra. (SOUSA, 2002, p.5).

Desta atividade resultaria um levantamento paulatino da região amazônica, traduzindo-se numa das mais ricas coleções cartográficas, aprimoradas a partir da primeira fixação das fronteiras pelo Tratado de Madri, mas que, mesmo antes dele já garantira aos portugueses a posse da região (PLANELA, 1976, p.119).

Para Regina Maria Gadelha a *posição geográfica que se encontrava a Amazônia, foi facilitada para a sua ocupação, e dessa forma, beneficiou a ocupação da hinterlândia brasileira pelos portugueses* (GADELHA, 2002, p.3). Essa posse teria sido iniciada no século XVI e consolidada no século XVIII.

É possível notar que com o avanço dos portugueses segundo Sérgio Buarque de Holanda, *em direção à fronteira oeste vindo pelo litoral, cobriu uma extensão do mundo desconhecido e inexplorado da colônia, sendo rápida e concretizada sem grandes contingentes humanos, resultou numa nova fronteira, aquela primeira, do núcleo do Presépio* (HOLANDA, 2010, p. 288), portanto aquela que se fixou próxima da linha de Tordesilhas, já não satisfazia e nem agradava mais os Portugueses, ficando sem sentido.

Nas considerações de Regina Maria Gadelha a respeito do território amazônico conquistado pelos portugueses infere que:

As medidas políticas adotadas pelos portugueses contrariavam a realidade geográfica, pois para o leste, e em toda a extensão norte-sul, o relevo e a hidrografia do continente beneficiavam a expansão portuguesa. [...] Essas bacias teriam sido responsáveis pela relativa facilidade com que se deu o deslocamento e integração dos homens ao espaço, e deste ao estado português. (GADELHA, 2001.p. 64)

De acordo com Gregório Gomes Filho, a posição geográfica da região amazônica requeria uma proteção por parte dos portugueses, que:

Dessa forma, a preocupação portuguesa em ocupar a região estava inserida, em um primeiro momento, no contexto da defesa do território. Ou seja, foram “razões de guerra” que motivaram os portugueses a investir empreendimentos como fortificações de defesa na região. Os portugueses se arriscavam nessa empreitada mesmo ainda não se conhecendo o potencial econômico da Amazônia. Tinham apenas a noção de que seu principal rio, o Amazonas era uma excepcional via de comunicação, penetração no território e de defesa contra os “invasores estrangeiros”. (GOMES FILHO, 2012, p.28).

Temendo pelo estado em que a Amazônia se encontrava em área predominantemente espanhola segundo o Tratado de Tordesilhas, os portugueses foram moldando a região dentro de um espaço onde essa soberania era duvidosa tendo em vista a união das Coroas Ibéricas.

Regina Maria Gadelha em seus estudos afirma que *o relevo e a hidrografia existentes do lado do território brasileiro contrastavam com a verdadeira fronteira representada pelos contrafortes da cordilheira andina, que corta os domínios meridionais da América espanhola* (GADELHA, 2002, p. 64). A formação natural e repressora dessa muralha foi um dos obstáculos à penetração dos espanhóis para a Amazônia.

No entendimento de João Renôr Ferreira de Carvalho Apud. GOMES FILHO, 2012, *essa defesa natural contra os “invasores” foi a principal força organizadora da estratégia de ocupação inicial da Amazônia* (GOMES FILHO, 2012, p.28). Enquanto que para Arthur Reis, *o início da conquista da Amazônia portuguesa, foi o primeiro passo para expulsar os invasores, a fim de mostrar força e impressionar aos povos indígenas da região* (REIS, 1982 p. 28).

É possível compreender que as fortificações criadas pelos portugueses, podem ser representadas como estrutura arquitetônica construída com fins militares para defesa de um território, podendo ser permanentes, construídas com materiais resistentes, como pedra e cal, geralmente a mando da coroa através de Ordem Régis e as provisórias edificadas no meio de um combate, adotando materiais de uso limitado da região, como madeira, palhas ou terra.

Edison Bisso Cruxen em seus estudos analisa que, *essa arquitetura militar em geral é caracterizada por um dualismo: cumpre funções e expressa valores O modelo Vaubam de arquitetura adotada nos fortes é definido em função de uma necessidade imediata e específica, uma necessidade prática de defesa e domínio territorial* (CRUXEN, 2011, p. 1). O simbolismo destas fortalezas será construído a posterior.

A ocupação do território tem o sentido de conquistar e dominar seus habitantes, implicando um aspecto econômico, político e cultural. Para Gregório Gomes Filho, *a ocupação no sentido de que o objetivo era prevalecer os interesses do conquistador a todo custo, sem se preocupar com populações que era escravizada, mortas, expulsas de suas terras ou aldeadas para servirem de argumentos político territorial* (GOMES FILHO, 2012, p.25).

Para Elcio Rogerio Secomandi, a fase de construção dos fortes e fortalezas no Brasil foram divididas em 3 etapas, *sendo que a terceira retrata as construções que foram concentradas na Bacia Amazônica no final do século XVII e todo o século XVIII.* (SECOMANDI, 2010, p.5).

### 1.1 A presença portuguesa no oeste da Capitania de Mato Grosso

Trataremos aqui da expansão do oeste da Capitania de Mato Grosso e seu território colonizado, defendido e explorado pelos portugueses com auxílio do Real Forte Príncipe da Beira (1775), como baluarte de proteção que garantirá aos portugueses a posse e o domínio na capitania de Mato Grosso.

Com a descoberta das minas de ouro no centro oeste da colônia portuguesa, segundo Ernani Silva Bruno:

resultou o afluxo dos povoadores que na primeira metade do século XVIII empreenderam a ocupação de algumas áreas da colônia. Notadamente essas zonas centrais da Capitania de Mato Grosso, em torno da povoação de Bom Jesus de Cuiabá e as de noroeste com os Arraias que se estabeleceram nas imediações de Vila Bela da Santíssima Trindade (BRUNO, 1967, p. 27).

A empresa colonial portuguesa foi, sem dúvida, a grande responsável pelo dilatamento geográfico dos domínios portugueses pelo interior do continente americano, que segundo Sérgio Buarque de Holanda:

A busca por fontes alternativas de recurso e o desenvolvimento da Vila de Piratininga impulsionou os colonos luso-paulistas, cada vez mais, para regiões mais distantes do litoral, configurando essa apropriação territorial como se fossem conquistas portuguesas, potencializando décadas mais tarde o estímulo à defesa militar dessa região. (HOLANDA, 2010, p. 336)

A coroa portuguesa instigava as ações dos bandeirantes paulistas que em busca de ouro e de prear índios chegaram até a região guaporeana. Para se estabelecer na região, os incentivos consistiam em doações de sesmarias, títulos e direitos a exploração dos meios naturais. Os recursos utilizados nas empreitadas chamadas de bandeiras no século XVIII provinham dos próprios bandeirantes. Sobre isso, Lylia da Silva Guedes Galetti informa que:

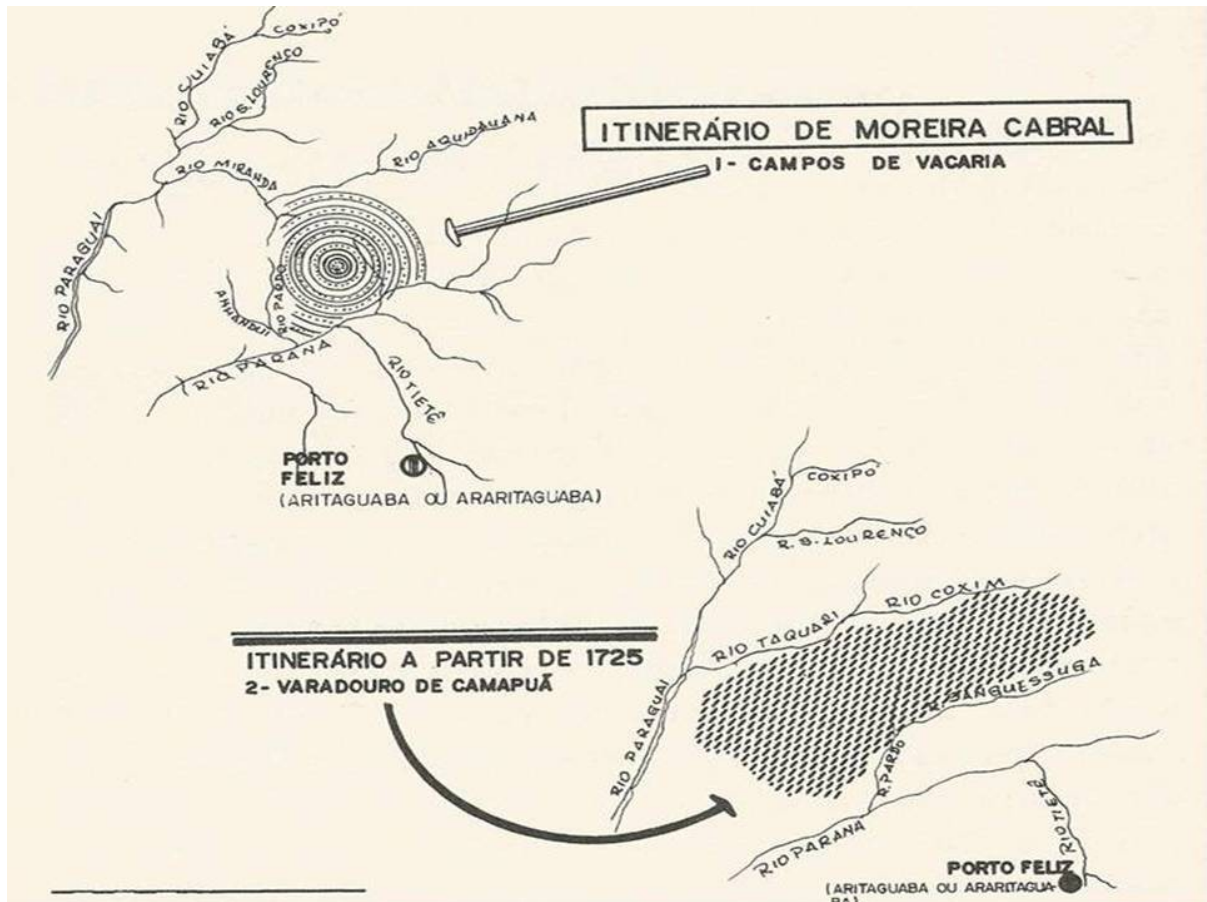
Portugal não incitou no século XVIII em oferecer incentivos oficiais a estas ações providenciais dos paulistas – já, então, renomados sertanistas, com uma extensa folha prestada à Coroa – com objetivo de ampliar suas posses a Oeste do meridiano de Tordesilhas e descobrir os tesouros minerais que se supunham ocultos nos remotos sertões dessa região. (GALETTI, 2012, p. 65)

Um desses sertanistas desbravadores do chamado centro oeste da colônia foi Pascoal



Moreira Cabral Leme<sup>5</sup> que escolhendo (Fig. 03) os itinerários Tietê, Paraná e Paraguai, passou a desbravar a região em busca de riquezas, que segundo Octayde Jorge da Silva:

Foi quem primeiro se estabeleceu em Cuiabá ou às margens do Aquidauana, em futuro território mato-grossense em 1719, à frente de uma bandeira e 56 “homens brancos” aos quais se juntaram índios e escravos, rumo em direção ao Coxipó-mirim, futuro Cuiabá e, logo, às margens, encontra ouro pelo chão e índios admirados com o precioso metal. (JORGE, 1982, p. 02)



**Figura 01 - Itinerário de Pascoal Moreira Cabral.**

Fonte: JORGE, Octayde da Silva. Um Estudo sobre a História de Mato Grosso - 1982 p. 14.

A exploração do ouro na Capitania de Mato Grosso teve importantes efeitos econômicos na Metrópole e na Colônia, provocando a primeira corrida imigratória para a colônia, que segundo Boris Fausto:

Durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente das mais variadas condições: pequenos proprietários, padres,

<sup>5</sup> Filho e neto de sertanista práticos dos itinerários do Tietê, Paraná e Paraguai, foi quem primeiro se estabeleceu em Miranda ou às margens do Aquidauana em futuro território mato-grossense. (JORGE, 1982, p.2)

comerciantes, prostitutas e aventureiros de todo tipo. (FAUSTO, 2001, p. 52)

Para a colônia portuguesa na América do sul, houve imigração de portugueses e bandeirantes para a Capitania de Mato Grosso, bem como para a fundação de duas vilas, a Vila de Cuiabá em 1722 e Vila Bela da Santíssima Trindade. Além disso, a coroa montou um aparato fiscal na Capitania que teve como posto de arrecadação de impostos e controle do ouro, o Registro do Jaurú 1772, (atual Pontes e Lacerda), e em Vila Maria 1778 (atual Cáceres) na Capitania do Mato Grosso.

Oferecendo vantagens para os colonos a fim de se favorecer a ocupação e exploração do oeste da capitania, a coroa concedeu diminuição do quinto, imposto sobre o ouro, sesmaria e se criou vilas, povoados e fortalezas. O Real Forte Príncipe da Beira (Fig. 04) foi criado com o propósito de evitar o contrabando do ouro, assegurar a vigilância dos rios que davam passagens para a Capitania de Mato Grosso, assim como, de intimidar as invasões por espanhóis naquela fronteira, como o que ocorreu anteriormente, no governo de Rolim de Moura, quando os espanhóis haviam construído a missão de Santa Rosa no lado direito do Guaporé, pertencente aos portugueses a partir do Tratado de Madri 1750.



**Figura 02 - O Real Forte Príncipe da Beira<sup>6</sup>.**  
**Fonte: BR RJ AHEX MIN/PATR P04 FOT IF 298**

---

<sup>6</sup> O Forte do Príncipe da Beira. Construído entre os anos de 1775 e 1783 pelo Capitão General Luís de Albuquerque no reinado de D. José Primeiro. BR RJ AHEX MIN/PATR P04 FOT IF 298

Protegendo e balizando a fronteira desde que foi empossado o primeiro governador da capitania de Mato Grosso, a coroa portuguesa procurou povoar a região com os índios que fugiam das antigas missões jesuítas espanhola tornando-os súditos do rei português. Esses índios eram desertores das missões e recebiam presentes para se manterem em Vila Maria e nos povoados criado pela coroa, sendo uma política que os portugueses já estavam acostumados, tudo para manter os índios próximos da fronteira para marcar a presença portuguesa.

Para ocupar o território que estava em disputa com a Espanha, os Portugueses a fim de garantir o domínio sobre as águas do Rio Guaporé criou segundo Vitor Hugo, por *Provisão de 1719, do Distrito de Pouso Alegre, no lado daquele mesmo rio. Em virtude da Provisão régia, aquele distrito passou a ser município com a denominação de Vila Bela da Santíssima Trindade* (HUGO, 1991, p. 82). Em Vila Bela da Santíssima Trindade na Capitania de Mato Grosso, onde também encontraram ouro em 1719 passando capital da Capitania de Mato Grosso em 1752, situada à margem direita do rio Guaporé, foi criada não só em função do ouro, mas para marcar a presença portuguesa naquela fronteira.

As monções que rumavam para Mato Grosso, segundo Emanuel Pontes Pinto, *saíam do Paraguai e entravam no Jauru, prosseguindo para chegarem aos povoados situados nas vertentes dos rios amazônicos, após o descobrimento do ouro na cabeceira do rio Guaporé* (PINTO, 1993, 19).

Outra monção chamada de rota das monções do Norte como pode-se observar (Fig. 05), que interligava Mato Grosso ao Grão-Pará foi estabelecida pelo aventureiro Manuel Félix de Lima, que de acordo com Emanuel Pontes Pinto, *em companhia de outros mineradores endividado e falido como ele, saíram das minas de São Francisco Xavier, em 1742, pelo rio Guaporé abaixo, contrariando as Ordens Régias de 1733<sup>7</sup> e 1737<sup>8</sup> que proibiam o tráfego pelos rios Guaporé, Madeira e Amazonas* (PINTO, 1993, 19). Com sua chegada a Belém, querendo receber a recompensa pelo seu feito, Félix de Lima foi preso e enviado para Lisboa pelo descumprimento das Ordens Régias. O caso dessa prisão foi pela desobediência, o que poderia despertar ainda mais o interesse dos espanhóis em reaver esse

---

<sup>7</sup> Um dos recursos para evitar esses desvios foi a determinação real, constante da lei de 27 de outubro de 1733, proibindo “que se abrissem novos caminhos ou picadas para quaisquer minas descobertas ou que para o futuro se descobrissem, á exceção dos permitidos”, isto é, pela rota entre Mato Grosso e São Paulo. (PINTO, 1993, p. 22)

<sup>8</sup> Carta Régia que impedia o tráfego fluvial pelos rios Guaporé e Madeira. (PINTO, 1993, p. 22)



Por tanto, esse território geográfico do oeste da Capitania de Mato Grosso é destacado como região promissora em minério de ouro, neste estudo, o oeste era a alternativa tomado pelos bandeirantes que se deslocavam do litoral para o interior da capitania e Emanuel Pontes Pinto infere que *as áreas existentes nesse percurso passaram a obter expressão quando integradas à composição social, política, econômica e administrativa do colonialismo português e se tornaram produtoras de matéria-prima para o mercado externo no século XVIII* (PINTO, 2003, p.46). Esse território fazia parte das intenções exploratórias dos portugueses em adquirir sua autonomia econômica ao colonialismo português, quando se tornou produtor de matéria prima para o mercado externo, irão explorar e garantir seu poder com dominância com a expansão de mercado que estavam incorporados pelo sistema de colônia.

Outro ponto importante para Caio Prado Junior, era intensificar a exploração do ouro na Capitania de Mato Grosso e supõe que:

a importância da mineração como atividade econômica no plano colonial deu-se por motivos diversos, mas foi intensificada após o declínio do comércio internacional do açúcar e pela dificuldade em obtenção da mão de obra africana, que já apresentava sinais de enfraquecimento desde meado do século XVII. (PRADO JUNIOR, 1994, p.56).

Aos encontrarem ouro na Capitania de Mato Grosso em 1719, os sertanistas vão deixando rastro de povoamento e recolhendo o fisco sobre a retirada do metal, com a criação dessas vilas, será intensificada o seu povoamento. Vale lembrar que mesmo com a revogação do Diretório do Índio por Pombal em 1759, ainda havia o recrutamento dos indígenas na sociedade portuguesa.

Para explorar o oeste da capitania de Mato Grosso, a coroa ordena a criação da Capitania de Mato Grosso 1748, que segundo Louiva Canova:

desmembrada da Capitania de São Paulo, tinha a função de reforçar a presença portuguesa neste espaço e fazer frente à colonização espanhola, além desta fundação, outras medidas foram tomadas como a criação de Vila Bela e abertura de minas de ouro do distrito de Mato Grosso com o Grão-Pará e Maranhão. Nomeia D. Antônio Rolim de Moura como seu primeiro governador e capitão-general (CANOVA, 2011, p. 274).

De acordo com a (Fig. 06), as terras da nova capitania segundo Pedro Carlos Nogueira Felix, abrangia imensa região, limitando-se *ao norte com as Capitânicas do Grão Pará e Rio Negro; ao sul, com a Capitania de São Paulo; a leste com a Capitania de Goiás e*

ao oeste com as missões espanholas de Chiquitos, Moxos e Paraguai, totalizando 48 mil léguas quadradas (FELIX, 2013, p.52).

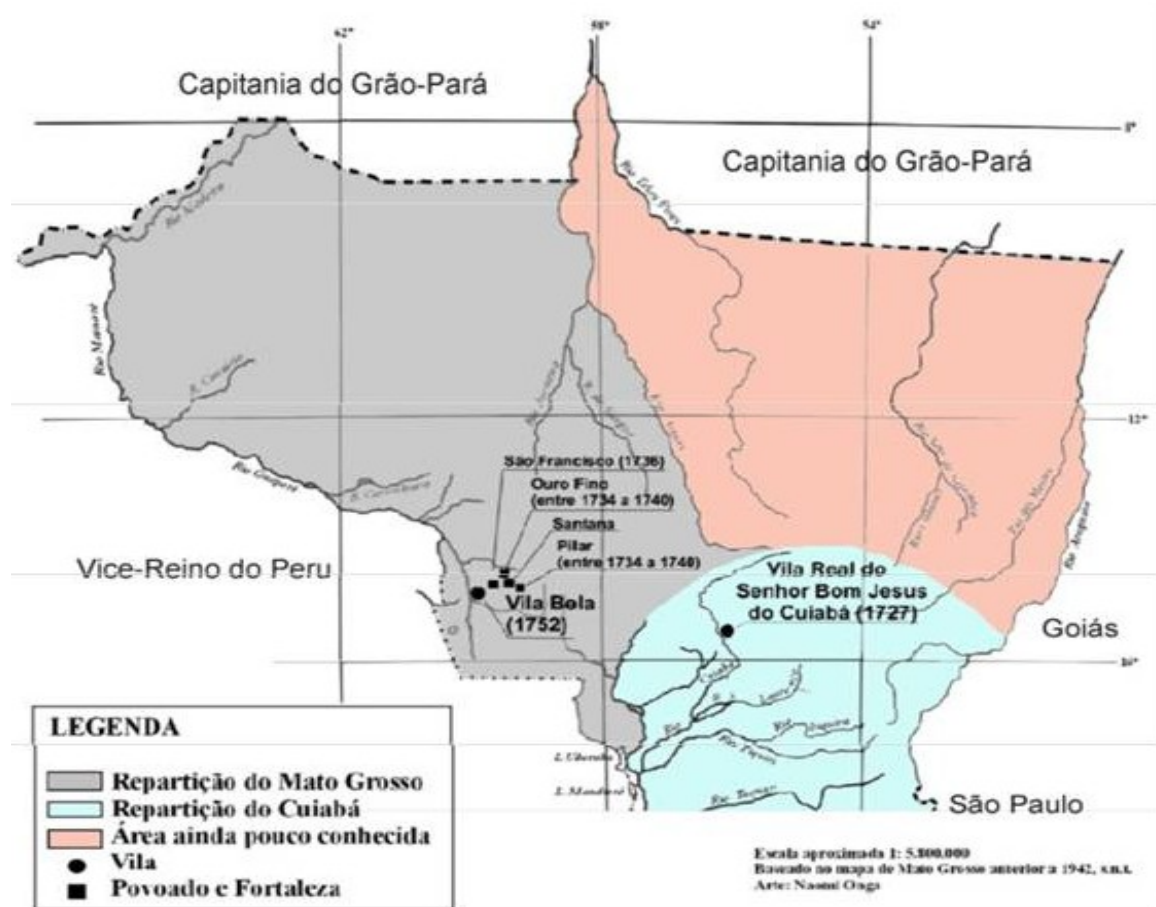


Figura 04 – A Capitania de Mato Grosso  
Fonte: Nauk de Jesus.

Vale ressaltar que a criação da Capitania de Mato Grosso se deu devido à descoberta do ouro a partir de 1719, Vila Bela, assim como as missões espanholas de Mojos, serviram aos interesses da coroa em fixar ali um governo com autonomia para administrar e organizar o oeste agora conquistado, afastando de vez as pretensões espanholas. Esse distanciamento não foi fácil, pois as intenções da coroa teria que sobrepor às pequenas divergências que apareciam na área de fronteira.

Logo que foi colocado em prática o projeto de criação da Capitania de Mato Grosso em 1748, conforme a configuração que apresenta no mapa abaixo (Fig. 07) a mesma assumiu uma posição estratégica na defesa do território incorporado pelos colonos de origem lusa, índios e negros para a posse da metrópole portuguesa. A Capitania de Mato Grosso tinha como limites territoriais as regiões sul da bacia amazônica até a proximidade do Chaco paraguaio e a margem direita do rio Guaporé.



**Figura 05- Carta geográfica da capitania de Mato Grosso: e parte de suas confinantes que são ao norte a do Grão Pará, e governo do rio Negro, a leste a de Goyaz, ao sul a de S. Paulo, e a província d' Assumpção do Paraguay, e a oeste as províncias de Moxós e Chiquitos.**

**Fonte: Catálogo Digital Cartográfico - Biblioteca Nacional Acessado em 15-02-2015**

Outro ponto pensado pela coroa segundo Marco Antônio Domingues Teixeira e Dante Fonseca, os colonos expandiram o projeto de colonização da fronteira com as terras espanholas, *pensou na possibilidade de assentar rebanhos para subsistência, vindo da região de Goiás com intuito de fixar na fronteira uma agropecuária no qual daria aos colonos meios para sobreviver* (TEIXEIRA; FONSECA 2000, p.63). Ao que tudo indica, esse rebanho desenvolveu-se de forma lenta na Capitania de Mato Grosso, que de acordo com Ernani Silva Bruno, *em 1737 sabe-se que começaram a ser levados rebanhos de bois para Mato Grosso, pelo sertanista Pinho Azevedo, um dos abridores do caminho de Goiás para Cuiabá* (BRUNO, 1967, p. 37).

Para que a conquista do oeste da Capitania de Mato Grosso fosse definitiva, coube a Antônio Rolim de Moura, tornar Vila Bela da Santíssima Trindade em 19 de março de 1752 como capital da Capitania, a margem direita do rio Guaporé demonstrando o interesse de Portugal na preservação do território e proteção das minas. Para Octayde Jorge da Silva, Rolim de Moura permaneceria com *a ideia de impedir que os espanhóis dominassem a navegação do rio Guaporé, devendo se estabelecer nos limites propostos no Tratado de*

*Madri 1750* (JORGE, 1982, p.18). Era preciso povoar a fronteira, mantê-la viva, colonizada e habitada.

Diria mais tarde o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (citado por Ernani Silva Bruno) que *a escolha de Vila Bela para sede da nova capitania se explicava pela riqueza incomum das jazidas da Serra de São Vicente, pela contiguidade da fronteira espanhola e pela vizinhança do Pará, facilitando as comunicações e auxílio mútuo* (Apud. BRUNO, 1967, p. 31). Vila Bela foi fundada há poucos quilômetros dos arraiais, justamente para mantê-los longe dos espanhóis. Esta prática deixava clara a política de manter a posse do território.

Para Antônio Rolim de Moura, a formação das missões em área portuguesa surgia como estratégia para explorar um território inexplorado, para isso era fundamental que a posse desse território fosse decisiva, que segundo Denise Maldi Meireles, *esse governo tinha certo respeito pelos Mojos, mesmo sabendo de suas intenções, lhe coube uma medida de enviar o Pe. Agostinho Lourenço, jesuíta que veio com sua comitiva, a missão jesuítica de San Miguel* (MEIRELES, 1989, p.131).

Para Denise Maldi Meireles, as intenções do governador Rolim de Moura era plausível, por isso resolveu correr o risco de manter contatos com os mojos e conclui que:

Para o fim deste mês mando um dos Padres da Companhia que trouxe comigo à dita Aldeia de S. Miguel, com o pretexto de visitá-los, e levar-lhes as índias que se acharam pertencentes às missões castelhanas, e juntamente para tomar conhecimento da economia e governo delas, pois é certo que excedem nisso muito as nossas. A falta de meio me embarça dar logo princípio a uma para acudir a extrema necessidade em que se acham daquele remédio para a sua salvação os muitos índios, que estão em poder dos moradores abaixo, a maior parte deles ainda por batizar (MEIRELES, 1989, p.131).

Os constantes ataques efetuados pelos índios mojos armados contra as monções no trajeto pelo rio Guaporé, segundo Emanuel Pontes Pinto, *obrigou o governador Rolim de Moura a ir pessoalmente inspecionar essa rota, em 1754 acompanhado de soldados e da milícia de sertanistas criada em Vila Bela, estendendo essa viagem até o trecho encachoeirado do rio Mamoré*. (PINTO, 1993, p.40)

Para Ione Aparecida Castilho Pereira, *em 1763, Rolim de Moura mandou atacar a missão espanhola de São Miguel, situada na margem esquerda do rio Guaporé, por ser a mais próxima das missões envolvidas no conflito* (CASTILHO PERIRA, 2008, p.146).



Para Emanuel Pontes Pinto, as intenções de Rolim de Moura era criar um ponto de apoio naquela fronteira que:

ao retornar para impor sua jurisdição sobre toda a margem oriental do rio Guaporé e do pequeno trecho do rio Mamoré, recomendou aos jesuítas espanhóis que desocupassem as missões de Santa Rosa, São Miguel e de São Simão, por eles instaladas indevidamente em área reconhecidamente de soberania portuguesa (PINTO, 1993, p.40).

Vale lembrar que não foi Rolim de Moura que pediu a saída dos jesuítas, pois segundo Denise Maldini Meireles *os mesmos foram retirados mediante ordem da Corte, que, dentro do movimento de expulsão dos jesuítas e, após a sua saída, a missão entrou em decadência: aos poucos, os índios abandonaram o local* (MEIRELES, 1989, p.134). Essa retirada tinha o propósito de evitar um confronto direto com a coroa.

Tomando posse da missão de Santa Rosa e reaproveitando as estruturas desta missão em 1754, Rolim de Moura implanta a guarda de Santa Rosa Velha, que depois de reformada, se transformou em destacamento militar de Nossa Senhora da Conceição em 1760, em 1769 Forte de Bragança.

Ao assumir a missão de Santa Rosa, procurou erguer um destacamento militar para resguardar a área, que diante da insegurança que se encontrava a fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso e pela falta das organizações missionárias portuguesa na região, Rolim de Moura decidiu ocupar militarmente a região do Guaporé em 1760 (Fig. 08), com um destacamento que garantiu a presença militar na região, um corpo de guarda permanente para fazer a defesa do local, que para Denise Maldini Meireles:

Em 1757 enviou um destacamento para o local conhecido como “sítio das Pedras”, abaixo da foz do rio Mequens, com a intenção ostensiva de intimidar os espanhóis. Em 1760 fundou, cerca de dois quilômetros abaixo da antiga Santa Rosa, um forte a que deu o nome de Forte de Nossa Senhora da Conceição. (MEIRELES, 1989, p.134)



**Figura 06 - Mapa da região do rio Iténez, também chamado de rio Guaporé, e seus afluentes: O mapa mostra a localização da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e o destacamento de forças espanholas chefiada por A. Alonso Berdugo e Cor. Dr. Amº Aymerich Tete Cor. Dn. Ant. Pasqual. Data: 1767. Crespo, Miguel Blanco. Catálogo. Digital Cartográfico. Biblioteca Nacional. Fonte: <http://www.wdl.org/pt/item/798/> acessado em 15-02-2015**

Para Ione Aparecida Castilho Pereira em suas pesquisas infere que *a missão de Santa Rosa foi fundada no ano de 1743, um ano após a viagem que Manuel Felix de Lima que empreendeu rio Guaporé abaixo até o Pará* (CASTILHO PEREIRA, 2008, p.122).

Atualmente, conforme (Fig. 09) podemos observar as ruínas do Forte de Nossa Senhora da Conceição, que permanece gravada no chão como uma digital deixada pelo tempo, seus blocos de pedras espalhados em um raio de 200 metros e pela necessidade em adquirir matéria prima, segundo Otávio Ribeiro Chaves, *foram reaproveitados na construção do Real Forte Príncipe da Beira* (CHAVES, 2011, p.12). O canal de escoamento da água da antiga fortaleza de Nossa Senhora da Conceição ainda é visível ao solo, seguindo em direção ao rio Guaporé. Sua localização foi vital para Rolim de Moura como um local estratégico.



**Figura 07: Ruína do Forte Nossa Senhora da Conceição 1760 – canal de escoamento de água.**  
**Fonte: Arquivo do autor.**

Em substituição a Rolim Moura, o tenente coronel João Pedro da Câmara (1765-1768) sobrinho de Rolim de Moura segundo governador de Mato Grosso, continua com as atenções para o destacamento da área guaporeana, reequipando-o com canhões de maior calibre e aumentando o efetivo de sua guarda. Não faltavam reclamações quanto às condições para defender esta capitania e Emanuel Pontes Pinto infere que *passou a contar, também, em seu porto, com maior número de canoas de guerra para garantir a segurança e tranquilidade ao tráfego fluvial no trecho médio do rio, onde se situava* (PINTO, 1993, p. 46).

Após João Pedro da Câmara, assume o Capitão General Luís Pinto de Souza Coutinho (1768-1771), intensifica a vila de Balsemão na cachoeira de Girau, no rio Madeira, reunindo um total de 151 pessoas ali residente, nas Relações de pessoas (Fig. 10) que formam a Nova Povoação de Balsemão, não se sabe por engano ou não, segundo Pedro Carlos Nogueira Felix, *Luís Pinto confundiu os limites de Mato Grosso com Goiás e quase diminuiu o território mato-grossense, o qual começaria no rio da Morte e não no rio Araguaia.* (FELIX, 2013, p. 74)

*Relação das Pessoas, que formão a Nova  
Povoação de Balsemão em a Caxoeira das Par  
mas*

<i>Lárracho</i> .....	<i>"</i>	<i>1</i>
<i>Director</i> .....	<i>"</i>	<i>1</i>
<i>"</i> .....	<i>Moradores Portuguezes</i>	<i>" 3</i>
<i>Homens</i> .....	<i>Indios</i>	<i>" 56</i>
<i>Mokoris</i> .....		<i>" 46</i>
<i>Papayas</i> .....		<i>" 27</i>
<i>Papariyas</i> .....		<i>" 17</i>
	<i>Somma total</i>	<i>151</i>

*N.B. entre os Homens Indios  
Vão incluídos seus Principaes da Nascão ... "*

*Luis Pinto de Saun Coutto*

**Figura 08 - Relação das pessoas residentes na povoação de Balsemão – rio Madeira (1768).  
Fonte: Emanuel Pontes Pinto. Território Federal do Guaporé – 2003 p. 60.**

Para dar continuidade ao projeto de segurança da área, Luís Pinto reorganiza e estrutura a fronteira, mudando o nome do Forte de Nossa Senhora da Conceição para Bragança em 1769, suas intenções era de manter a tranquilidade naquela região. Coutinho providenciou a abertura de uma estrada para a comunicação com a Capital Vila Bella como declara Marco Teixeira e Dante Fonseca:

ordenou a abertura de uma estrada que estabeleceria uma ligação terrestre com Vila Bela com um percurso total de 185 léguas, garantia-se o abastecimento do forte de Bragança mesmo em situação em que a navegação pelo Guaporé fosse inviável devido aos constantes conflitos com a colônia castelhana. (TEIXEIRA; FONSECA, 1998, p.50)

Localizado na antiga missão de Santa Rosa, agora guarda de Nossa Senhora da Conceição/destacamento/forte, mudado o nome para Bragança em 1769 (Fig. 11), esse forte foi reequipado com canhão de maior calibre por Luís Pinto que mantinha a permanência do uso de arma de grosso calibre, assim como a força para intimidar e manter afastados os espanhóis daquela fronteira.



**Figura 09 - Forte de Bragança – rio Guaporé (1769).**

Fonte NUNES. José Maria de Souza. Fundação Odebrecht – 1985 p. 141.

Para Emanuel Pontes Pinto, o governo de Luís Pinto de Souza Coutinho, agiu com autoritarismo e violência, cobrava da população apreensiva pela espoliação, dízimos, quintos e direitos de entrada e saída de mercadorias e outros bens ali produzidos, destinados ao pagamento dos seus honorários e mordomias e dos servidores militares e civis (PINTO, 1993, p.46). Nota-se que a Capitania do Mato Grosso nas últimas décadas do século XVIII, não acompanhou uma evolução em seu processo de exploração do ouro, levando a região ao seu abandono e esquecimento.

Se por um lado o Tratado de Madri reconhecia a posse portuguesa, ainda que baseada em sua população, a posterior anulação do mesmo, pelo Tratado de El Pardo (1761), em outra circunstância deveria exigir uma política mais decisiva, que fixasse definitivamente a posse dos rios Madeira e Guaporé, como o meio de comunicação entre as Capitanias do Grão-Pará e Maranhão com a Capitania de Mato Grosso, e ainda, como meio para o seu mútuo auxílio defensivo. Esta política como diz José João Planella, iria depois definir-se com a construção, no reinado seguinte, de uma série de fortificações que acabaram definindo as fronteiras mato-grossenses e amazônicas (PLANELLA, 1976, p.143). Com essas divisas, os recursos naturais como o ouro e as drogas do sertão, vão contribuir para a ocupação temporária do território, muito embora do injusto sistema, que imprime suas transações comerciais mercantilistas nas fontes da produção, baseado na exploração adotada desde o início da

colonização.

Portanto, compreendemos que o século XVIII foi o momento que os portugueses garantiram o domínio de posse do território de fronteira da Capitania Oeste de Mato Grosso que, segundo Sérgio Buarque de Holanda:

sem povoar, agindo mais em extensão do que em profundidade, acentuada importância tiveram as bandeiras na expansão geográfica do Brasil Colonial. Na caça ao índio e na pesquisa de pedras e metais, descomprimaram o Brasil de Tordesilhas, desbravaram e conquistaram a terra, expulsaram a frente pioneira jesuítica de catequese e colonização, alimentaram com o braço índio a agricultura do sul ao norte, estabeleceram rotas, descobriram ouro, abriram caminhos para o povoamento de Minas Gerais, de Mato Grosso e Goiás. (HOLANDA, 2010, p. 322)

O processo de consolidação e expansão da fronteira foi intensificado a partir das políticas agressivas implantadas pelo primeiro ministro português, Dom Sebastião Carvalho e Melo (1750-1777), que em sintonia com a coroa portuguesa, houve condições para a realização dessa mudança, tornando os capitães gerais da Capitania de Mato Grosso aliados fieis na execução dessa tarefa. O apoio do primeiro ministro foi o combustível que gerou a mudança na Capitania, mas devido à falta de técnica adequada para explorar o ouro, não houve uma preocupação em racionar a retirada desse metal.

## CAPÍTULO II

### 2. A PRESENÇA PORTUGUESA NO GUAPORÉ E NA CONSTRUÇÃO DO REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Considerado como um rio de pouca acessibilidade pelos viajantes no século XVIII, o Guaporé segundo Denise Maldi Meireles *ainda era um rio inexplorado com vastos contingentes de terras na sua margem direita, eram desconhecidos* (MEIRELES, 1989, p.99). Pelo isolamento e distância que se encontrava o rio no oeste da capitania de Mato Grosso, é possível que outro viajante tivesse marcado presença na região, o que para Denise Maldi Meireles tudo indica que *os portugueses alcançaram o rio ainda no século XVII, sendo Raposo Tavares o primeiro deles, num caminho onde foi deixando um rastro de sangue e horror, exterminando e arrasando povoados indígenas* (MEIRELES, 1989, p. 99).

O rio Guaporé que segue seu curso passando entre o alto Paraguai até parte ocidental da Bolívia, é merecido que sua denominação e característica sejam decorrentes de sua posição geográfica. Com a transição entre as duas regiões fisicamente diferentes, fronteira entre Portugal e Espanha que ainda estava indefinida, nas quais o rio seria o divisor destas duas soberanias, materializando e limitando o espaço.

A distância do rio Guaporé em terra de sua majestade define a linha de fronteira na parte ocidental por quilômetros, a partir da nascente do rio verde até se juntar com o rio Mamoré que juntos formarão o rio Madeira, declarado como o maior rio do mundo em extensão e volume de água que segundo Emanuel Pontes Pinto *mede 3.240 quilômetros só é francamente navegável da foz até a cachoeira de Santo Antônio, numa extensão de 186 léguas, onde a altitude é de 250 pés, aproximadamente, acima do nível do mar* (PINTO, 1986, p.202).

Segundo os estudos de Denise Maldi Meireles, *o rio Guaporé corta os paredões de rocha azulada da serra dos Parecis, cujas nascentes aparecem e vão delimitar suas planícies, criando novos divisores, com sua extensa área e imponência de 1.716 quilômetros de extensão* (MEIRELES, 1989 p. 15). Esse rio requer uma atenção devida seu volume de água, onde toda uma simetria que corta o rio, entre chapadas e paredões, penetrando e rasgando de

forma consistente, oferecendo com generosidade suas águas às primeiras gerações que nos procederam.

Para Lylia da Silva Guedes Galeti, a descoberta desse rio vai proporcionar aos portugueses o controle da fronteira oeste e ressalta que:

A descoberta do Guaporé<sup>9</sup> [...] propiciava à Coroa Portuguesa referência estratégica na luta diplomática que tratava com a Espanha, pela redefinição dos limites de suas colônias no Novo Mundo. Consciente do trunfo político-diplomático que a posse desse rio oferecia, em relação à posse e a defesa da bacia amazônica e embalados pelas esperanças de novos descobrimentos auríferos que reabastecessem os endividados cofres da Coroa, o Governo Colonial inicia de pronto seu reconhecimento. (GALETTI, 2012, p.77)

Para Marco Teixeira e Dante Fonseca, com o surgimento do ouro na região do Guaporé, o cenário vai receber certa quantidade de pessoas que chegaram para explorar o ouro e infere:

Com a descoberta do ouro no Vale do Guaporé em 1734 pelos irmãos Arthur e Fernando Paes de Barros atraíram milhares de aventureiros para a região levando a Coroa Portuguesa a criar em 1748 a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, que abrangia a maior parte das terras que hoje integram o Estado de Rondônia. (TEIXEIRA; FONSECA, 1998, p.47)

A descoberta do ouro em águas do rio Guaporé, estimulará a procura de novos locais para a exploração do ouro, fazendo com que sua busca seja incansável, que de acordo com Ernani Silva Bruno, *a expansão dos exploradores até a região do rio Guaporé, além daquela que na mesma época se observava na Amazônia até ao rio Jaguari e no sul do Brasil, pôs em foco, em meados do século XVIII* (BRUNO 1967, p.33). Sem dúvida o ouro vai ser a atividade de exploração mais destacada para os moradores da Capitania de Mato Grosso em fase de sua construção local.

Ernani Silva Bruno em seus estudos, afirma ainda que o *suporte principal desse povoamento foi, sem dúvida, a máquina mineradora, através da exploração do ouro e, em escala bem menor, da garimpagem do diamante, essa última era exclusividade da coroa portuguesa* (BRUNO 1967, p.27). A impossibilidade do desenvolvimento das atividades mercantis como a exploração do cacau, baunilha, urucum, segundo Ernani Silva Bruno *que*

---

<sup>9</sup> Segundo Meireles, a palavra “Guaporé” é de origem indígena. Provavelmente a palavra viria de “Uaraporé” ou “Guaraporé”, que aparece em algumas crônicas como o nome de “uma nação indígena” que vivia nas margens do rio de mesmo nome. (MEIRELES. 1989 p. 14) Severiano da Fonseca assevera que o vocábulo indígena que designa aquele rio de Guaporé indica também a tribo que povoou aquele território entre as vertentes do rio Paraguai e as do estuário que dele tomou o nome. (PINTO, 1993, p.19).



*serviriam para atender às necessidades locais, como o pastoreio e a lavoura, esta aplicada para a fabricação de açúcar e aguardente, se devem as dificuldades dos longos trajetos entre a Capitania de Mato Grosso e o litoral da Colônia. (BRUNO 1967, p.27).*

Com a vinda de novos migrantes de outras regiões da colônia para a extração do ouro, Emanuel Pontes Pinto infere que, a área *geográfica até então conhecido como Madeira e Guaporé passou no século XVIII a perda de seu anonimato, expressão política e histórica ao adquirir referência e identidade, deixando de ser rumo para se tornar região* (PINTO, 1993, p.29). O quantitativo de migrantes vindo de outras regiões não será suficiente para tornar a região promissora na exploração do ouro, mesmo oferecendo vantagens como doação de sesmaria, redução de imposto e dentre outros.

Segundo João José Planella, ao mesmo tempo em que havia uma expansão para o Guaporé assim que foi encontrado ouro, havia outros problemas como:

as lutas contra os índios, a fim de garantir as comunicações entre São Paulo e Mato Grosso e entre Mato Grosso e a Amazônia, tiveram como efeito a definição da posse portuguesa sobre o Madeira e seu formador, o Guaporé. Fechado, a princípio o rio madeira, ao movimento para Mato Grosso, seria depois aberto, e mesmo estimulado a sua utilização. Se a princípio o fechamento da navegação do rio fora determinado pelo receio de que servisse como um meio de penetração espanhola na Amazônia, definido, depois a fronteira pelo Tratado de Madri, esta via deveria garantir a continuidade da posse portuguesa e facilitar o auxílio aos habitantes de Mato Grosso diante dos povoados espanhóis, bem mais numerosos e com população bem superior, sendo então necessário um esforço para manter uma região que representava o ponto de encontro entre os rios da bacia Platina e os da Amazônia e que, de posse dos espanhóis facilitaria a penetração em ambas as direções (PLANELA. 1976. p.236).

Para Emanuel Pontes Pinto afirma que *a gradativa involução econômica do sul mato-grossense, ocorreu por causa da decadência de sua produção aurífera e do êxodo populacional* (PINTO, 1992, p.73). Já para Caio Prado Junior, em seus estudos, explica que o ouro de aluvião encontrado nos cursos de água nos arraiais dos distritos mato-grossenses e nas suas margens próximas tem a seguintes características:

(...) de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes onde antes se encontrava o metal, espalhou-se por uma área superficial extensa. Daí a pequena concentração nos locais onde é encontrado e o esgotamento são rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes. (PRADO JUNIOR, 1994. p. 57)

O problema dos limites entre a América Portuguesa e a Espanhola resultará na assinatura do Tratado de Madri em 1750, pelo qual, ambas as partes reconhecia que haviam

violado a linha de demarcação estabelecida em Tordesilhas, firmaram acordo com o princípio do *Uti Possidetis*<sup>10</sup>. Desta forma os espanhóis vão reconhecer a posse de Portugal na parte ocidental da Capitania de Mato Grosso conquistados pelos bandeirantes.

A exploração do ouro durante a colônia foi sem dúvida a mola propulsora que alavancou a vida colonial no rio Guaporé, que segundo Marco Antônio Domingo Teixeira e Dante Ribeiro da Fonseca, *os campos d'ouro como eram conhecidos às minas do Vale do Guaporé no Pará e na Metrópole, acabaram satisfazendo a coroa. Para o trabalho nas minas, lavras e faisqueiras era altamente insalubre, provocando um rápido desgaste dos escravos e levando à necessidade constante de rápida reposição da mão-de-obra* (TEIXEIRA; FONSECA, 1998 p.60). A compra de novos escravos para substituir aqueles já desgastados na região do Guaporé encarecia seus compradores a ponto de desistir devido o alto preço.

Na Capitania de Mato Grosso, à exploração dos escravos somava-se às péssimas condições ambientais em que se processavam as atividades mineradoras, que para Lylia da Silva Guedes Galetti em seus estudos afirma que:

O abastecimento das minas de mão de obra suficiente sempre foi um problema enfrentado pelos mineradores. As condições em que se realizavam os trabalhos concorriam para o rápido desgaste da mão de obra empregada. A região mato-grossense enfrentou (...) períodos de grandes carências e fome. Nessas ocasiões os escravos eram os que mais padeciam (...). Além disso, os trabalhos eram desenvolvidos em condições precárias de conforto e higiene. A proliferação de febres e sezões nas áreas as de mineração era constante (...). As más condições de alimentação e saúde em que o escravo trabalhava concorriam não só para diminuir a sua produção, como também para abreviar-lhe o tempo de vida útil. (GALETTI, 2012, p.83)

Durante muito tempo, talvez chegasse a pensar que as minas da Capitania de Mato Grosso fossem inesgotáveis a ponto de ser hereditária e que sua exploração chegasse a 4 geração de vida.

As atividades dos sertanistas, que serviam aos interesses políticos da metrópole, foram efetivadas com a ação das ordens religiosas que desempenharam a função de catequizar os gentios e incorporá-los como súditos da coroa portuguesa, que de acordo com Sérgio Buarque de Holanda *esses religiosos foram: franciscanos da província de Santo Antônio,*

---

<sup>10</sup> *Oriundo do direito civil romano, o uti possidetis refere-se à legitimidade de uma posse, conferida pela ocupação efetiva (a expressão completa é uti nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto. Uti possideitis, ita possideatis: como possuiis, continuaís possuindo). Por ocasião do Tratado de Madri a noção teve sua consagração como princípio de direito internacional.* (DEMÉTRIO, 1997, p.74)

*jesuítas, mercenários, carmelitas, franciscanos da Conceição, franciscanos da Beira e Minho* (HOLANDA, 2010, p.291-292).

Nesse contexto, se desenvolveu a preocupação de cuidados mais intensificados dos missionários para com as populações indígenas, que segundo Caio Prado Junior *aos poucos os índios vão se adaptando com muita facilidade à colonização e domínio do homem branco* (PRADO, 1994 p. 70). Adotando uma política que disciplinaria o índio, reaproveitando a sua mão de obra e seus conhecimentos sobre a natureza, admitia que:

Reunidos os índios em aldeias – para o que os padres contavam com dons de persuasão que fazem honra a seu instinto psicológico e habilidade políticas, - eram eles submetidos a um regime disciplinado e rigoroso de trabalho e de vida em geral. (...) depois destes trabalhos preliminares, enquanto uma parte dos nativos se destinava à cultura dos gêneros alimentícios necessários à sustentação da comunidade, os outros partiam para expedições de colheita dos produtos da floresta, de caça e de pesca. (PRADO JUNIOR, 1994. p.71)

Ainda em seus estudos, Marco Teixeira e Dante Fonseca relatam que em meados do século XVIII *as riquezas das minas do Vale do Guaporé eram suficientemente abundantes para garantir sua prosperidade, a da Capitania e de parte das sempre crescentes necessidades do Estado português* (TEIXEIRA; FONSECA, 1998, p.72). Essa prosperidade deveria ser construída a partir do estabelecimento de uma população fixa, mas como os incentivos da coroa não foram suficientes para trazer novos colonos para área de exploração de ouro, a mesma procurou se espelhar nos padrões sociais adotada nos demais núcleos de ordens ou estados alicerçados, como Minas Gerais e Cuiabá, sobretudo na prática do escravismo.

Podemos notar que no final do século XVIII a região do Guaporé teve sua exploração de ouro alterada devido à forma de exploração do metal ou talvez por não acompanhar uma adaptação de extração, inovando seus mecanismos de retirado do ouro das minas, reordenando suas forças de trabalho. A região caiu no esquecimento, a ponto de se esvaziar como aconteceu na região de Cuiabá, Minas Gerais e Goiás.

Para Marco Teixeira e Dante Fonseca, o declínio das lavras do rio Guaporé no final do século XVIII, *não atraiu recursos nem estímulos para uma nova forma de subsistência* (TEIXEIRA; FONSECA, 1998, p.63). Tendo como exemplo, a fixação de uma prática voltada para a subsistência, com o propósito de fixar ali o recém-chegado colonizador de forma permanente, o que não vai conseguir avançar deixando a região isolada.

Emanuel Pontes Pinto aponta que a política portuguesa ganha um novo aliado quando *em 13 de dezembro de 1772, toma posse Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, colocando em prática a execução das “Ordens Secretíssimas” que recebeu do rei D. José I* (PINTO, 1992, p.63). Determinando uma política de amplo entrosamento com a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, para acelerar a ocupação das margens do Madeira e do Guaporé, esse governo vai estabelecer a permanência e segurança da fronteira através dos fortes de Coimbra 1775, hoje em Mato Grosso do Sul e do Real Forte Príncipe da Beira 1775, estando atualmente no Estado de Rondônia.

## 2.1 Em Nome da Cruz, do Ouro e dos Negócios.

Com o objetivo de acelerar o processo de expansão e consolidação da América portuguesa, D. José I (1714-1777) rei de Portugal, empossou Dom Sebastião de Carvalho<sup>11</sup> para ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros e Econômicos do Império Português, que segundo João Renôr Ferreira Carvalho, *a coroa empossou aquele que viria ser o maior responsável pelo avanço português na colônia portuguesa na América, conhecido como Marquês de Pombal* (CARVALHO 1998, p.108). Esse ministro será responsável pelas políticas de exploração, de guarda e fixação da área de fronteira, durante seu mandato procurará obter uma economia de exploração satisfatória a coroa portuguesa.

A estratégia adotada por Pombal para a exploração da Capitania de Mato Grosso segundo João Renôr Ferreira Carvalho *representava grandes possibilidades econômicas para Portugal, mas os constantes conflitos entre colonos e jesuítas deveriam ser resolvidos para que a exploração se concretizasse* (CARVALHO, 1998, p. 108). O ouro gerado pela capitania de Mato Grosso influenciava diretamente sobre a produção da colônia, a sua exploração deixava clara a capacidade econômica dessa região, como fornecedora de especiarias como o cacau, baunilha, urucum.

A solução executada por Pombal foi de incentivo ao remanejamento de pessoas de Portugal para o Brasil, como confirma Prado Junior:

---

<sup>11</sup> - Sebastião José de Carvalho de Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal (1699-1782). Nasceu em Portugal, com origem em família tradicional. Estudou Direito, História e Política. Seu tio, Cardeal da Mota, o apresentou a D. João V que o enviou como embaixador em Londres e depois em Viena. É um déspota esclarecido, próprio do século em que o absolutismo é dourado pela filosofia das luzes. (HOLANDA, 2010, p. 50)

[...] o empobrecimento de Portugal, privado do comércio asiático que durante mais de um século lhe fornecera o melhor de seus recursos, incentiva o êxodo em larga escala de sua população que procurará na colônia americana os meios de subsistência que já não encontrava na mãe pátria. (PRADO JUNIOR, 1994, p. 49),

A vinda de colonos para a América portuguesa inicia-se a partir de meados do século XVII. Com as políticas estabelecidas por Pombal, a região da Capitania de Mato Grosso ganhou novos moradores que chegaram com objetivo de fixar na terra e explorar seu ouro, colaborando para isso a reestruturação de outras capitanias como:

Pelo ato régio de 5 de junho de 1751, foi extinto o Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo criado o do Grão-Pará e Maranhão, agora servindo de sede da administração a cidade de Belém que aos poucos foram se consolidando sua condição de cabeça da região, agora reconhecida pelo poder régio. (HOLANDA, 2010, p.294)

Vale considerar que o tipo de colonização adotada por Pombal como o uso do índio para ocupar a fronteira no século XVIII, tem em seu contexto, uma época de recursos limitados, com uma população inferior que ocupava a capitania de Mato Grosso.

A política adotada por Pombal foi de incentivar a criação de um Diretório voltado aos Índios<sup>12</sup>, que segundo Elba Monique Chagas da Cunha resultava em:

sintetizar as transformações, instituindo regras que visavam à civilização dos nativos, garantindo aos moradores o acesso à força de trabalho indígena livre, a estabilidade das vilas do sertão e o desenvolvimento produtivo das mesmas, bem como a utilização da estrutura já montada e bem sucedida, criada pelos missionários jesuítas que não estavam subordinados à Coroa Portuguesa. (CUNHA 2011.p. 05)

As regras direcionadas para o tratamento dos indígenas, de acordo com o Diretório do índio, deveriam garantir a liberdade dos mesmos, promovendo o fim da interferência das ordens religiosas em suas vidas, o que Elba Monique Chagas da Cunha corrobora em dizer que *as formas de tratamento a serem adotadas em relação aos nativos eram objetos frequente de debate na metrópole e na colônia* (CUNHA, 2011, p. 02).

Para Mauro Cezar Coelho, a intenção por trás do Diretório seria outro, de tornar o

---

<sup>12</sup> - Criado em 3 de maio de 1757, o Diretório do Índio tornou obrigatório o uso da língua portuguesa em lugar da língua geral (guarani) visando à distribuição das populações pela Amazônia, com o objetivo de garantir a ocupação da região pelos, agora, vassallos portugueses e conseqüentemente, do ponto de vista legal, a sua posse. Quanto à questão religiosa, através do Diretório retirava-se dos missionários, sobretudo jesuítas, o controle sobre os povos indígenas, eliminando sua base de poder na região. Os missionários, dominando extensas áreas ao largo dos rios da Amazônia, acabavam por deter um monopólio virtual sobre a mão-de-obra indígena, que poderia ser utilizado na sua luta contra o consulado pombalino. (COELHO, 2000 p.03)

índio um coparticipante ativo da coroa e declara que:

O objetivo era garantir a ocupação da região pelos, agora, vassallos portugueses e conseqüentemente, do ponto de vista legal, a sua posse. Quanto à questão religiosa, através do Diretório retirava-se dos missionários, sobretudo jesuítas, o controle sobre os povos indígenas, eliminando sua base de poder na região. Os missionários, dominando extensas áreas ao largo dos rios da Amazônia, acabavam por deter um monopólio virtual sobre a mão-de-obra indígena, que poderia ser utilizado na sua luta contra o consulado pombalino (COELHO, 2007, p.151).

Submetendo o índio à política de expansão e exploração adotada por Pombal através do Diretório do Índio, segundo Mauro Cezar Coelho, *o Diretório serviu de estratégia para inserir o indígena no modelo de exploração colonial* (COELHO, 2007, p.152), com a exploração do ouro na Capitania de Mato Grosso trará grandes resultados, gerando o aumento na receita com a utilização desses nativos no século XVIII. Com adoção de suas políticas na economia, Pombal se torna um grande administrador em terras da coroa portuguesa.

As discussões em torno do Diretório do índio envolviam sempre questões sobre liberdade, trabalho, escravidão, catequização e as conseqüências para a colonização do Brasil e para a Coroa portuguesa.

Para garantir que sua política expansionista desse certo, Pombal resolveu expulsar as missões jesuíticas de toda colônia portuguesa, acreditando que os missionários estavam enriquecendo à custa dos índios, o que não era verdade, pois com os incentivos dados pela coroa aos jesuítas, como privilégios e isenção de impostos, levou Pombal a acreditar que os mesmos seriam um forte concorrente dos portugueses na comercialização de produtos.

Com a expulsão das missões jesuítica, parte do plano de Pombal vai sendo montado através do Diretório do Índio, autorizando o casamento entre índio e não índio, e estabelecendo a língua portuguesa como oficial falada na colônia. As primeiras aldeias missionárias como as dos mojos e chiquitos, deram origem às vilas e povoados, batizando-as com nomes portugueses em substituição aos indígenas, que segundo Sérgio Buarque de Holanda, *a expulsão dos jesuítas da região pertencente aos portugueses sendo acusados pelo atual ministro de concorrência com a Coroa além de enfrentamento dirigido por essas organizações* (HOLANDA 2010, p.294).

Para Gregório Gomes Filho, o ministro português se apoiava em quatro colunas para fazer valer suas ordens: *a Bula de 29 de dezembro de 1741 (proibição de ordens religiosas na*

*escravização de índio), a Lei de 6 de junho de 1755 (liberdade dos índios), a Lei de 7 de junho de 1755 (retirada do poder temporal dos missionários) e o Diretório dos índios com seus 95 artigos (GOMES FILHO 2012, p.36). Já para Rita Heloísa de Almeida, os quatro documentos tratavam basicamente sobre a mesma temática, o índio (ALMEIDA, Apud. GOMES FILHO, 2012 p.46).*

A intenção de Pombal era transformar o índio em súdito com o apoio dos governadores das capitanias. Para Denise Maldi Meireles, *seduziria o índio a ganhar uma parte da produção* (MEIRELES, 1989 p.154). Nesse caso, os governadores das capitanias foram contemplados com o trabalho dos indígenas que para Denise Maldi Meireles, *esse acontecimento redundou na evasão de índios que passaram a sofrer pesada tributação, pagando dízimo e a sexta parte para o diretório* (MEIRELES 1989 p.155). A prática adotada por Pombal pelo Diretório do Índio levou os índios a pagarem tributos à coroa assim como os demais colonos da colônia portuguesa.

Com uma reflexão aprofundada quanto à política adotada pelo Diretório do Índio, Nácia Farage conclui que:

o Diretório representou uma inflexão na política colonial portuguesa, com relação à Amazônia, pois concentra sua ação na assimilação do indígena à civilização ocidental, tal como ela se conformava naquele momento de transição do capitalismo comercial para o industrial. O Diretório representava, a um só tempo, a necessidade portuguesa de garantir seus territórios através da ocupação efetiva por vassalos do rei e o “espírito mesmo daquele final de século XVIII”, ao buscar disciplinar os indígenas em acordo com o ideal de amor ao trabalho. Farage não esquece a exploração do trabalho indígena, nem a subestima, mas reconhece que ela não é diferente sob o Diretório. Não é o Diretório que introduz a exploração indígena, nem ele é concebido no sentido de justificá-la. A exploração é inerente ao processo de colonização, nos moldes em que ele foi se estabelecendo na América Portuguesa. (FARAGE Apud COELHO, 2007, p.156).

Ao receber a ordem para deixar a missão de São José que ele próprio fundara, o Pe. Agostinho Lourenço, solitário jesuíta da margem direita do Guaporé, insatisfeito escreveu a seguinte carta ao seu superior:

os tempos estão calamitosos que me lastima quando ouço dizer o que está sucedendo à nossa Companhia no reino. Há pouco recebi uma carta de um padre das missões dos Mojos, em que me diz se escrevia do Pará que S. M. enviara ordem de prisão para os nossos padres assistentes na Colônia, e que os ditos padres tiveram notícias da referida ordem junto com a sua execução; que sendo-lhes apanhados os seus papéis, foram queimados por mão do

verdugo; que a Igreja fora entregue ao Ordinário e os padres recebidos na nau das quinças com baioneta calada; que em Lisboa, depois de serem todos os Jesuítas privados de entrarem em palácio, saíra um papel cujo título e assunto era: Guerra que os padres da Companhia sustentam contra as duas Coroas de Espanha e Portugal.

A nenhuma dessas coisas dou total crédito por não ter delas aviso mais formal neste sertão. O que só posso avisar a V. R. de certo é que nesta capitania tem o mundo feito aos pobres jesuítas que nela estão, por ordem de S. M., a mais cruel guerra [...] (Apud. MEIRELES, 1989, p. 153)

Para Pombal, a definição de um tratado que estabelecesse as terras da jurisdição da coroa portuguesa veio com a assinatura do Tratado de Madri 1750, onde estabelecia a permanência portuguesa naquela linha de fronteira, golpe final para a expulsão definitiva dos jesuítas das missões, abrindo caminho para o domínio de Pombal sobre os índios.

Segundo Claudio Moreira Bento o sistema adotado pelos jesuítas em relação ao tratamento dado aos índios acabava se *opondo à política portuguesa ou espanhola as congregações religiosas, em especial a Companhia de Jesus*, (BENTO, 2003, p. 105).

Mary Del Priore em seus estudos declara que o Tratado de Madri estabelecia que os jesuítas fossem retirados da área das missões dos mojos e chiquitos e infere que:

[...] os jesuítas retiraram-se da missão de Santa Rosa, às margens do Guaporé, cedendo espaço para a construção do Forte de Nossa senhora da Conceição sob as ordens do governador Rolim de Moura. (DEL PRIORE, 2010, p.132)

Para Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, com a posse da missão de Santa Rosa abandonado pelos jesuítas será interpretado pelos Espanhóis como:

“desrespeito ao Tratado de Madri, esta ação dos portugueses gerou uma contenda entre as coroas pela posse de Santa Rosa. Assim, o estranhamento gerado pela demarcação de limites na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso culminaria no conflito luso-espanhol pela retomada daquela espacialidade por parte dos espanhóis” (CASTILHO PEREIRA, 2008 p.116).

A saída dos jesuítas das missões foi um fator político incentivado por Pombal, quando esses missionários não possuíam direito nem sobre as terras portuguesas e nem espanholas, estando apenas a serviço dessas coroas.

Com a expulsão dos jesuítas do território português em 1759, e pelas políticas impostas na administração, algumas medidas foram tomadas, a começar pelo confisco dos bens dos jesuítas, segundo Boris Fausto que:



Com a expulsão dos jesuítas, suas propriedades urbanas e rurais foram confiscadas e arrematadas em leilão por grandes fazendeiros e comerciantes. Suas maiores igrejas passaram para as mãos dos bispos não integrados nas ordens religiosas. Muitos dos colégios da Companhia se transformaram em palácio de governadores ou hospitais militares, havendo um desperdício de bens culturais como as bibliotecas que foram consideradas de pouco valor. (FAUSTO, 2001, p. 61)

Com uma política voltada ao índio, Pombal deu outro passo significativo rumo à consolidação da fronteira, o de permitir o casamento misto, de brancos com índios, os quais seriam considerados segundo Sérgio Buarque de Holanda, *Naturais deste reino e nele hábeis para os ofícios e honras e especial proibição de se ridicularizarem os referidos Tapes e outros semelhantes, chamando-lhes bárbaros, tapuias e a seus filhos mestiços* (HOLANDA, 2010, p. 51). O plano seguinte de Pombal estava voltado para os negócios que poderia lucrar na fronteira, usando o índio como o seu interlocutor.

Para Boris Fausto, a política adotada por Pombal, integrando os indígenas como súditos da coroa portuguesa e atendendo aos interesses desta, seria difícil a consolidação da posse das terras de fronteira com os espanhóis e a vigilância permanente deste território e cita:

No Brasil, a consolidação dos domínios português nas fronteiras do Norte e do Sul passava, segundo Pombal, pela integração dos índios à civilização portuguesa. Se não contasse com uma população nascida no Brasil, identificada com os objetivos lusos, seria inviável assegurar o controle de vastas regiões semidespovoadas. (FAUSTO, 2001, p. 61).

Visando manter a apropriação dos territórios que foram conquistadas no século XVIII, Pombal autorizou e incentivou no século XVIII a construção de fortes nas linhas de fronteiras em regiões limítrofes que segundo Emanuel Pontes Pinto, foi quando se deu a criação dos fortes, *São José de Macapá, na foz do rio Amazonas; Tabatinga, no rio Solimões; Marabitanas, no rio Negro; São Joaquim, no rio Branco; Real Forte Príncipe da Beira, no rio Guaporé e Forte de Coimbra, no rio Paraguai* (PINTO, 1993, p.51).

Com o objetivo de evitar o contrabando do ouro que saía da Capitania de Mato Grosso para o lado Espanhol, Pombal implantou a cobrança de impostos gerado nas minas, aparelhando-as com os fortes de Coimbra e Real Forte Príncipe da Beira que teriam a função de proteger e resguardar a fronteira e as minas de ouro, adotou a cobrança de um quinto, imposto devido para a coroa que segundo Boris Fausto, foi um dos problemas enfrentados pelo Marquês de Pombal, pois este:

[...] tentou coibir o contrabando de ouro e diamante e tratou de melhorar a

arrecadação de tributos. Em Minas Gerais, o imposto de capitação foi substituído pelo antigo quinto do ouro, com exigência de que deveria render anualmente pelo menos cem arrobas do metal. Depois de uma série de falências, a Coroa se incumbiu de explorar diretamente as minas de diamante (1771), procurando manter a Metrópole menos dependente das importações de produtos industrializados e incentivou a instalação de manufatura em Portugal e no Brasil. (FAUSTO, 2001, p.60).

A natureza deste território oeste da capitania de Mato Grosso sempre conspirou contra os planos de qualquer europeu em colonizar o oeste da colônia portuguesa, e quanto ao plano de conquista e expansão gerado por Pombal de forma racional, não foi diferente. Este pode contar com a presença indígena que junto com os colonos portugueses, vão obter resultados que usufruirá anos mais tarde. Contando com a ajuda de seus governadores da capitania de Mato Grosso que não medirão esforços em cumprir suas tarefas, será possível colocar em prática sua política.

## **2.2. Pombal e sua Relação com os Capitães Gerais da Capitania de Mato Grosso**

Os capitães gerais da capitania de Mato Grosso ao executarem a ordem de delimitar a fronteira com a vizinha Espanha tão logo que assumiram o governo, procuraram obter fundos para a construção de fortes que serviriam de sustentáculos e resguardo desse território. A intenção do ministro português era de assegurar a fronteira da Capitania de Mato Grosso e consolidar a jurisdição por ele incumbida de gerenciar.

Para João Renôr Ferreira de Carvalho, Pombal teria suas intenções voltadas para:

[...] a colonização lançada pelo Marquês fez-se com inteligência e método. Não restaram dúvidas quanto as suas vontades e objetivos. Tinham sido ponderados todos os fatores inerentes ao trabalho numa terra virgem. Tinham sido analisadas as possibilidades econômicas e os efeitos dessas possibilidades para o bem estar dos indivíduos da área amazônica (CARVALHO, 1998, p.110).

Durante o período em que esteve à frente como ministro da coroa portuguesa, Pombal intensificou a construção de forte e fortalezas na capitania de Mato Grosso, como o forte de Coimbra e Real Forte Príncipe da Beira, dentro do espaço que limitava a fronteira com a Espanha. Para Edison Bisso Cruxen, essas fortificações *serão percebidas como imagens arquitetônicas associadas à habitação, núcleo gerador de povoamento, fornecedor de segurança entre tantos outros significados* (CRUXEN, 2011, p. 5).

Com a criação do primeiro forte balizador na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso, o de Nossa Senhora da Conceição em 1760, Portugal antecipava-se à Espanha na

guarda dessa fronteira. Assim com a presença desse novo destacamento militar o de Nossa Senhora da Conceição, ficava dessa forma assegurada as terras disputadas pelas coroas portuguesa e espanhola.

Na gestão de Rolim de Moura (1751 – 1765), segundo Emanuel Pontes Pinto, *enviava periodicamente uma cota de ouro extraído da província para a Coroa. A última remessa de que se tem notícia foi de 50 arrobas, a qual foi enviada em setembro de 1762 pelo itinerário das monções do norte* (PINTO, 1989, p. 34).

Segundo Amizael Gomes da Silva, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, *foi nomeado governador de Mato Grosso em 1751 e aos 39 anos foi Capitão-General juntamente com as instruções de como deveria governar a capitania de Mato Grosso* (SILVA 1982, p. 6). Em seu governo, recebeu apoio de sua Majestade para colocar em prática a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e nas instruções que lhe foi ordenado, prevalecia à ideia de impedir que os espanhóis dominassem a navegação do rio Guaporé.

Para Ione Aparecida Martins Castilho Pereira conclui que, *esse governo fez todo um trabalho de conservação da fronteira, resistindo duas investidas espanholas em 1763 e 1766 para retomar a antiga missão de Santa Rosa agora destacamento de Nossa Senhora da Conceição* (CASTILHO PEREIRA, 2008 p. 148).

Após treze anos e meio administrando a capitania de Mato Grosso, pelo serviço prestado a Coroa, Rolim de Moura é transferido para a Bahia para dar continuidade às intenções da coroa portuguesa. Sendo substituído pelo segundo governador de Mato Grosso que de acordo com Gen. Frederico Rondon, *os sucessores de Rolim de Moura no governo da longínqua Capitania de Mato Grosso desvelaram-se no mesmo zelo pela consolidação das posses lindeiras*. (RONDON, 1969, p.331)

No governo de João Pedro da Câmara (1765 – 1769), durando apenas quatro anos, remeteu para a Metrópole o ouro proveniente do quinto que foi gerado em sua administração, com um total de 71 arrobas, transportada de Vila Bela pela via Amazônica. Para Emanuel Pontes Pinto o governo de João Pedro da Câmara, *pouco fez e também pouco mereceu, quer das mercês do Estado quer das maldições do povo* (PINTO, 1989, p.36).

O governador Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769 – 1772), considerado Conde de Balsemão, em seus estudos Emanuel Pontes Pinto descreve que *apresentou dificuldades, pois*

*não sabia administrar e nem tão pouco possuía visão de governo* (PINTO 1989, p.37). Para Marco Antônio Domingues Teixeira esse governo *criou em 1769 no rio Madeira o povoado de Balsemão, uma espécie de posto militar entre cachoeiras que tinha como objetivo apoiar à navegação no rio madeira e recolher o ouro pertencente à coroa* (TEIXEIRA, 1998, p.46).

Durante o governo de Luís Pinto, segundo Octayde Jorge da Silva *se intensificou as repercussões aos efeitos da aversão de Pombal aos jesuítas expulsos de Portugal e dos domínios portugueses* (JORGE, 1982 p.18). Ainda segundo Denise Maldini Meireles, Luís Pinto de Souza Coutinho, *mudou o nome do forte de Conceição para Bragança em 1769 e ordenou a abertura de uma estrada que estabeleceria uma ligação terrestre até Vila Bela* (MEIRELES, 1989 p. 173)

Adotando uma postura autoritária, segundo Emanuel Pontes Pinto, *o governo de Luiz Pinto estabeleceu imposto suplementar para as despesas da capitania. As reivindicações contra seu desmando originaram prisões e sequestros de bens dos colonos insatisfeitos* (PINTO, 2000 p.61), ainda o mesmo autor faz referência de que:

Esse governo não mediu os meios para cobrar da população apreensiva pela espoliação, dízimo, quinto e direitos de entrada e saída de mercadorias e outros bens, pagando inclusive as mordomias e honorários para o governador e seus militares. (PINTO, 2003, p. 61)

O governador Luiz Pinto de Souza Coutinho foi substituído pelo capitão Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que em 29 de junho de 1771 que chega à capitania de Mato Grosso para assumir seu posto. Seu governo dá continuidade da política adotada pela coroa portuguesa, assumindo num período pós-jesuítas, sendo marcado por uma política que conteve a animosidade com os Espanhóis.

Após a anulação do Tratado de Madri em 1761, Portugal iniciaria uma aproximação com o lado Espanhol na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso, coube ao governo de Luís Albuquerque incentivar o comércio na fronteira de forma dissimulada, fingindo aceitar o contrabando sem que os espanhóis percebessem.

Sendo um homem de boas habilidades adquiridas pelos padrões europeus e preparado para o cargo que ocupava, Gilberto Freyre relata que Luiz de Albuquerque *foi um homem de não pouco saber, só parte do qual teria sido adquirido e esta mesma, obliquamente, em Coimbra; e de não pouca ciência: aquela ciência do século XVIII da qual ainda hoje se pode ver o que foi na mesma Coimbra* (FREYRE, 1978 p.69), todos os conhecimentos adquiridos

ao longo de seu governo será colocada em prática na capitania de Mato Grosso.

Consciente de seu papel de administrador, Luiz de Albuquerque, seguiu a linha de execução da política portuguesa, tendo o aval da coroa, pois as decisões tomadas por esse governo foram necessárias à defesa da capitania de Mato Grosso que viera administrar, cabendo ao seu governo à responsabilidade, assim como lhe seria imputado às punições pelos erros caso viesse a ocorrer. Para Emanuel Pontes Pinto, Luiz de Albuquerque tinha a preocupação de deixar o caminho do ouro livre do ataque de qualquer invasor e conclui:

Sua maior preocupação desde que assumiu o cargo e os encargos de governador foi manter a primazia das ligações e comunicações fluviais, assegurando a posse da margem direita do Guaporé, e garantir a defesa de Vila Bela e das minas de ouro circunvizinhas. (PINTO, 1989, p. 12)

Para Gilberto Freyre, *Luís de Albuquerque foi considerado um dos maiores administradores de Mato Grosso, pelo seu destaque em terras tropicais e pelos seus aspectos positivos de sua ação* (FREYRE, 1978, p.67). Esse governo fundou em 1775 o Forte de Coimbra às margens do Rio Paraguai, em seguida, construiu o Real Forte Príncipe da Beira em 1775, na margem direita do rio Guaporé, os fortes foram vistos como de grande importância. Fundou ainda o povoado de Albuquerque, hoje Corumbá e em 6 de outubro de 1778 Vila Maria, hoje Cáceres, além de São Pedro D'el Rey, no dia 21 de janeiro de 1781, hoje chamado Poconé.

Com a morte de D. José I em 1776, segundo Denise Maldini Meireles, *no ano seguinte Pombal se demite do cargo de ministro em meio a um clima hostil e, em 1778 a Companhia Geral foi extinta, acusada de promover a inflação e a ruína de muitos comerciantes, em função dos privilégios detidos pelos seus administradores* (MEIRELES, 1989, p. 167). O período em que esteve à frente do governo português, marquês de Pombal soube administrar a pasta para qual foi destinado e após deixar o cargo, foi processado politicamente.

Quanto aos índios que se sujeitaram ao Diretório do Índio criado na gestão de Pombal, Denise Maldini Meireles acrescenta que *nada pode ser mais significativo, nesse sentido, do que a recomendação de que deveriam ser organizados em corpos de milícias à maneira dos Cipayos da Índia*<sup>13</sup> (MEIRELES, 1998, p.166). A ideia de que esses índios poderiam servir como os guardiões dessa nova fronteira estabelecida pela coroa.

---

<sup>13</sup> *Civilização indiana que foi utilizada como soldados da coroa britânica no século XIX e se rebelaram quando sua cultura foi desrespeitada pelo colonizador, vindo a se revoltarem contra a dominação.* (GOMES, 2011, p.5)

Durante os 27 anos em que esteve à frente da administração da colônia portuguesa, Pombal ordenou que seus governadores avançassem e controlassem as fronteiras da coroa. Estabelecendo uma relação de confiança com seus governadores que entravam para governar as capitanias, em especial aquelas que ficavam bem na linha de fronteira, como é o caso da Capitania de Mato Grosso. Com apoio e respaldo, esses governos foram responsáveis por política de expansão gerada por Portugal na metade de século XVIII. Governos como o de Rolim de Moura, Luiz de Souza Coutinho, Pedro da Câmara e Luiz de Albuquerque, marcaram uma história de domínio e de preservação do território português na América do sul.

### 2.3. Luiz de Albuquerque e a construção do Real Forte Príncipe da Beira

A escolha do local para a construção do Real Forte do Príncipe da Beira conforme imagem abaixo (Fig. 13) foi se concretizando ainda no transcurso da viagem feita por Luiz de Albuquerque para a capitania de Mato Grosso, que em busca de um local estratégico, queria que a fortificação a ser construída atendessem aos imperativos militares e políticos de Portugal.



**Figura 10 - Real Forte Príncipe da Beira**

**Fonte:** [http://www.sextobis.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20&Itemid=22](http://www.sextobis.com/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=22).  
**Acessado em 22-02-2015**

Diante da fronteira da Capitania de Mato Grosso com a Espanha, a possibilidade da construção dessa fortaleza, estava relatada na ata de fundação do Real Forte Príncipe da Beira, assinada pelo governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso Luís de

Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, assinada em 20 de junho de 1776<sup>14</sup>, que segundo Gilberto Freyre menciona:

[...] Luiz de Albuquerque chegava a Vila Bela preocupado com os problemas de engenharia da capitania que vinha governar e com a educação dos seus moradores mais agrestemente tropicais: com a sua educação religiosa (...) chegava à América tropical confiando em Deus e no seu próprio vigor físico, já aprovado em aspreza de guerra de portugueses com espanhóis: os mesmos espanhóis que Luiz viria a encontrar no Brasil como vizinhos, por vezes belicosos, de um domínio português. (FREYRE, 1978, p. 154)

Segundo Cláudio Moreira Bento, *para impedir a circulação entre a Amazônia e as minas de Cuiabá e que estrangeiros atingissem estas minas no século XVIII, foi levantada a linha de ação de bem fortificar a entrada do Amazonas* (BENTO, 2003, p.108). Para obter controle e garantir seu território, Portugal põe em prática o plano de vigilância e defesa fronteira oeste.

Ao efetuar sua primeira viagem de inspeção ao longo do rio Guaporé em 1773, Luiz de Albuquerque, segundo Emanuel Pontes Pinto, informa que:

acompanhado do Engenheiro Salvador Franco da Mata, D. Luiz de Albuquerque passa a ter ciência da realidade daquela região, observa a sua natureza e procura avaliar como, em função dela poderá ser o procedimento humano (PINTO, 1989, p.39).

Na oportunidade sugere a construção do forte em um terreno mais elevado, seguro e livre das enchentes do rio Guaporé e próximo tanto quanto possível de outras fortificações.

Na segunda viagem que Luiz de Albuquerque fez ao Guaporé em 1774 segundo Emanuel Pontes Pinto, *realizou um percurso maior, navegou pelo rio Mamoré até atingir a confluência do rio Beni e por lá ficou alguns dias observando a posição geográfica do local, analisando estratégias para prevenir-se dos possíveis ataques dos espanhóis* (PINTO, 1989, p.40). No local, encontrou-se com Domingo Sambucete<sup>15</sup> e Alexandre José de Souza, ambos os engenheiros vindos do Grão-Pará para ajudá-lo no planejamento e construção das fortificações da Capitania de Mato Grosso.

<sup>14</sup> Carta de fundação da Fortaleza Real Forte Príncipe da Beira, assinada pelo governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, assinada em 20 de junho de 1776 BR. APMT. RFP. AU. 0002 CAIXA Nº 001

<sup>15</sup> - *A serviço da Coroa Portuguesa, atuou no Grão-Pará na época do governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Sobre sua obra, em Ofício ao Conselho Ultramarino requerendo ser promovido ao posto de Sargento-mor, referiu que servia há 13 anos na capitania, e que participara em trabalhos nas fortalezas de Gurupá, Santarém, Almerim e no de Macapá. Trabalhou ainda no Real Forte Príncipe da Beira, aonde veio a falecer de malária entre 8 de janeiro a 12 de setembro de 1777*(FARIA, 1996, p.66).

Findando o ano de 1775, Luiz de Albuquerque fez o reconhecimento do local com senso crítico a Domingo Sambucete. Com experiências acumuladas em construção de fortalezas, o engenheiro projetou a fortificação da Praça Almeida, célebre baluarte da defesa da Beira Alta em Portugal, iniciando os trabalhos da construção do Real Forte em tempo certo, ainda que lhe faltasse à bênção de sua majestade real.

O engenheiro ao ser designado para efetuar o projeto de construção do Forte Príncipe da Beira, de acordo com a carta enviada de Domingo Sambucete ao governador Capitão General da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 14 de janeiro de 1776, recebendo algumas instruções *quanto ao procedimento a serem seguidas durante a execução da obra, essas instruções era de natureza militar e controle da mão de obra a ser empregada na construção da fortaleza, recebeu alguns auxiliares e ajudantes para executar as tarefas diárias*<sup>16</sup>.

Emanuel Pontes Pinto não confirma que *as bases da construção do Forte Príncipe da Beira sejam as mesmas aplicadas ao plano do Forte de Macapá, subscrito por Henrique Gallucio, embora não tenha condições de confirmar tal hipótese* (PINTO, 1989 p.41), de uma semelhança visível, o Real Forte Príncipe da beira parece imitar o modelo do forte de Macapá.

Neste sentido, a arquitetura militar adotada pela coroa vai se expandindo em todo território português, e seu modelo passa a ser copiado por outros fortes, como é o caso de São José de Macapá<sup>17</sup> que serviu de inspiração para o modelo do Real Forte Príncipe da Beira, como mostra as imagens (Fig. 14 e 15). A inclusão desses fortes na colônia portuguesa teve seu início no governo de D. João III, na primeira metade do século XVI que segundo Ricardo Fontana, *época em que os textos clássicos de Palladio, Vitruvio Sagredo foram traduzidos para o português, que, sob o influxo do Renascimento, começa a prevalecer o novo conceito urbanístico de cidade ideal, com praça central dentro de um polígono fortificado, regular de formas retilíneas e com baluartes* (FONTANA, 2005, p.26). Havendo uma alteração quanto ao material empregado em sua construção, sua posição estratégica e sua extensão, para demonstrar aos espanhóis a força portuguesa no oeste da Capitania de Mato Grosso.

---

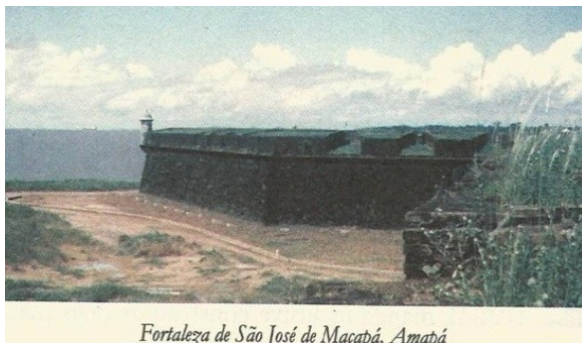
<sup>16</sup> Carta do Engenheiro Domingo Sambucete ao governador Capitão General da capitania de mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, enviada em 14 de janeiro de 1776BR. APMT. RFP. CA. 0003 CAIXA Nº 001

<sup>17</sup>- *Ver livro As obras dos Engenheiros militares Galluzzi e Sambucete e do arquiteto Landi no Brasil Colonial. Ricardo Fontana, 2005.*



Suas muralhas tinham como objetivo evitar a invasão do inimigo, sendo composto por camadas expressivas de pedras e cal, com uma altura julgada suficiente para evitar o saque por inimigos. Para Ricardo Fontana, *Portugal absorveu os novos conceitos arquitetônicos, segundo os mestres italianos que afirmava que essa simetria e a geometria retilínea dos desenhos das cidades, ou seja, com linhas perpendiculares* (FONTANA, 2005, p. 26). Essa inclinação oferecia dificuldades para a sua escalada, assim como uma abertura para a passagem do canhão seguido por um corredor que interligava os baluartes.

Para Edison Bisso Cruxen, *as muralhas são elementos que define, sendo símbolo representativo do modo de vida de uma sociedade, com importância na medida em que estão possuídas de um simbolismo que delimita e define o espaço* (CRUXEN, 2011, p.7).



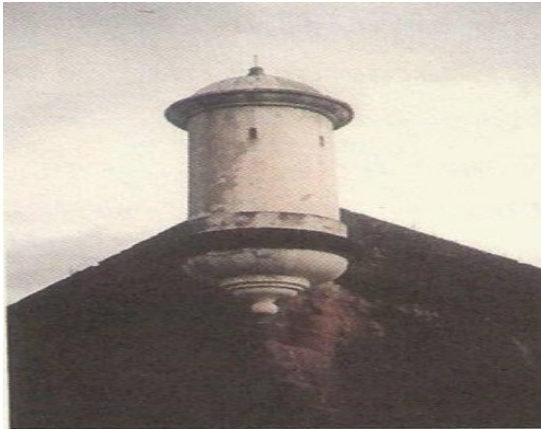
*Fortaleza de São José de Macapá, Amapá*

**Figura 11 - Baluarte do Forte de Macapá.**  
Fonte: Riccardo Fontana:



**Figura 12 - Baluarte do Real Príncipe.**  
Fonte: Arquivo Lourismar Barroso.

Seus baluartes ou guaritas, segundo Ricardo Fontana, *eram as formas mais avançadas de defesa e protegia os lados do polígono e se dispunha simetricamente aos lados* (FONTANA, 2005, p. 31), conforme (Fig. 16 e 17) exerciam um papel de vigilância constante, permitindo o cruzamento de fogos e o flanqueamento das posições possibilitando a defesa contra os ataques inimigos de cada ângulo do elemento, servindo às permanências uma proteção contra o tempo. Dali se podia ter uma visão de 180° de ângulo de tudo que tinha em sua frente. Essa simetria de fortalezas segundo Ricardo Fontana, *foi introduzida em Portugal por técnicos que viajavam para a Itália como Miguel Arruda, João Castilho, Francisco de Holanda* (FONTANA, 2005, p. 35), que faziam suas adaptações conforme as necessidades de cada território a ser conquistado pela coroa portuguesa.



*Detalhe da guarita da Fortaleza.*

**Figura 13 - Guarita do Forte de Macapá.**  
**Fonte: Riccardo Fontana.**



**Figura 14- Guarita do Forte Real Forte Príncipe.**  
**Fonte: Arquivo Lourismar Barroso.**

No interior das fortalezas, conforme (Fig. 18 e 19) notamos uma comparação quanto às necessidades de combates, com corredores livres, dando passagem aos seus combatentes, que para Edison Bisso Cruxen, *seu interior sendo um espaço fechado e seguro onde reside o poder e a administração da justiça* (CRUXEN 2011 p. 8). O Real forte Príncipe da Beira herdou sua semelhança em estrutura onde seus canhões são depositados e organizados em linha de fogo, cada um voltado para seu alvo anglo alcance, com um parapeito que dava proteção ao combatente.



*Interior da Fortaleza de São José de Macapá, Amapá*

**Figura 15- Interior do Baluarte do Forte.**  
**Fonte: Riccardo Fontana.**



**Figura 16- Interior do Baluarte do Príncipe da Beira.**  
**Fonte: Arquivo Lourismar Barroso.**

Tomado como um ponto de estratégia, a fortaleza<sup>18</sup> Real Príncipe da Beira foi erguida no rio Guaporé (Fig. 20), onde havia um canal que dava passagem a uma embarcação por vez. Os navegantes tinham que tomar cuidado quanto à correnteza daquele rio que de tão intensas lançavam as embarcações sobre as pedras, e durante a seca, o mesmo cuidado era

<sup>18</sup> - A palavra "fortaleza", principal atributo do castelo, provem do latim fortitudo, que significa força (resistência, coragem) valores aplicados ao físico ou espiritual, sendo esta uma das quatro virtudes cardinais do catolicismo, desta forma, nome e essência estão ligados em uma relação íntima, o próprio nome, desde sua concepção de construção, se converte em todo um símbolo de inexpugnabilidade e supremacia. (CRUXEN, 2011. p. 05)

dobrado devido à presença de rochas que ficavam visíveis ao redor da passagem demandando prudência do navegante.

Essa demora na passagem pelo rio acontecia no período de seca do Guaporé, fazendo com que os portugueses percebessem a presença do inimigo e, impedindo sua viagem.



**Figura 17 - Canal de passagem em frente ao Forte Príncipe da Beira.**  
**Fonte: Arquivo Lourismar Barroso.**

Mediante experiência feita *in loco* em companhia do Exército brasileiro, medimos com precisão, com o auxílio de um aparelho de GPS a distância de uma das passagens estreitas do rio Guaporé a partir do baluarte de Santa Bárbara. Com 537 metros de distância do canal ao baluarte, Manoel Rodrigues Ferreira afirma que:

Os canhões do forte dificilmente poderiam atingir todas as embarcações, justamente por isso que foi escolhido este ponto do rio onde há uma pequena cachoeira, sendo todas as embarcações obrigadas a passar através de um estreito canal, sendo um único ponto do rio Guaporé onde há um canal obrigatório para a passagem das embarcações. (FERREIRA, 1961, p. 225)

Muito embora o local escolhido por Luiz de Albuquerque para a construção do Forte fosse possível dentro daquela conjuntura, críticas não faltaram ao seu empreendimento como as de João Severiano da Fonseca<sup>19</sup> e Manuel Rodrigues Ferreira<sup>20</sup> no século XIX que se

<sup>19</sup> Nasceu dia 27 de maio de 1836 na cidade de Alagoas, filho do Tenente Coronel de Infantaria Manoel Mendes da Fonseca e de Rosa Maria Paulina da Fonseca. Trabalhou como escritor, historiador e foi membro ativo de diversas instituições. De 1875 a 1878, durante sua permanência na Comissão de Limites com a Bolívia, João Severiano o interior do País, anotando tudo que fosse importante em termos geográficos e culturais das regiões. Anos mais tarde, em 1986, publicou o livro “Viagem ao Redor do Brasil”, o primeiro trabalho sobre geopolítica escrito no Brasil. (CROCCO,2008 p.3)

<sup>20</sup> Manoel Rodrigues Ferreira nasceu no Município de Bica de Pedra em 1915 (hoje Itapuí), Estado de São Paulo, na Fazenda São Sebastião, que seus pais formaram há quase um século e meio, derrubando a mata

divergem quanto à estratégia do local escolhido pelo governador da capitania de Mato Grosso.

O General João Severiano da Fonseca ao examinar o Forte durante sua expedição “Ao redor do Brasil” de 1875 a 1878 disparou críticas quanto à definição do local escolhido por Luís de Albuquerque para a construção do Real Forte e declarou que:

[...] os terrenos fronteiriços são almargeais e brejões, impossíveis de serem habitados e transitados e, o leito do rio com sua dificuldade deixa uma canoa, como a que montamos vencer-lhe as pedras e corredeiras; e quando, enfim, não poderia esperar agressões nenhuma pela direita, terrenos brasileiros, encravados na mesma rede de vastos pantanais... Que D. Rolim de Moura fundasse o Fortim da Conceição compreende-se bem, era para defender a posição tomada dos castelhanos e firmar os direitos de posse da Coroa portuguesa; e também se compreende que mais tarde buscasse essa colina para o posto militar, visto aquele Fortim ficar sob as águas nas grandes enchentes do rio. Mas para tais fins, e para servir de guarda ao rio e defesa da navegação, um simples reduto bastava, naquele tempo que a artilharia ainda estava nas faixas da infância. O que não se compreende são os motivos que induziram Luiz de Albuquerque a erguer esta formidável fortificação num local, onde, quando mesmo sua existência não fosse completamente numa pela posição nada convinável, seria desnecessária pela natureza do seu capo de ação”. (FONSECA. 1986. p. 217)

As observações do engenheiro Manuel Rodrigues Ferreira que esteve no Forte no século XIX, com experiência em construções e autor de diversas obras, entre elas *Nas Selvas Amazônicas*, contraria a opinião do General Severiano ao afirmar que a situação estratégica do Forte foi relevante para a coroa portuguesa e menciona que:

Por ter sido construído acima da confluência dos rios Mamoré e Guaporé, pois qualquer invasão por parte dos espanhóis só poderia efetuar-se descendo os rios Mamoré, Beni o Madre de Dios e subindo depois o rio Guaporé. Uma expedição fluvial, por outros lugares, espalhar-se-ia pela largura do rio e os canhões do Forte dificilmente poderiam atingir todas as embarcações, mas, nesse ponto do rio, onde há uma cachoeira, as embarcações são obrigadas a passar através de estreito canal. O alvo dos canhões do Forte seria aquele canal onde as embarcações teriam de passar uma após outra... Este é o único ponto do rio Guaporé onde há um canal obrigatório para passagem de embarcações. Por outro lado, na margem ocidental, numa extensão de milhares de quilômetros quadrados, há muito lagos, lagoas e terrenos alagadiços, formados pelos rios Baures, Intonamos e Mamoré, sendo impossível tentar-se uma invasão pela margem em frente ao Forte, e, pela retaguarda, devido à grandeza de seu poder, resistiriam por tempo prolongado qualquer cerco, dando tempo suficiente para receber

---

*virgem na beira do Tietê, o Rio Bandeirante. Teria que ser, um notável Professor de Matemática e Física, um ilustre Engenheiro, um Desbravador dos Sertões do Brasil Central, Jornalista, Historiador, Fotógrafo Documentarista, Escritor, não havendo campo da atividade humana em que militasse que não o fizesse com brilho. Conhecido em todo o Brasil pelos seus trabalhos, principalmente na área da Ciência Histórica, é particularmente venerado nos Estados de Goiás, Tocantins, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre.* AUTOBIOBIBLIOGRAFIA de Manoel Rodrigues Ferreira 2003.

reforço. (FERREIRA, 1961, p. 225).

Para Gilberto Freyre a engenharia que foi adotada por Luiz de Albuquerque para a construção de Vila Bela, se prestava à crítica de Pombal, de que:

fizera à sua ciência a de desgarrar-se das possibilidades econômicas, dentro das quais o administrador sensato deveria traçar seus planos. O fidalgo da Ínsua sonhara edificar uma capital, para sua capitania, que fosse ao plano civil, o que o Forte da Beira, por ele construído, ficou, na realidade, no plano militar. Faltaram-lhe, por tanto recurso. A Vila Bela que conseguiu levantar foi pouco mais que projeto arrojado, tecnicamente admirável, de grandiosa cidade moderna no meio da selva tropical. (FREYRE, 1978, p.175)

Assim, com o surgimento em 1775 do Forte de Coimbra, de acordo com José Maria Nunes, *portal de acesso ao sul, delimitaria no futuro, em associação com a monumental fortificação do Príncipe da Beira de 1776* (NUNES, 1985 p. 150), essa linha básica de defesa da fronteira ocidental, será fixada pelos portugueses no século XVIII.

Ainda segundo José Maria Nunes, *a necessidade política decorrida da execução das fortalezas expressava o interesse da Coroa portuguesa em intensificar o comércio e a navegação* (NUNES, 1985 p.150), dessa maneira na Capitania do Grão-Pará e de Mato Grosso surgem os fortes que irão garantir o controle da fronteira impondo seu respeito e dando condições de navegação pelos rios que:

A companhia concessionária organizaria estabelecimento de apoio ao tráfico, em locais escolhidos e fiscalizados pelo capitão-general. Determinava-se a criação de “feitorias” na barra do rio Mequém e na região do fortim Nossa Senhora da Conceição. O fluxo comercial e regularidade da navegação ligavam-se à segurança da fronteira. (NUNES, 1985, p. 150)

Sem recurso para a construção do Forte, Luiz de Albuquerque enfrentou sem medo a censura de Pombal as empreitadas administrativas a que se lançara. Os gastos ultrapassavam os recursos da capitania. Obstinado, perseverou nos propósitos da coroa, cujo alcance seria mais tarde reconhecido, acreditando em seu alto significado político capaz de justificar os elevados sacrifícios que a todos sobreviriam.

Segundo José Maria de Souza Nunes, *no quadro do memorável governo de Luiz de Albuquerque, entre as admiráveis realizações que se registra, sobreleva-se a obra maior da consolidação da fronteira ocidental, cujo marco mais expressivo é o Forte Príncipe da Beira* (NUNES, 1985, p.161). Já para Gilberto Freyre, *a fama de perdulário que parece ter sido ganho por Luiz de Albuquerque, junto a Pombal, nos primeiros dias de fidalgo da Casa de*

*Ínsua no governo de Mato Grosso, não corresponderam fatos que a confirmassem* (FREYRE, 1978, p.163).

Para Edison Bisso Cruxen, *as fortalezas sempre foram utilizadas como marcas de presença para construção de um território, não servindo apenas como marcas de monumentalidade arquitetônica* CRUXEN (2011, p.11), mas principalmente por sua grande expressividade retórica.

O conjunto de fortificações que foram implantados pela coroa para balizar as linhas divisórias procurou manter a segurança da colônia portuguesa na América do sul, sendo erguidos com esforços e resistências de seus principais colaboradores, o índio e o negro que foram mantidos como mão de obra forçada pela coroa. Para manter a consolidação do território da capitania de Mato Grosso no século XVIII, o Real Forte Príncipe da Beira, surge como marco de consolidação e ocupação permanente desse novo espaço que se anexava a coroa portuguesa, permanecendo como símbolo de uma conquista de um território que começou no século XVI. O processo de construção das fortalezas iniciadas no século XVI teria sua consolidação no oeste da capitania de Mato Grosso no século XVIII, restando ao Real Forte Príncipe da Beira a função de proteger, guardar e manter a segurança do território conquistado pela coroa portuguesa.

### CAPÍTULO III

#### 3. O PROCESSO CONSTRUTIVO DO REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA E SUA MATÉRIA PRIMA

Para conhecermos a construção do Real Forte Príncipe da Beira e o tipo de mão de obra adotada, consultamos algumas correspondências sobre esse forte, trocadas entre os comandantes do forte com o governador da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e também com a Coroa Portuguesa. Tais cartas estão disponíveis no Centro de Documentação do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT e também no Projeto Resgate da Universidade de Brasília - UNB.

A matéria prima utilizada para a construção do Real Forte Príncipe da Beira, quase todas foram encontradas no próprio local da construção, com exceção do ferro que veio da capitania de Mato Grosso e parte da pedra cal veio da capitania do Grão-Pará e Mato Grosso.

Para o processo de construção do Forte, a coroa portuguesa contou com a mão de obra especializada de brancos e escravos que foram trazidos de várias capitanias da colônia, como Belém, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. A mão de obra indígena era uma preocupação da coroa que segundo Sérgio Buarque de Holanda, procurou *qualificar e instruir a mão de obra nativa para diferentes tarefas e ofícios, alguns índios aprendiam o ofício das tarefas empregadas na construção das fortalezas como serviço de carpinteiro, de ferreiro, de serralheiros, dentre outros* (HOLANDA, 2010, p. 295). Essa mão de obra utilizada para engrossar o contingente de trabalhadores do Real Forte teve sua significância. Houve ainda a participação de trabalhadores livres, como os escravos de ganho.

Para Otávio Ribeiro Chaves, salienta que *apenas um terço dos índios em idade produtiva de 13 a 60 anos poderiam se ausentar para trabalhar em outras atividades* (CHAVES, 2011, p. 2). As atividades nas quais se refere era de remeiro, artífices, pescador, e mateiro. Desse modo, a preocupação da coroa não estava somente na defesa da fronteira, mas em garantir o povoamento, medida que se intensificou com a implantação da capitania de Mato Grosso em 1748 e se estendeu com o destacamento de Nossa Senhora da Conceição em 1760.

Portanto, sem a participação dos índios mojos, seria impossível levar adiante o

projeto de consolidação da capitania de Mato Grosso, do Grão Pará e do Maranhão, garantido assim as riquezas minerais geradas naquela região aonde o forte iria se apresentar como balizador de fronteira.

Além do uso da mão de obra especializada como de carpinteiro, oleiro, artífices, segundo Ariadne Ketili Costa, *o militarismo foi outra opção para engrossar esse contingente de operários e sua composição obedecia a critérios dentro de uma hierarquia que segue aos dias atuais, compondo a chamada nobreza de terra e formar a elite colonial* (COSTA. 2011 p.4). Esses militares estão compostos conforme (Tabela 01) em uma hierarquia que aumentará cada vez na região de fronteira com as seguintes patentes:

**Tabela 1**

<b>Hierarquia das companhias de ordenanças</b>	
<b>Posto</b>	<b>Quantidade</b>
Capitão-mor	1
Sargento-mor	1
Oficiais	-
Capitão	1
Alferes	1
Sargento	1
Meirinho	1
Escrivão	1
Cabos	10
Peões	25
<b>Total</b>	<b>42</b>

**Fonte:** Amazônia e Defesa Nacional. 2006.p. 37.

Para o início dos trabalhos no Real Forte Príncipe chegaram algumas mãos de obras qualificadas de brancos e negros, vindos das capitanias do Rio de Janeiro e Belém do Pará, conforme carta enviada em 1776, com a relação dos trabalhadores e oficiais da obra Forte Príncipe da Beira<sup>21</sup>, a outra parte da mão de obra escrava irá se formar no decorrer da construção.

Os militares que vieram sentar praça no Real Forte e ajudar na construção, todos receberam um aditivo em seus salários (Fig. 21), esse abono variava conforme o cargo e patente de cada militar, uma espécie de gratificação, os portugueses chamavam esse aditivo de “graças”, sendo todos os militares da Companhia de linha de fronteira. Esses militares faziam

<sup>21</sup> Carta postada em 1776 relação dos trabalhadores e oficiais da obra Forte Príncipe da Beira BR. APMT. RFP. RO. 0009 CAIXA N° 001



parte das tropas pagas, também chamadas de Regulares ou de Primeira Linha que recebiam soldo, fardamento, alimentação para si, como a farinha e o azeite.

The image shows a handwritten document titled "Relação dos Praças militares que tomaram abonos no Forte Príncipe da Beira por ordem da Real Junta." The document lists various military ranks and names, with some numerical values written on the right side. The text is written in a cursive script.

Nome e Cargo	Valor
1º Capitão das Armas Militares	3000
2º Capitão das Armas Militares	2500
3º Capitão das Armas Militares	2000
4º Capitão das Armas Militares	1500
5º Capitão das Armas Militares	1000
6º Capitão das Armas Militares	500
7º Capitão das Armas Militares	500
8º Capitão das Armas Militares	500
9º Capitão das Armas Militares	500
10º Capitão das Armas Militares	500
11º Capitão das Armas Militares	500
12º Capitão das Armas Militares	500
13º Capitão das Armas Militares	500
14º Capitão das Armas Militares	500
15º Capitão das Armas Militares	500
16º Capitão das Armas Militares	500
17º Capitão das Armas Militares	500
18º Capitão das Armas Militares	500
19º Capitão das Armas Militares	500
20º Capitão das Armas Militares	500
21º Capitão das Armas Militares	500
22º Capitão das Armas Militares	500
23º Capitão das Armas Militares	500
24º Capitão das Armas Militares	500
25º Capitão das Armas Militares	500
26º Capitão das Armas Militares	500
27º Capitão das Armas Militares	500
28º Capitão das Armas Militares	500
29º Capitão das Armas Militares	500
30º Capitão das Armas Militares	500
31º Capitão das Armas Militares	500
32º Capitão das Armas Militares	500
33º Capitão das Armas Militares	500
34º Capitão das Armas Militares	500
35º Capitão das Armas Militares	500
36º Capitão das Armas Militares	500
37º Capitão das Armas Militares	500
38º Capitão das Armas Militares	500
39º Capitão das Armas Militares	500
40º Capitão das Armas Militares	500
41º Capitão das Armas Militares	500
42º Capitão das Armas Militares	500
43º Capitão das Armas Militares	500
44º Capitão das Armas Militares	500
45º Capitão das Armas Militares	500
46º Capitão das Armas Militares	500
47º Capitão das Armas Militares	500
48º Capitão das Armas Militares	500
49º Capitão das Armas Militares	500
50º Capitão das Armas Militares	500
51º Capitão das Armas Militares	500
52º Capitão das Armas Militares	500
53º Capitão das Armas Militares	500
54º Capitão das Armas Militares	500
55º Capitão das Armas Militares	500
56º Capitão das Armas Militares	500
57º Capitão das Armas Militares	500
58º Capitão das Armas Militares	500
59º Capitão das Armas Militares	500
60º Capitão das Armas Militares	500
61º Capitão das Armas Militares	500
62º Capitão das Armas Militares	500
63º Capitão das Armas Militares	500
64º Capitão das Armas Militares	500
65º Capitão das Armas Militares	500
66º Capitão das Armas Militares	500
67º Capitão das Armas Militares	500
68º Capitão das Armas Militares	500
69º Capitão das Armas Militares	500
70º Capitão das Armas Militares	500
71º Capitão das Armas Militares	500
72º Capitão das Armas Militares	500
73º Capitão das Armas Militares	500
74º Capitão das Armas Militares	500
75º Capitão das Armas Militares	500
76º Capitão das Armas Militares	500
77º Capitão das Armas Militares	500
78º Capitão das Armas Militares	500
79º Capitão das Armas Militares	500
80º Capitão das Armas Militares	500
81º Capitão das Armas Militares	500
82º Capitão das Armas Militares	500
83º Capitão das Armas Militares	500
84º Capitão das Armas Militares	500
85º Capitão das Armas Militares	500
86º Capitão das Armas Militares	500
87º Capitão das Armas Militares	500
88º Capitão das Armas Militares	500
89º Capitão das Armas Militares	500
90º Capitão das Armas Militares	500
91º Capitão das Armas Militares	500
92º Capitão das Armas Militares	500
93º Capitão das Armas Militares	500
94º Capitão das Armas Militares	500
95º Capitão das Armas Militares	500
96º Capitão das Armas Militares	500
97º Capitão das Armas Militares	500
98º Capitão das Armas Militares	500
99º Capitão das Armas Militares	500
100º Capitão das Armas Militares	500

Figura 18 - Relação dos Praças militares que tomaram abonos no Forte Príncipe da Beira por ordem da Real Junta.

Fonte: BR. APMT. RFP. RO. 001 CAIXA Nº 001.

No contingente militar que foi enviado para a construção do Real forte, havia militares com patente superior, que assumia determinado cargos e comandos, assim como aqueles que executavam tarefas e obrigações. Outros, porém segundo Miguel Faria,

se mantiveram no anonimato como sendo oficiais construtores sendo eles: João Leme mestre carpinteiro; o mulato Antônio, chamado “o Taipeiro”; Narcizo, “o negro que rouba”; os pedreiros Manoel Gomes (também africano e que morreria na obra); Patrício Antônio e Thomas Dias o feitor que nunca adoce (FARIA, 1996, p.66).

Em carta enviada do comandante do Forte Príncipe José de Melo Lastro Vilhena e Silva, em 29 de abril de 1776<sup>22</sup>, a Domingo Sambucete relatando conforme (Tab. 2) o quantitativo dos primeiros trabalhadores e oficiais do Forte Príncipe com seus respectivos cargos e obrigações:

<sup>22</sup> Carta do Comandante do Forte Príncipe José de Melo Lastro Vilhena e Silva em 29 de abril de 1776 a Domingo Sambucete BR. PMT. RFP. RO 0009 CAIXA Nº 0001

Tabela 2

<b>Quantitativo de militares com patentes e funcionários paisanos do Forte</b>		
<b>Nome</b>	<b>Patente</b>	<b>Obrigações</b>
Joaquim Lopes Poupino	Capitão de Engenharia	Encarregado pelos feitores em suas obrigações
Félix Botelho de Queiros	Furriel Tenente de Dragões	Encarregado pela distribuição dos trabalhos, locar pessoa e vigiar as tarefas, conforme a portaria que lhe foi dada.
Ignácio de Sousa Nogueira	Sargento de Artilharia	Encarregado pela medição da obra, vigiar os trabalhadores fazer a contagem no final do expediente, prestava serviço de escrivão para os militares do forte e não poderia deixar faltar comida no regimento real.
Francisco da Silva Rondon	Feitor de Obra – Crioulo	Encarregado pelos negros do rei
Luiz Pereira	Feitor Paisano – Crioulo	Cuidava da pedreira
Thomas Dias	Feitor Paisano - Crioulo	Cuidava da obra

**Fonte: Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Forte Príncipe da Beira: BR. APMT. RPF. RO. 0009 CAIXA Nº 001**

Já na tabela 3 temos como objetivo mencionar os trabalhadores escravos que estavam presentes no forte em 1776, suas origens e seus respectivos cargos e função exercido na construção da obra do forte, a preocupação do capitão de engenharia do Real Forte Joaquim Lopes Poupino relata em carta ao governador Luiz de Albuquerque em 11 de junho de 1777<sup>23</sup> sobre a qualidade da mão de obra que vinha de tão longe e que encarecia os cofres da coroa e infere que:

os trabalhadores que vieram do Pará não estavam trabalhando, muito menos os dois alemães que estavam em estado deplorável e que nestes casos, só vão resistindo os que aqui já estavam acostumados com as sezões e que os demais negros foram ocupados no restante da obra, sendo apenas 3 no forte da Conceição já o mestre e o crioulo que veio do Pará nesse grupo são os melhores artífices<sup>24</sup>

Tabela 3

<b>Quantitativo de trabalhadores escravos no Forte Príncipe em 1776</b>			
<b>Nome</b>	<b>Origem</b>	<b>Condições</b>	<b>Função</b>
Salvador Pays de Faria	-	Executava/trabalhos	Pedreiro
José Antônio	-	-	Pedreiro
João Viegas Garces	-	-	Pedreiro
Giraldo Ribeiro Pontes	-	Doente no Hospital	Pedreiro

<sup>23</sup> Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 11 de junho de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0017 CAIXA Nº 001

<sup>24</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 11 de junho de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0017 CAIXA Nº 001

Mestre José Nogueira	Pará	Todos doentes	Pedreiro
José Rodrigues	Pará	Todos doentes	Pedreiro
João Quequey	Alemão vindo Pará	Com perigo de vida	Pedreiro
João Frosmes	Alemão vindo Pará	Com perigo de vida	Pedreiro
João Francisco Brabo	Pará	Imprestável	Pedreiro
Clemente Cariboca	Pará	Imprestável	Pedreiro
André da Silveira	-	Crioulo	Oficial/pedreira
Domingos da Silva	-	Índio	-
Felipe de Miranda	-	-	Curados
Manoel Correia Lobo	-	-	Curados

**Fonte: Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 11 de junho de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0017 CAIXA N° 001**

Com a chegada de novas mãos de obra escrava assim que solicitada pelo comando do Forte quando havia a necessidade, e pelo contrato de mão de obra livre de brancos e negros alforriado, os militares/patrão disponibilizavam seus escravos, todas as vezes que fosse necessário por um período de tempo, estipulado no acordo firmado entre o comandante do forte e o governador da capitania de Mato Grosso. Com a chegada de novos trabalhadores, havia sempre a preocupação de seus comandantes em manter o controle, evitando assim uma desordem, restando aos comandantes rever seus métodos sempre que houvesse princípio de tumulto ou rebeldia, nem que pra isso seus feitores se alternassem na vigilância desses escravos dia e noite.

### 3.1. Pedra Canga (laterita)

A pedra canga, matéria prima utilizada na construção do forte, a principio foi encontrada no próprio local da obra conforme carta enviada pelo engenheiro da obra Domingo Sambucete a Luís de Albuquerque em 10 de março de 1776, afirmando que, *bastavam alguns furos de picareta no solo e logo se afluava da terra em grande quantidade, a outra parte veio de um pedral encontrado a 1 km descendo o rio Guaporé em sua margem direita*<sup>25</sup>.

A preocupação pela qualidade da pedra canga, matéria prima a ser usada na construção da fortaleza, levava certo cuidado na hora de escolher sua tonalidade e resistência. Essa preocupação é narrada na carta enviada pelo engenheiro Domingo Sambucete a Luís de Albuquerque em 6 de novembro de 1776, onde declara que:

todas as pedras para os alicerces e enchimento da fortaleza foram extraídas do

<sup>25</sup> - Carta de Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque, 10 de março de 1776. (REF. BR. APMT. RFP. CA. 0004 CAIXA N° 001)

mesmo lugar onde se construiu o fosso e que, somente em janeiro se tinha as condições da entrada das canoas para buscar as pedras já faceadas.<sup>26</sup>

Outra parte dessa pedra canga, foi encontrada em sítio próximo da fortaleza em uma propriedade privada, como menciona a carta do dia 7 de outubro de 1776 enviada do capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque:

no engenho do senhor Félix há pedras de cor pardinha com grãos bons, assim como no engenho do ajudante de ordens Antônio Felipe foi encontrado a pedra cal e o governador não fez nenhum acordo para a retirada das pedras<sup>27</sup>

As terras que estavam ao entorno do forte, passaram pertencer a particulares, sendo comum encontrar a pedra canga nesses sítios em escala bem considerável, o que era remetida para a da fortaleza. A preocupação por essa matéria prima levou o capitão Joaquim Lopes narrar em carta de 25 de Junho de 1777, tranquilizar o governador Luís de Albuquerque dizendo que:

Como a pedra que serve para a obra tem que ser boa e se lavra em cantaria nem todas é aproveitada, a preocupação pelo fim do banco de pedras era eminente, mas foi Patrício Antônio que lhe informou que ali ainda haveria mais duas léguas de comprimento, mais sempre desviando o rio<sup>28</sup>.

Com a visita do engenheiro genovês a pedreira conforme carta enviada em 8 de janeiro de 1777, a Luiz de Albuquerque, constatou-se umas poucas pedras, porém de ótima qualidade que de bom comprimento e largura serviria para a construção da porta.

depois de reduzida um palmo e meio seriam transportadas para a obra a fim de se lavar em primeiro lugar as reais armas, as inscrições, o arco da porta e o que mais for preciso como são as pedras do cordão, todo esse modelo seria igual ao do forte de Macapá<sup>29</sup>.

Para Otávio Ribeiro Chaves, a pedra canga, como é conhecida popularmente *foi encontrado em morros próximos ao canteiro de obras, o que permitiu executar a primeira parte do que tinha planejado a confecção da planta, o preparo do terreno, a demarcação da área* (CHAVES 2011, p. 7). As pedras usadas para a construção da fortaleza foram de qualidade e tonicidade diferentes, pois sua percepção é visível em suas paredes laterais e

<sup>26</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete para Luiz de Albuquerque em 6 de novembro de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0007 CAIXA N° 001

<sup>27</sup> Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino para Luiz de Albuquerque em 7 de outubro de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA 0005 CAIXA N°001

<sup>28</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 25 de junho de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0018 CAIXA N° 001

<sup>29</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de janeiro de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0013 CAIXA N°001

residências internas, havendo uma alteração em sua coloração e resistência. Algumas eram resistentes na hora de facear, essas pedras que eram julgadas “melhores” foram usadas no brasão que vai acima do portão principal.

As dificuldades para a construção do forte eram várias, quando o mestre de obra José Pinheiro de Lacerda envia uma carta em 3 de outubro de 1778, solicitando a Luís de Albuquerque, *a possibilidade de mais pedra para construção e determine a preservação da pedreira, sendo uma espécie de pedra lavrada e crer que a construção do forte pede indispensavelmente três qualidades de pedras*<sup>30</sup>. Todas essas pedras vinham lavradas das pedreiras e era transportadas preferencialmente nos meses de inverno, período em que o rio estava apto para passagem.

Em carta enviada ao mestre de obra Capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda. 4 de outubro de 1778 relata o local onde será posta cada qualidade de pedra:

a primeira lavrada para o passamento exterior da muralha, a segunda para a obra mediana passa o massivamente comprimento e grossura da mesma muralha e os terrenos graças ao seu nivelamento, é capaz de aceitar pedras de diferentes cortes e figura para largá-los no parapeito, linhas e inclinação dos parapeitos, pedras para sobre cobrir os arcos das portas, impostas para os pés direitos dos edifícios interiores, para degraus de escadas e outras afeição da obra<sup>31</sup>.

Da pedreira até o local onde estava sendo construído o forte, as rochas eram transportadas em canoas, com uma quantidade que chegava até 90 cabeças de pedras de variedades conforme Carta do Engenheiro Domingo Sambucete para Luiz de Albuquerque em 6 de novembro de 1776<sup>32</sup>, relatando as pedras pequenas e grandes assim como as madeiras que eram transportadas para serem aproveitadas nos portões e no enchimento. Todo esse trabalho era realizado por escravos e trabalhadores livres.

Outra matéria prima, como a madeira utilizada para o fabrico de caibros, janelas e portas foram retiradas da área que foi limpa para a construção da fortaleza<sup>33</sup>. Ao escolher a

<sup>30</sup> - Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao governador e Capitão General da capitania de mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 03 de outubro de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0041 CAIXA N°001

<sup>31</sup> - Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao governador e Capitão General da capitania de mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 03 de outubro de 1778REF. BR. APMT. RFP. CA. 0041 CAIXA N°001

<sup>32</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete para Luiz de Albuquerque em 6 de novembro de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0007 CAIXA N° 001

<sup>33</sup> - Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque em 28 de dezembro de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA 0064 CAIXA N° 001

área para assentar o forte, os trabalhadores tiveram a missão de derrubar a mata e reaproveitar suas árvores que iriam servir para caibros e tábuas. Havia grande preocupação do engenheiro Sambucete com a possibilidade da falta desse item, conforme carta escrita do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque em 28 de dezembro de 1778 *ficando por tanto suspensa toda e qualquer execução ou reforma de obra na preocupação da falta dessa matéria prima*<sup>34</sup>.

Já o ferro usado no calabouço veio da capitania de Mato Grosso e parte da pedra cal veio da Capitania do Grão-Pará como menciona Manoel Rodrigues Ferreira, *deste gênero (cal) vieram do Pará perto de mil alqueires; veio depois de Cuiabá, da povoação de Albuquerque, e afinal do Registro do Jauru, por ter-se achado, não longe, pedra calcária* (FERREIRA, 1961 p.230).

A única peça que veio da Europa, para compor o arsenal do Forte, segundo Manuel Rodrigues Ferreira, *foram os Canhões, que subiram o Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé* (FERREIRA, 1961, p. 236). De acordo com Manoel Rodrigues Ferreira, as informações de Barão de Melgaço do ano de 1864, dava conta de que *o forte nunca chegou a ficar completamente equipado e talvez faltando alguma obra complementar* (Apud. FERREIRA 1961 p.234).

Pela dificuldade de obter certa matéria prima como a pedra cal, pedra canga e a madeira, a coroa portuguesa tomou providência de preservar as pedreiras e proibir a derrubada de árvores para que as mesmas não viessem faltar para a construção do forte, proibindo o seu mau uso.

### 3.2. Pedra Cal

Para ligar as pedras e dar sustentação nas paredes internas e externas, foi necessário o complemento de outra matéria-prima, a pedra cal<sup>35</sup> que durante os três primeiros anos de construção do forte, foi utilizada uma boa quantidade desse produto, sendo encontrada na localidade de Albuquerque na Capitania de Mato Grosso, sendo enviada para o canteiro de

<sup>34</sup> - Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque em 28 de dezembro de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA 0064 CAIXA Nº 001

<sup>35</sup> *A cal utilizada na edificação do forte Príncipe da Beira não era proveniente somente da Vila Real do Cuiabá; a partir da fundação do povoado de Albuquerque (atual Corumbá, MS), em 1778, essa matéria-prima passou a ser enviada para o forte visando à construção dos edifícios e das suas muralhas* (FERREIRA, 1961, p.230).

obra.

Para Sambucete, as muralhas do forte feitas com pedras e misturadas com cal e barro, dava certa resistência e tornaria a construção mais segura. A mistura das matérias-primas para o preparo da argamassa, também foi registrada em carta, consistia em adicionar:

3 botes de areia, uma de terra e outra de cal, depois de posta na obra no fim de três dias está como ferro de tão dura, este é o traço para as paredes. Para a porta foram 2 de areia, uma de terra e outra de cal.<sup>36</sup>

Desta forma, mesmo havendo a carência de certas matérias prima como a pedra cal, não faltava disposição por parte dos comandantes do forte em buscar em outras capitânicas o material necessário para seu término, podendo com isso, correr o risco de atrasar a conclusão da obra, pois com esse baluarte a fronteira oeste de capitania de Mato Grosso ganharia um reforço a mais na proteção do território.

### 3.3. Telhas

As telhas fabricadas para serem utilizadas no forte foram produzidas em período chuvoso, que de acordo com os oleiros só poderiam ser escoadas durante a enchente do rio Guaporé como confirma a carta enviada no dia 10 de março de 1776 de Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque, afirmando que *os oleiros não estavam tendo fortuna, se julgava quebrar pela má formação ainda pouco enxuta e que só pelo período da seca serão mais bem sucedidas*<sup>37</sup>. O seu transporte se dava quando o rio começasse a subir de acordo com a carta do engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de outubro de 1776, ressalta que:

as telhas só poderiam ser transportadas das olarias assim que o rio começasse a encher, pois requeria muito cuidados em seu transporte. Os transportes para essa carga eram feitas por canoas, que sendo compridas eram por demais pesadas e conseqüentemente se tornavam lentas, dificultando muitas vezes a manobra em lugares apertados<sup>38</sup>.

Para Otávio Ribeiro Chaves, *foram reaproveitadas as telhas e pedras do antigo forte*

---

<sup>36</sup> - Carta de Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 23 de julho de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA 0032 CAIXA Nº001

<sup>37</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de outubro de 1776 REF. BR. APMT. RFP. CA. 0006 CAIXAS Nº 001

<sup>38</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de outubro de 1776 REF. BR. APMT. RFP. CA. 0006 CAIXAS Nº 001

*de Bragança, assim como seus baluartes, todos recuperados e assentados nas muralhas do Forte Príncipe da Beira* (CHAVES, 2011 p. 12). As telhas de barro eram fabricadas em olarias situadas em terras pertencentes à coroa portuguesa que ficavam próximas da obra, onde o solo era mais argiloso, colaborando assim para a consistência da telha.

Para a extração e o transporte das matérias primas, sendo atividades que demandavam o recrutamento de um bom número de escravos que, naquele momento, chegavam a setenta. Para o engenheiro genovês era insuficiente, o que fez solicitar inúmeras vezes ao governador da Capitania de Mato Grosso o envio de mais cativos para levar adiante a empreitada.

Os trabalhadores enfrentavam dificuldades para escoar a pedra canga e as telhas até a obra, havia a necessidade de botes ou canoas com casco de Angelim, pois a que estavam operando no trabalho de carregamento das pedras eram rasas e suas cavernas superficiais, impossibilitando assim o transporte de poucas pedras.

O trabalho executado por negros, índios e brancos militares na construção do Real Forte Príncipe da Beira na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso no século XVIII, teve seu papel relevante quanto à participação desse grupo na construção dessa fronteira, que tomando seu local como uma posição estratégica, no lado ocidental do rio Guaporé, o Real Forte serviu como balizador dessa fronteira, garantindo a coroa portuguesa o livre acesso de suas navegações por esse rio, evitando o contrabando realizado pelos espanhóis, assegurando e preservando suas riquezas minerais e vegetais como o ouro e as drogas do sertão. Toda matéria prima usada na construção do Real Forte, foi de grande relevância para seu processo conclusivo, que vez e outra chegavam a faltar por dias, mas isso não deixava seus trabalhadores ociosos, que eram transferidos para outras frentes de execução.



## CAPÍTULO IV

### 4. PROFISSÕES E CONSTRUTORES

Desde a sua chegada ao Guaporé para a realização dos trabalhos do forte, o Engenheiro Domingos Sambucete se deparou com um ambiente que não ofereciam condições para a construção, mas nem por isso deixou-se desistir, e em carta enviada a Luís de Albuquerque em 8 de outubro de 1776, Sambucete informa que:

foi alojado em uma residência de uma negra forra, Ana Moreira, mas preferiu ficar sob a sombra de uma laranjeira por ser ventilado. Durante a noite seu trabalho tinha o auxílio da luz de uma lamparina, preferindo um ambiente humilde, mas que pudesse ter tranquilidade, sossego e inspiração para trabalhar. De baixo da laranjeira, Sambucete traçou as primeiras linhas que dariam forma a uma planta baixa, o que seria a do Real Forte Príncipe da Beira, e no dia 8 de outubro de 1776 Sambucete manda 2 cópias do mapa da construção da fortaleza a Luiz de Albuquerque<sup>39</sup>.

A preocupação do engenheiro com seus trabalhadores eram intensos e por diversas vezes ia ele mesmo vistoriar a pedreira onde se fazia os cortes das pedras. Lembramos que o engenheiro escolhido para concluir a obra não estava só nessa empreitada, mas contava com o trabalho de militares, negros escravos e forros como auxiliares de engenharia.

Com o objetivo de controlar os trabalhadores da obra, Domingo Sambucete engenheiro do Real Forte conforme carta enviada a Luís de Albuquerque em 8 de outubro de 1776, *mandou construir um galpão de 10 metros de comprimento por 3 de largura com intuito de abrigar os pretos do Rei e ao lado edificou um pequeno casebre para o feitor Thomaz que teria como responsabilidade a vigilância dos escravos*<sup>40</sup>. Os pretos do Rei eram uma categoria de escravos que pertencia à coroa e que ficava a disposição dos empreendimentos todas as vezes que eram solicitados pelos portugueses.

O trabalho na obra era alternado conforme os períodos do ano, durante o verão, se tinha a preocupação de acelerar o assentamento das pedras e durante o inverno sendo limitado

---

<sup>39</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luís de Albuquerque em 8 de outubro de 1776 REF. BR. APMT. RFP. CA. 0006 CAIXAS Nº 001

<sup>40</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luís de Albuquerque em 8 de outubro de 1776 REF. BR. APMT. RFP. CA. 0006 CAIXAS Nº 001

o trabalho na olaria, o que tornava impossível a produção de telhas. Nesse último período, se aproveitava para escoar a produção da olaria para a fortaleza, quando o acesso das canoas era viável. Às vezes havia a necessidade de deslocar trabalhadores escravos e carpinteiros vindos de Belém e Rio de Janeiro para a retirada de madeira como os caibros para o telhado ou para fazer andaimes que iriam servir para a construção das residências internas da fortaleza. Escravos também eram utilizados na abertura de picadas na mata para passagem de gados vindos de Goiás para iniciar uma pecuária de subsistência em torno do forte<sup>41</sup>.

Como o clima na capitania de Mato Grosso era instável, ora com chuva, ora com sol, os portugueses tiveram que adaptar-se a essas mudanças para que o trabalho não parasse. A fim de manter o controle da produção nesse tipo de clima em carta enviada a Luiz de Albuquerque em 8 de janeiro de 1777, Sambucete solicita ao referido governador e capitão-general *3 ampulheta de meia hora, uma seria para a obra, outra para a pedreira e a outra ficava de reserva caso algumas delas viesse a quebrar, pois o relógio de sol neste tempo de chuva muitas vezes tem pouca serventia*<sup>42</sup>. Passando a conhecer melhor o clima da capitania de Mato Grosso, Sambucete criou um rodízio de atividades a serem executadas diante as condições adversas que o local e natureza impunham durante a construção do Forte.

Em tempo chuvoso, conforme carta enviada do engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de janeiro de 1777 relata que:

os trabalhadores realizavam serviços internos, como organizar as telhas, preparar o madeiramento para as residências, ou organizar as pedras que seriam emparelhadas. Em tempos de sol, realizavam trabalhos como cortar a madeira e assentar pedras na fundação e paredes do forte<sup>43</sup>.

Com mais 46 negros e militares oficiais de alvenaria que chegaram do Pará, indo se juntar aos demais trabalhadores, a construção do forte ganhava um reforço que fazia toda diferença conforme (Tab. 4). Dentre os recém-chegados escravos, Sambucete faz uma ressalva ao negro Nogueira, dizendo que dentre todos os negros recém-chegados, era o melhor oficial de pedreira vindo de Macapá. Com esse destaque, Nogueira recebe o cargo de mestre de obra por merecimento e capacidade que demonstrava com a obra de El Rey.

---

<sup>41</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de janeiro de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0013 CAIXA N°001

<sup>42</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de janeiro de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0013 CAIXA N°001

<sup>43</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de janeiro de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0013 CAIXA N°001

Tabela 4

<b>Pedreiros vindos do Pará</b>		
<b>Nome</b>	<b>Origem</b>	<b>Função</b>
O Mestre José Nogueira	Crioulo	Pedreiro/doente
José Rodrigues	Crioulo	Pedreiro/doente
João Querquey	Alemão	Pedreiro/perigo de vida
João Frosmer	Alemão	Pedreiro/perigo de vida
João Francisco Brabo	Crioulo	Pedreiro/não prestam
Clemente Cariboca	Crioulo	Pedreiro/não prestam
André da Silveira	Crioulo	Muito bom oficial
Domingo da Silva	Índio	
Felipe de Miranda	Crioulo	Curados
Manoel Correia Lobo	Crioulo	Curados

**Fonte:** Carta Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Real Forte Príncipe da Beira. REF. BR. APM. RFP. RO. 0009 CAIXA N° 001

Além dos trabalhos que eram executados por homens experientes conforme carta enviada em 1776,<sup>44</sup> cabia aos aprendizes de pedreiros exercitarem o interesse e a habilidade de aprender um pouco mais sobre o ofício, o que lhe garantiria uma ascensão social. Em toda construção havia sempre a preocupação em escolher um número limitado de aprendizes de pedreiros conforme (Tab. 5) para que não houvesse prejuízo na execução de outras tarefas, em seu total apenas 4 estavam trabalhando.

Tabela 5

<b>Aprendizes de pedreiros</b>		
<b>Nome</b>	<b>Origem</b>	<b>Função</b>
Agostinho	Crioulo	Aprendiz
João Fula	Crioulo	Aprendiz
Domingos Barbosa	Crioulo	Aprendiz
Salvador de José Ignácio	Crioulo	Aprendiz

**Fonte:** Carta Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Real Forte Príncipe da Beira. REF. BR. APM. RFP. RO. 0009 CAIXA N° 001

**Obs:** Todos esses trabalhadores foram despedidos no dia 28 de outubro de 1776, pertencentes ao senhor Salvador José de Ignácio.

Com a chegada de novos militares vindos do Pará para a capitania de Mato Grosso onde estavam sendo construído o forte, de acordo com a carta enviada em 1776<sup>45</sup>, os

<sup>44</sup> Carta Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Real Forte Príncipe da Beira. REF. BR. APM. RFP. RO. 0009 CAIXA N° 001

<sup>45</sup> Carta Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Real Forte Príncipe da Beira. REF. BR. APM. RFP. RO. 0009 CAIXA N° 001

primeiros militares que chegaram nessa construção, conseguiram adquirir com o tempo alguns escravos que lhe servirão de escravos de ganho conforme (Tab. 6), sendo considerado como militares/patrão, procuravam empregar seus escravos na construção do Real Forte, especializando sua mão de obra e oferecendo a coroa portuguesa caso precisasse, tudo em troca de uma mercê. Esses escravos eram submetidos a todo tipo de trabalho caso precisassem. Essa prática de troca de favores era comum em Portugal para distinguir a pureza de sangue como recebimento de graça e que na Capitania de Mato Grosso não chegou a ser diferente, maneira que amenizou a formação das elites locais.

**Tabela 6**

<b>Escravos de patrões que arrancavam pedras</b>	
<b>Patrão/militar</b>	<b>Quantitativo de escravos</b>
De João Batista Crutile	2
Sargento - José Ignácio	1
De Antônio Coelho	5
Cabo - Antônio Francisco	5
De Francisco José Graces	4
Capitão - Antônio Pinto	1
Cabo - Antônio Francisco Coelho	2
De João de Magalhães	1
De Manoel Francisco da Cunha	2
Engenheiro - Sambucete	10
Total de Escravos	<b>38</b>

**Fonte: Carta Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Real Forte Príncipe da Beira. REF. BR. APM. RFP. RO. 0009 CAIXA N° 001**

Para Ariadne Ketili Costa em seus estudos supõe que:

[...] a nobreza brasileira raramente descendia da grande nobreza lusa, sendo na verdade, provenientes da dita nobreza civil, essencialmente constituída por setores médios, que enxergaram nas campanhas ultramarinas uma oportunidade de fazer fortuna e fama, tornando-se assim os principais da terra. (COSTA. 2011 p. 16).

O fato é que alguns desses militares tornaram-se a elite guaporeana assim que o forte passa a ser abandonado, que segundo Marco Teixeira e Dante Fonseca, *paralelo a essa minoria branca que foi se transformando na elite social da região, observa-se uma imensa maioria de mestiços, negros e índios* (TEIXEIRA; FONSECA, 2000, p.73).

No ano de 1780, o Forte passou a contar com um reforço de mais 156 escravos enviado pela coroa, sendo 69 escravos da coroa e 87 escravos de ganho pertencendo a particulares. Esses escravos eram empregados na construção do forte. Além desse quantitativo de escravos, contavam também com a mão de obra especializada de brancos e índios

executando o ofício de pedreiros e artífices.

Como podemos observar (Tab. 7) nem todos os trabalhadores relacionados num total de 69 apresentam sobrenome indicando a origem e o local de onde vieram já outros tem o sobrenome de seu dono, os demais deixam uma lacuna quanto a sua origem. Esses escravos eram deslocados das cidades de Belém, Rio de Janeiro, Cuiabá e São Paulo para reforçar o contingente de trabalhadores que estavam inseridos na construção do forte.

**Tabela 7**

<b>Quantitativo de trabalhadores escravos em 1780. Escravos de El Rey</b>			
1	Paulo Alina	36	Aylario
2	João Alina	37	Estanislao Baboleras
3	João Soares	38	<b>(África Ocidental)</b> Antônio Mandinga
4	Bernardo	39	<b>(Bojador)</b> Antônio Bojagó
5	Francisco Alina	40	Manoel
6	João Aulupo	41	<b>(Bojador)</b> Paulo Bojagó
7	<b>(Congo)</b> Clemente Congo	42	Joaquim Balandra
8	Miguel	43	<b>(Bojador)</b> Joseph Bojagó
9	Joseph Pereira	44	Zacarias Papel
10	Poncalo	45	<b>(África Ocidental)</b> Joseph Mandinga
11	<b>(África Ocidental)</b> Pedro Mandinga	46	Manoel Dagomes
12	Lazaro	47	<b>(Bengala)</b> Miguel Banguella
13	<b>(Cabo Verde)</b> Francisco Cabo Verde	48	<b>(Bengala)</b> Manoel Banguela Sambucetti
14	<b>(Bengala)</b> Manoel Banguella	49	Pedro Gomes
15	Francisco Rebolho	50	Antônio dos Santos
16	Antônio Alina de Albuquerque	51	Domingos da Cunha
17	Felix	52	Alado Luis Gomes
18	<b>(Cabo Verde)</b> João Cabo Verde	53	João Antônio
19	<b>(Bengala)</b> Clemente Banguella	54	<b>(África Ocidental)</b> Pedro Mandinga
20	Luis	55	Carlos Bruno
21	Joseph Alina	56	Francisco Papel
22	<b>(Bengala)</b> Fabio Banguella	57	Lourenço da Silva
23	<b>(Congo)</b> Domingos Congo	58	Joaquim Manoel
24	Pedro Cazado	59	Alexandre Pereira
25	Francisco Moleque	60	<b>(Costa do Marfim)</b> Ambrozio da Costa
26	Ventura Rebolho	61	Caetano Papel
27	<b>(Ketu)</b> Antonio Nagô	62	Augustinho Joseph
28	Sebastião da Cunha	63	Manoel Caetano
29	<b>(Costa do Marfim)</b> Ambrozio da Costa	64	<b>(Bengala)</b> Francisco Banguella
30	Joseph Gomes	65	Tomas Ignacio
31	<b>(Costa do Marfim)</b> Ambrozio da Costa	66	Miguel Jacó
32	Joaquim Francisco	67	Alberto Joseph
33	Lourenço Cretano	68	Joseph Sarabá
34	Tomé Pereira	69	<b>(Costa do Marfim)</b> Domingo da Costa
35	<b>(Costa do Marfim)</b> Francisco da Costa		

Fonte: Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque, 02 de Março de 1780 - REF. BR. APMT. RFP. CA 0137CAIXA N° 002.

Alguns negros eram remanejados do Forte de Nossa Senhora da Conceição para os trabalhos no Forte Príncipe, como relata a carta de 3 de dezembro de 1777 do Capitão Joaquim Lopes Poupino enviada a Luís de Albuquerque, onde menciona que:

Mais 24 negros que trabalhavam no forte da Conceição e com esperança que brevemente virá o resto dos quais por lá andam e se acham no mato tirando madeira para o conserto que se faz nas oficinas daquele forte<sup>46</sup>.

Em carta de 7 de outubro de 1776 do Capitão Joaquim Lopes Poupino ao governador Luiz de Albuquerque comenta sobre *os trabalhadores negros vindo de Cuiabá, que ao chegar no forte foram acometidos de doenças e não puderam trabalhar atrasando todo o serviço*<sup>47</sup>. Assim como em outro momento relata a chegada de alguns cativos para a obra e relata:

Além dos 46 escravos que trabalhavam na fortaleza, ainda podia contar com 30 escravos de particulares que trabalhavam na pedreira. Os pedreiros escravos da Real Fazenda fizeram os melhores serviços enquanto trabalhavam nas pedreiras, ao contrário do serviço que executavam na obra, hora e meia ficavam doentes ou simulavam doenças, já na pedreira e sob o comando do Patrício Antônio tinha um modo especial de mandar e aplicar<sup>48</sup>.

A preocupação com o envio de mais trabalhadores era constante, pois os poucos índios mojos que existiam perto da fortaleza tinham suas funções limitadas na construção do forte, sendo que a maioria desses índios era utilizada na profissão de remeiros, canoeiros, barqueiro e etc., ficando a maior parte do trabalho voltado para os brancos artífices, militares, negros escravos e de ganhos.

José Pinheiro de Lacerda relata em carta enviada a Luiz de Albuquerque em 21 de julho de 1778 que:

Com a precisão de mais 50 trabalhadores para a conclusão das obras e mais dois bons pedreiros para a construção das abobadas e que ocupar os que já estão na obra e na pedreira, seria perder tempo e atrasar ainda mais a obra, como sita o caso do André da Juliana<sup>49</sup>.

Trabalhando na construção da fortaleza com um número reduzido de trabalhadores qualificados e sofrendo alternadamente pela falta de matéria prima, como a pedra cal que

<sup>46</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 03 de dezembro de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0026 CAIXA N° 001

<sup>47</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino para Luiz de Albuquerque em 7 de outubro de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA 0005 CAIXA N°001

<sup>48</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino para Luiz de Albuquerque em 7 de outubro de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA 0005 CAIXA N°001

<sup>49</sup> - Carta do capitão José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque em 21 de julho de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA 0031 CAIXA N° 001

demorava chegar ao forte, como se não bastasse esses transtornos, ainda teria que desviar alguns trabalhadores empregados na construção do forte para abrir passagem para o rebanho que vinha de Goiás, como relata a carta do tenente de Dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha em 21 de setembro de 1778 a Luiz de Albuquerque que:

a permissão da retirada de 16 escravos e 20 vaqueiros entre pedestres e dragões para abrir um varadouro para a passagem de 500 cabeças de gado que havia chegado para começar uma pecuária em torno do forte<sup>50</sup>.

No ano de 1780 conforme (Tab. 8) houve a participação de mais 87 escravos de particulares da região do Guaporé na construção do forte, de acordo com a carta de 02 de março de 1780 enviada do capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao governador General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres<sup>51</sup>, sendo alugados pela coroa todas as vezes que havia a necessidade de acelerar os trabalhos na fortaleza. Esses particulares eram os militares/patrão que haviam chegado há mais tempo para a construção do forte e logo teriam formados uma mão de obra particular na qual serviria a coroa caso fosse necessário, alugando seu braço cativo.

**Tabela 8**

<b>Quantitativo de trabalhadores escravos em 1780. Escravos de particulares</b>			
1	<b>(Angola)</b> João Angolla	47	<b>(Angola)</b> Joseph Angolla
2	Antônio Gomes	48	<b>(Costa da Mina)</b> João Mina
3	<b>(Angola)</b> Joseph Angolla	49	João Luis
4	<b>(Bengala)</b> Pedro Banguella	50	Antônio Magalhães
5	<b>(Bengala)</b> Manoel Banguella	51	<b>(Bengala)</b> Pedro Banguella
6	Francisco	52	<b>(Bengala)</b> Manoel Banguella
7	Tomas	53	Francisco Luis
8	<b>(Bengala)</b> João Banguella	54	<b>(Angola)</b> Antônio Angolla
9	Antônio	55	Antônio Barboza
10	Joseph	56	Izidoro
11	Francisco	57	<b>(Angola)</b> Joaquim Angolla
12	Antônio Lapa	58	<b>(Angola)</b> Manoel Angolla
13	<b>(Costa da Mina)</b> Joaquim Mina	59	<b>(Ketu)</b> Francisco Nagô
14	João	60	<b>(Bengala)</b> Joseph Banguella
15	<b>(Costa da Mina)</b> Joseph Mina	61	<b>(Costa da Mina)</b> João Mina
16	<b>(Angola)</b> Joseph Angolla	62	Antônio Cobê
17	Maninio	63	<b>(Congo)</b> Antônio Congo
18	Feliciano	64	Clementes
19	Manoel	65	Manoel

<sup>50</sup> - Carta do tenente de Dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha em 21 de setembro de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA 0037 CAIXA Nº 001

<sup>51</sup> Carta de 02 de março de 1780 enviada do capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao governador General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres REF. BR. APMT. RFP. CA 137 CAIXA Nº 002

20	Lauriamo	66	( <b>Ketu</b> ) Luis Nagô
21	( <b>Costa da Mina</b> ) Antônio Mina	67	João Gomes
22	Joseph Magalhães	68	Miguel
23	Francisco	69	Luis
24	Joaquim Cambá	70	João
25	Domingos Tororó	71	Manoel
26	João	72	Antônio
27	( <b>África Ocidental</b> ) João Mandinga	73	João Coelho
28	Rafael	74	Francisco
29	( <b>África Ocidental</b> ) Agostinho Mandinga	75	Gomes
30	André	76	Manoel
31	( <b>Cabo Verde</b> ) Gaspar Cabo Verde	77	Joaquim
32	( <b>Costa da Mina</b> ) Luis Mina	78	Joseph
33	João Baptista	79	( <b>Costa da Mina</b> ) Joaquim Mina
34	( <b>Angola</b> ) Antonio Angolla	80	( <b>Costa da Mina</b> ) Joseph Mina
35	( <b>Angola</b> ) João Angolla	81	( <b>Angola</b> ) João Angolla
36	Manoel Crioulo	82	( <b>África Ocidental</b> ) Joseph Mandinga
37	Joaquim de Silva	83	Matheus Crioulo
38	( <b>Costa da Mina</b> ) Joaquim Mina	84	( <b>Cabo Verde</b> ) Miguel Cabo Verde
39	( <b>Costa da Mina</b> ) Joseph Mina	85	Ignácio
40	Francisco	86	Manoel
41	Manoel Mandinga	87	Silvestre
42	Agostinho		
43	Narcisio		
44	( <b>Bengala</b> ) Vicente Banguella		
45	Antonio Pereira		
46	( <b>África Ocidental</b> ) Manoel Mandinga		

Fonte: Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque. Em 02 de Março de 1780. REF. BR. APMT. RFP. CA 0137CAIXA N° 002. O número a frente dos nomes é a relação nominal.

Conforme carta do mestre de obra Capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda enviada em 4 de outubro de 1778 a Luiz de Albuquerque, percebemos que para os militares não era agradável servir ou sentar praça em linha de fronteira, quando muitos eram forçados a abrir mão do convívio de seus lares, outros eram obrigados pela coroa a ficar por longo tempo distante dos seus familiares. Outros ainda eram obrigados a pagar suas penas com a coroa, como alternativa de punição, seu soldo era diminuído em um terço e por vez havia a falta de pagamento dos seus comandados e conclama:

O salário dos soldados e oficiais que resguardam a fortaleza sendo um valor expressivo de 40 mil réis. O impasse quanto ao salário é que possa haver um aumento para mais 20 mil réis, abrindo uma diferenciação entre o comandante e os seus comandados, até porque a responsabilidade a frente do comando é de extrema importância para que se possa manter uma guarnição ali na fronteira de forma permanente. A mesma carta questiona, como que o engenheiro Alexandre José de Sousa ganha um soldo de 40 mil réis sem entender de engenharia militar e com tempo suficiente para ajustar seus negócios particulares?

O oficial militar pede um salário à altura de seu posto e sua posição de



comandante, e por entender um pouco mais de construção de taipa, ver que é justo o seu pedido, já para os demais companheiros, faz uma ressalva quanto a Praça de Belém onde os militares são muito bem remunerados naquelas paragens e porque então não poderia comparar seus salários, sendo que ambos estão em linha de fronteira com os mesmos objetivos, de proteger a o espaço português? Informou-lhe ainda que 1/6 dos soldados ficaram sem receber o pagamento e os mesmos chegaram com seu comandante e lhes avisaram que sem pagamento, todos pediriam baixas da corporação<sup>52</sup>.

Percebemos que durante toda a construção da fortaleza, se tem anotações de tudo que era necessário, como registro do cotidiano, dos comandantes daquela obra, cartas, ofícios, diários e bilhetes. Algumas informações eram enviadas com certa urgência para Vila Bella, sede do governo da Capitania de Mato Grosso, na expectativa de deixar o governador informado. Dessa maneira, o processo de construção do Real Forte Príncipe da Beira será acompanhado pela coroa até a sua fase de conclusão e inauguração.

No início de cada ano, fazia-se um levantamento, uma espécie de registro de campo do quantitativo de trabalhadores que estavam operando na obra, para ter ideia da necessidade de novos trabalhadores, como aparece no registro (Fig. 22) de 2 de março de 1780, da carta enviada pelo Capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao governador Luiz de Albuquerque mostrando a seguinte relação de trabalhadores:

<i>Mappa da distribuição diária dos perários actuaes desta obra 1780.</i>	
<i>Na Pedreira</i>	<i>28</i>
<i>Equipagem do Botte</i>	<i>15</i>
<i>Nos Carros</i>	<i>26</i>
<i>Fazendo Cestos</i>	<i>3</i>
<i>Transportando Materiaes</i>	<i>32</i>
<i>Amassando Barro</i>	<i>8</i>
<i>Fazendo Cál</i>	<i>2</i>
<i>Com os Cavallos</i>	<i>3</i>
<i>Doentes da Fazenda Real</i>	<i>7</i>
<i>Doentes de particulares</i>	<i>6</i>
<i>Emvalidos</i>	<i>2</i>
<i>Soma</i>	<i>152</i>
<i>O Ajuda Engenheiro Director José Pinheiro de Lacerda</i>	

**Figura 19 – Mappa da distribuição diária dos perários actuaes desta obra 1780.**  
**Fonte: REF. BR. APMT. RFP. CA 0137 CAIXA N° 002.**

<sup>52</sup> - Carta do mestre de obra Capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda em 4 de outubro de 1778  
 REF. BR. APMT. RFP. CA. 0044 CAIXA N°001

Para os governadores da Capitania de Mato Grosso não foi fácil manter um controle dos trabalhadores na obra, sem o apoio dos militares, feitores, assim como dos auxiliares seria impossível tamanho resultado. Dessa maneira, a coroa era informada de tudo que acontecia no canteiro da obra.

#### 4.1. Doenças

Havia no forte uma preocupação com as doenças tropicais que durante o período do inverno, a cheia do rio Guaporé trazia consigo mais mosquito e estes atacavam os trabalhadores não deixando sossegar. Cerca de um quinto dos trabalhadores do forte ficava doente de malária segundo a carta enviada do comandante do forte Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 11 de junho de 1777, fato que atrasou a conclusão da obra por várias vezes levando a óbito muitos de seus trabalhadores:

o Furriel Félix Botelho de Queiros e José da Cunha foram acometidos por sezões assim como narra a morte do preto Manoel Gomes, sendo o melhor escravo pedreiro. A maior preocupação dos comandantes era em não deixar o serviço nas mãos dos feitores, porque este também tinha suas obrigações<sup>53</sup>.

Durante todo o período da construção, é possível encontrar nas cartas enviadas do forte para a capitania de Mato Grosso, relatos sobre as sezões<sup>54</sup>, como a malária, enfrentadas pelos trabalhadores e ocupantes do forte no período de chuvas. Domingos Sambucete relatou em carta que enviou ao governador Luiz de Albuquerque no dia 8 de janeiro de 1777, que o *capitão Poupino havia adoecido e que mesmo tendo sua saúde debilitada, não deixava de cumprir suas obrigações em vigiar os negros na obra do forte*<sup>55</sup>. Mesmo com o corpo fraco, debilitado por causa das fortes dores que a doença apresentava aos trabalhadores, o trabalho não poderia parar.

Já em carta enviada pelo Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 18 de março de 1777, informa ao governador que o engenheiro da obra Domingos Sambucete foi acometido pela malária e relata, *a terrível moléstia sofrida pelo engenheiro vinha acompanhada de vômito quando toda às vezes ao tomar um chá de fumo bravo caía*

<sup>53</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque em 11 de junho de 1777 REF. BR. APMT. RFP. CA 0017 CAIXA Nº 001

<sup>54</sup> Doença infecciosa causada por parasitas do sangue do género Plasmodium, transmitida ao homem pelo mosquito anófele, que se manifesta geralmente por sezões (Malária). (FIO CRUZ, 2015).

<sup>55</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete ao Governador Capitão General da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mele Pereira e Cáceres enviada em 8 de janeiro de 1777.

*parecendo que perdia o fôlego*<sup>56</sup>, essa epidemia causada pela malária, era mais comum nos períodos chuvoso, vinha acompanhada de catarão e diarreia, o que comprometia todo trabalho.

A referida carta informava ainda, as condições dos trabalhadores que estavam acamados, não tendo ânimo para executar o serviço da obra e mencionava que, *os trabalhadores também sofriam por causa da malária e por causa da mesma, o taipeiro e seu ajudante não conseguiram colocar a pedra*<sup>57</sup>, por não ter por onde pegar e pela falta de cativo que hora e outra caía sobre o efeito da doença comprometendo o trabalho na obra.

Além do trabalho árduo na construção do forte e das duras condições geradas pelas distancias, os trabalhadores da fortaleza ainda sofriam com ataques de mosquitos do tipo pium que os acometiam de picadas tirando-lhes a paz, durante dia e noite, o que gerava prejuízos ao andamento da obra.

Na tentativa de amenizar a situação das ferradas dos mosquitos, em carta enviada em 6 de novembro de 1776, o ten. José Manoel Cardozo pede a Luiz de Albuquerque, o *investimento em mosquiteiros, principalmente aos escravos oficiais da pedreira*<sup>58</sup>. Para não deixar atrasar a obra, com tanta enfermidade que a todo instante aparecia aos trabalhadores, o feitor, encarregada de manter a mão de obra na construção do forte sempre ocupada, não poderia cair doente, pois sem sua presença os trabalhadores paralisavam.

A comunicação entre o forte e a capitania de Mato Grosso foi mais intensiva no verão, quando havia um intervalo da chuva, chegando de 4 a 6 cartas enviadas ao mês, já no inverno, havia certo limite dessa comunicação, de 1 a 2 cartas ao mês.

Durante todo o ano, atividades como a retirada de madeira, a fabricação das telhas, o corte das pedras com o seu faceamento, a construção de canoas e de material para usar na engenharia como andaimes, transcorriam normais para não prejudicar o andamento da obra.

## **4.2. Conflitos e Punições no Real Forte Príncipe da Beira**

<sup>56</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque. 18 de março de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0014 CAIXA Nº 001

<sup>57</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque. 18 de março de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0014 CAIXA Nº 001

<sup>58</sup> - Carta do Engenheiro Domingo Sambucete para Luiz de Albuquerque em 6 de novembro de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0007 CAIXA Nº 001

No espaço que foi montado para servir de canteiro de obra para a construção do Real Forte eram frequentes as contendas entre seus trabalhadores, sendo eles, índios, negros escravos e forros assim como militares e trabalhadores livres contratados para a obra.

Durante todo o processo de construção do forte, a coroa portuguesa procurou conter os ânimos dos trabalhadores, sendo eles: militares ou civis, escravos livres ou de aluguel, nativos ou não, todos eram submetidos a leis estabelecidas pelo governo português.

Nas cartas consultadas, se faz pouca menção da participação do índio na construção do forte, o que também não invalida a sua participação em atividades extra como: remeiro, trilhadores, pescadores. Em carta enviada pelo Ten. de Dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha a Luiz de Albuquerque no dia 15 de agosto de 1778, *confirma a chegada de alguns índios que vieram fugidos das minas espanhola de São Joaquim, e que queriam seguir, mas foram contidos pelos portugueses e passaram a servir no forte*<sup>59</sup>.

O furriel Félix Botelho de Queiros, cabo de esquadra era encarregado de distribuir as missões aos trabalhadores, ficava responsável de vigiar, tanto os negros, como o feitor e carpinteiro, para que cumprissem suas obrigações, ordenando também que o feitor fizesse a contagem dos trabalhadores no final de cada expediente e quando houvesse descanso. O feitor era responsável ainda *pelas ferramentas e gêneros da Real Fazenda*<sup>60</sup>.

Dentre as informações que chegavam do Real Forte Príncipe da Beira a capitania de Mato Grosso, entre elas a carta enviada por Miguel José Rodrigues comandante do Forte para Luiz de Albuquerque no ano de 1778 estando incompleta, fazia o seguinte relato:

ajudantes e comandantes falando mal um do outro, de negros ajudantes de engenharia que ficaram devendo a lavagem de roupa feita pelas negras, do roubo de galinhas feito na casa de umas negras e de certo negro sangrador do Real Forte e servente do hospital que entregava-se a bebida<sup>61</sup>.

A mesma carta<sup>62</sup> *afirmava que o alcoolismo era um dos problemas enfrentados pelos trabalhadores negros do Forte Príncipe, sendo necessário manter as rédeas sempre curta desses trabalhadores.*

<sup>59</sup> - Carta do tenente de Dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha a Luiz de Albuquerque em 15 de agosto de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0034 CAIXA N° 001

<sup>60</sup> - Carta de Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque, 10 de março de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA. 004 CAIXA N° 001

<sup>61</sup> - Carta (Incompleta) enviada de Miguel José Rodrigues ao governador da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA 0028 CAIXA N° 001

<sup>62</sup> Carta (Incompleta) enviada de Miguel José Rodrigues ao governador da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA 0028 CAIXA N° 001

O subcomandante do Forte Manoel Caetano do Nascimento não aceitava certa liberdade de seus trabalhadores, como o de não comparecer ao trabalho, indo vadiar na beira do rio, chegando a ponto de intervir no comando e no controle dos trabalhadores da obra como relata a carta de Sambucete ao governador Luiz de Albuquerque do dia 10 de março de 1776, quando mencionando a interferência do Cabo de Esquadra Félix Botelho de Queiroz:

Andou dizendo que a obra era uma conservação de negros que não lhes aplicavam os castigos, e que certo dia foi visitar a construção e viram vários negros vadiando pela praia em pleno horário de trabalho, os negros deveriam ser castigados conforme o modelo de Macapá. O comandante do forte e da obra alerta para que haja uma harmonia entre os seus subalternos, para isso dispensa a crueldade sem necessidade aos seus negros<sup>63</sup>.

Nesse cenário de trabalho exaustivo, as diferenças sociais eram motivadas pelas culturas existentes nessa sociedade que estava se moldando na fronteira. Nesse território, explodia esporadicamente quando a forte tensão que havia no canteiro da obra trazia à tona suas resistências culturais, como a raça.

A relação social no forte foi pautada por negociações e solidariedades entre seus habitantes, pois viver em um ambiente hostil com violência, doenças tropicais e solidão, levou os indivíduos a aprenderem a conviver de forma harmoniosa. Essa realidade, com certeza vai proporcionar momentos de aproximação entre esses eles, mesmo pertencendo a outras classes, grupos étnicos e sociais.

Durante a construção do Real Forte, negros e militares foram castigados por seus atos de desobediência pelo simples fatos de falar com seu superior com o chapéu na cabeça, desrespeitava assim os bons costumes que tinha sido implantado naquela linha de fronteira, ou pelo elogio que recebiam a exemplo do soldado Theodozio que encontrou dois erros de caligrafia na frase que vai acima do portal da fortaleza. Como foi o primeiro a encontrar a grafia errada, tratou de arrumar ganhando elogio moral do comandante do forte. Outro negro lavrador de pedra por nome Agostinho ganhou elogio segundo a carta enviada pelo capitão Joaquim Lopes Poupino ao governador Luiz de Albuquerque no dia 30 de abril de 1777, *mencionando elogio dado ao negro Agostinho que como ajudante do oficial Patrício Antônio,*

---

<sup>63</sup> - Carta do Engenheiro Domingos Sambucete ao governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 14 de janeiro de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0003 CAIXA Nº 001

*lavra uma pedra como qualquer outro oficial de pedreira*<sup>64</sup>. Tudo indica que essas atitudes de valorizar a competência e capacidade dos trabalhadores implicavam até em promoção quando necessário, uma regalia que chegava a poucos.

Toda uma estrutura para controlar seus trabalhadores foi montada nesse ambiente, assim como as punições dos mesmos realizados por seus feitores aos escravos que cometiam atos de violência como nos informa a carta do Ten. de Dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha de 15 de agosto de 1778, ao governador Luiz de Albuquerque sobre a briga de dois negros da Fazenda Real, *um deu uma facada na barriga do outro negro da Real Fazenda, logo o mesmo foi pego e foi castigado no tronco*<sup>65</sup>. Esse tipo de castigo era comum, e no ato da apreensão do acusado, o mesmo não resistia tamanho castigo e chegava a morrer.

### 4.3. Abandono

A construção do Real Forte Príncipe da Beira foi a maior obra arquitetônica militar feita por negros, índios e militares portugueses fora da Europa, segundo João Severiano da Fonseca:

É na verdade imponente e grandiosa obra d'arte essa fortaleza, construída conforme os preceitos da arte de guerra, todos menos um; mas esse de ordem tal, que sua falta torna desnecessária a existência dos outros, e, por conseguinte desnecessária, por absurda, essa formidável máquina de guerra. É pena, que está situada na mais imprestável região. É apenas, que está situado na mais imprestável posição (SEVERIANO 1986. p. 216).

Aos aventureiros que transitavam pela região oeste da capitania de Mato Grosso segundo Denise Maldini Meireles, *retratam a visão de um mundo inacabado, em que o isolamento e o abandono aparecem como lúgubres faces da realidade, destruindo um ícone que parecia desafiar a própria temporalidade* (MEIRELES, 1989, p. 188).

Severiano da Fonseca que esteve na região por volta dos anos de 1875 a 1878, pôde constatar que o forte estava com os seguintes aspectos:

[...] erguido numa colina, espigão ainda dos Parecis que nela vem a morrer

<sup>64</sup> - Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino ao governador Capitão General da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 30 de abril de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0016 CAIXA Nº 001

<sup>65</sup> - Carta do tenente de Dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha a Luiz de Albuquerque. 15 de agosto de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0034 CAIXA Nº 001

no Guaporé, é completamente invisível de quem desce o rio e mal entrevista pelos que o sabem, que a custo só podem descortinar por sobre o cimo das matas o frontal da entrada e a linha superior do parapeito das baterias da frente e contempla: é deveras imponente e majestoso; e confesso, à puridade, que ao contemplá-lo tive pena, pesar verdadeiro, de existir tal monumento em lugar aonde apenas um ou outro degredado, um ou outro selvagem e o raríssimo viajante que de necessidade lhe chega ao porto, terá ocasião de contemplá-lo. (SEVERIANO 1986. p. 216)

Aos navegantes que se aproximam pelo rio Guaporé não é dado avaliar com orgulho a visão de que se tem do Real Forte príncipe da Beira, quando chegado ao porto, é somente depois de caminhar subindo a ladeira, que ele se revela aos olhos do viajante, como formidável, majestoso e imponente muralha de pedras perdido na floresta.

Estando abandonada e isolada, a fortaleza Príncipe da Beira, será esquecida assim como a região do Guaporé. Aos moradores do entorno, será impossível descrever esse contratempo de abandono, muito menos perceber a mudança que vinha acontecendo de forma lenta, como consequência de mudança de regime no Brasil, não havendo tempo para registrá-la.

Após dois séculos da sua construção, o Real Forte Príncipe ainda impressiona os viajantes que se aproximam dele, seja por via terrestre ou fluvial. Quem vem por via terrestre, percorrendo 28 km de estrada de chão aberta pelo exército, quando acaba a mata fechada, se depara de forma inesperada com a fortaleza, sentindo um impacto ao em sua frente de forma repentina a grande muralha no meio de um clarão aberto no passado para sua construção. Suas muralhas parecem emergir da terra, se completando com uma paisagem que impressiona seu visitante.

Pela geografia do local, o forte foi construído em uma área estratégica, com uma boa visualização de quem passava pelo rio, para que os militares presentes na guarda da fortaleza pudessem usar o poder de fogo do canhão, podendo visualizar melhor o inimigo que navegaria pelo rio Guaporé. Com um horizonte limpo, sem interferência de qualquer obstáculo natural, os militares não sofreriam qualquer ataque surpresa, mas o que se tem visto é uma imensa construção com suas muralhas de pedras ferruginosas.

O abandono do Real Forte já era sentindo em 15 de abril de 1815 quando em uma carta enviada pelo capitão do Forte Manuel Cândido Pinto ao governador de Mato Grosso João Carlos Augusto d'Oeynnhausem, fazia as seguintes ponderações, *reclama da falta de gente no forte e que teria muito trabalho para ser realizado como, por exemplo, a colheita de*

*arroz, feijão* <sup>66</sup>.

Em sua expedição pelo oeste da Capitania de Mato Grosso, Manoel Rodrigues Ferreira relata que *a guarnição do forte estava composta de um cadete servindo de sargento e dez soldados, dos quais quatro estão destacados nas pedras e três no Itonamas, ficando três para o serviço do Forte* (FERREIRA 1961 p.234). Com um número cada vez reduzido de militares para guardar a fronteira, ao surgir à República em 15 de novembro de 1889, assim como toda doutrina triunfante, passou a oficializar uma história cujo objetivo era criar um repúdio ao regime anterior, a monarquia. Seu abandono marcou a passagem do Império para a República que para Manoel Rodrigues Ferreira, *a República desprezou como pôde a monarquia que findou em 1889* (FERREIRA, 1961, p.245).

Ao passar pelo Real Forte em 1869, Joaquim Ferreira Moutinho faz as seguintes observações:

[...] está hoje o forte em estado muito ruinoso, mas assim mesmo é ainda um padrão de glória, que nunca deixará de lembrar as futuras gerações o quanto valerão os portugueses. [...] o governo do Brasil tem quase abandonado esse monumento, não obstante a sua necessidade de que dele terá, quando por ventura aparecerá desavença com a república da Bolívia. [...] Quem viu, porém como nós a nenhuma importância que se dava ao Forte de Coimbra, chave da província pelo lado Paraguai, em cujo vale existia as suas maiores riquezas, não deve admirar o abandono do Forte de Príncipe da Beira. (MOUTINHO. 1869. p. 162)

Com o surgimento da República em 1889, os últimos militares que resguardavam a fortaleza foram retirados que de acordo com Manoel Rodrigues Ferreira abriu espaço para:

Os bolivianos da fronteira passaram a atravessar o rio Guaporé e a saquear o glorioso Real Forte Príncipe da Beira, retirando suas telhas, o madeiramento do telhado, as imagens da capela, os sinos, as pesadas portas, piso da construção feita de tijolos, levando tudo que podia saquear (FERREIRA, 1961, p. 245).

Só não há vestígios de fogo em seu interior, devido às paredes não sofrer tal impacto e que naquele conjunto de pedra não fazia tanta importância. O abandono do Real Forte Príncipe da Beira em 1889, foi semelhante com o que ocorreu em NIOAC<sup>67</sup> após a guerra do

<sup>66</sup> - Carta do comandante geral Manoel Antônio Pinto ao governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto d'Oeynhausem e Gravemberg em 18 de maio de 1815. REF. BR. APMT. CA 1238 CAIXA Nº 017

<sup>67</sup> *Cidade brasileira que ficava na região de Mato Grosso, fronteira com o Paraguai, que ao ser abandonada pelos brasileiros que viviam ali apreensivos pelo ato da Guerra do Paraguai, tudo foi queimada e saqueada*



Paraguai, quando essa cidade foi totalmente saqueada pelo inimigo.

Num período de 50 anos, o Real Forte ficou totalmente esquecido na região de fronteira, até ser reconhecido pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon no ano de 1911 (Fig.23) em uma de suas missões pela Amazônia.



**Figura 20 - Rondon no Forte Príncipe em 1929.**  
**Fonte: NUNES. 1985 p. 308.**

Tão logo foi revelado pela Comissão Rondon, o forte foi ocupado pelo exército brasileiro em 1930 que o conserva até os dias atuais, buscando conscientizar os moradores locais e os visitantes da sua importância histórica como símbolo de poder da coroa portuguesa

---

*pelo inimigo, exceto a igreja que foi poupada, não por sentimento religioso, mas ao contrário para servir a uma cilada infernal. (TAUNAY. 1919. p.196)*

no Brasil.

Após sete anos da visita da Comissão Rondon, o mesmo foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em agosto de 1950, sob o número do registro Nº 395.

Para Manoel Rodrigues Ferreira, *o que o homem tinha a saquear, a destruir no forte, já o fez, depois disso, a natureza encarregou-se de continuar a obra de destruição* (FERREIRA 1986, p.246).

Em tempos atuais, não se tem mais visto as mensagens que foram gravadas nas paredes do calabouço, feitas pelos ocupantes daquela prisão relatando seus derradeiros momentos ali vividos, as correntes cravadas nas paredes foram arrancadas e levadas embora por saqueadores. Algumas paredes das residências internas já vieram ao chão, outras estão sendo sustentadas por intervenção humanas para que possam resistir ao tempo, alguns baluartes sofrem com infiltração da água da chuva em seu interior, o que compromete ainda mais sua estrutura. Além disso, as árvores de vários tamanhos e espécies crescem em suas muralhas rasgando a pedra cal.

Para Manoel Rodrigues Ferreira, essa obra foi um *milagre da vontade humana e a afirmação das qualidades inextinguíveis de uma raça que, navegando mares desconhecidos, descobriu novos mundos preparando o advento do Renascimento* (FERREIRA, 1961, p. 241).

Entramos no século XXI e os jornais regionais anunciavam a restauração da fortaleza como nos mostra a reportagem de um jornal local com a seguinte manchete: *Forte Príncipe será restaurado* (Porto Velho 28/29 de junho de 2008- caderno D) . A esperança de ver a restauração do forte fascina os antigos moradores da região, que aspira a oportunidade a exploração do turismo.

Os trabalhadores negros, índios e brancos militares que foram usados para a construção do Real Forte, deixaram suas marcas em cada pedra que foi erguida naquela fortaleza, com esforço, sacrifício e persistência, esses construtores das mais variadas profissões, vindo de várias partes da colônia, encontraram no oeste da capitania de Mato Grosso um ambiente difícil de viver, enfrentando as doenças tropicais como a malária, quando dezenas serão tomados pela doença e serão consumidos pela morte. Mesmo tendo de enfrentar

as duras punições impostas pela coroa, esse trabalhadores deixarão registrados nessa capitania de Mato Grosso a presença da coroa portuguesa na conquista e preservação desse território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucos são os estudos que retratam o processo de construção das fortalezas espalhadas pelo Brasil, assim como os seus agentes construtores. A respeito da construção do Real Forte Príncipe, tem-se buscado uma interpretação das leituras feitas sobre seu processo construtivo, assim como ressaltar a importância de seus operários e os demais elementos que colaboraram para essa conquista.

No Brasil, se tem buscado conservar seus monumentos militares, como é o caso do Real Forte Príncipe da Beira, integrado ao Estado de Rondônia que segundo FARIA (1996), *desprovido da sua função estratégica primitiva, mantém, ainda hoje, o forte simbolismo do testemunho de uma Nação nascente em construção.*

O Real Forte Príncipe da Beira não foi construído somente para defesa dos interesses territoriais português, representou também com sua ostensiva construção, o impacto ambiental da área onde foi construído, a violência e outros males causados por sua dominação. Quando os conflitos com os espanhóis foram transferidos para as margens do rio Paraguai, a fortaleza ficou inativa e passou a ser usada como destino terminal de desterrados, até o seu completo abandono.

A construção teve o objetivo de garantir o resguardo da fronteira e de manter os produtos que eram comercializados pela Companhia Geral do Comércio do Grão Pará usando a via Guaporé/ Amazonas, essa mesma companhia já havia sido extinta em 1778, mas esteve sob o controle do monopólio até 1803. A construção do forte trouxe estabilidade na fronteira durante o século XVIII e XIX com o espaço dominado, sua presença garantirá a Portugal o controle da América portuguesa na fronteira Inter dominial.

Neste trabalho abordamos questões que mesmo sabendo do seu significado não se dava importância, como o processo construtivo que gerou a construção do forte, servindo para provocar outras ciências, como a geografia, a matemática, a biologia, para que juntas possam caminhar no sentido de buscar esclarecimento quanto ao impacto ambiental causado por essa construção ou os valores aplicados nessa construção. Essas eventuais dúvidas poderão alicerçar ainda mais o campo da sabedoria.

Neste trabalho colocamos em prática o exercício de leitura paleográfica, o que nos

trouxe uma nova experiência permitindo uma visão geral de como a comunicação através do papel foi um fator importante para a compreensão e construção de aspectos da história do forte. Compreender as linguagens e grafia contidas nas cartas dos Capitães Gerais foi um desafio ainda maior que podem suscitar outras pesquisas futuras.

Nos seus 515 anos de história, o Brasil teve aproximadamente 341 fortalezas que para Aníbal Barreto (2010) *todas foram construídas com um propósito de garantir seu domínio sobre o espaço a ser conquistado, surgindo como símbolo de poder e proteção na fronteira portuguesa*. Desse montante restam apenas 109, sendo que 40 já foram tombados pelo, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Aos militares que se instalaram na região com a missão de servir a coroa, por inúmeras vezes passaram por dificuldades, para não descumprir o dever de estabelecer naquele ponto a presença do estado, sofrendo com a falta de contingente, que por vez e outra solicitavam a presença de mais praças para ajudar na construção do forte, como relata a carta de 13 de abril de 1815 enviado pelo capitão do Forte Manuel Cândido Pinto ao governador de Mato Grosso João Carlos Augusto d'Oeynnhausem<sup>68</sup>. Percebendo a ausência do governo português, o desespero chega à guarnição, quando três soldados que estavam doentes e acorrentados um no outro conseguiram transpor a muralha com ajuda de uma escada onde fugiram para o lado Espanhol.

Essa pesquisa permitiu conhecer as intenções dos portugueses no oeste da Capitania de Mato Grosso, que tinha como objetivo proteger a área que seriam por eles explorados, para isso, foi necessário tomar e criar novas fortalezas para delimitar e balizar a região. O processo de fortificações foi montado pelos portugueses nas calhas dos principais rios para garantir um domínio provisório até a criação do Tratado de Madri (1750) quando os portugueses que já estavam na área, passaram a consolidar de fato e direito a posse daquela região, atingindo inclusive o Alto Guaporé.

Assim que foi encontrado ouro na região do Guaporé em 1734 pelos irmãos Arthur e Fernando Paes de Barros, a coroa portuguesa teve suas preocupações voltadas para as minas do Guaporé que ficando próximo da capitania de Mato Grosso, davam acessos as minas de Cuiabá, a passagem pelo Guaporé preocupava a coroa que decidiu balizar aquela fronteira com a criação da Capitania de Mato Grosso em 1748 e conseqüentemente a construção de

---

<sup>68</sup> Carta enviada pelo capitão do Forte Manuel Cândido Pinto ao governador de Mato Grosso João Carlos Augusto d'Oeynnhausem em 13 de abril de 1815. BR. APMT.RFP. CA. 1235 CAIXA N° 0017

duas fortalezas, a de Coimbra (1775) e do Real Forte Príncipe da Beira (1775), assegurando assim suas riquezas e domínio na região oeste daquela capitania, deixando os espanhóis descontentes com suas atitudes.

O uso da mão de obra de alguns escravos especializados em construção de fortaleza, como pedreiro, artífices e outros, ajudará no empreendimento do Forte Príncipe, que buscando ascensão social, irá gerar certo prestígio, assim como a participação de trabalhadores livres contratados em várias regiões para a construção do forte, que passaram a ensinar o ofício da profissão de artífices para os demais trabalhadores, negros, índios e militares. Com a participação da mão de obra indígena dos mojos, seria impossível levar adiante o projeto da construção do Real Forte, podendo comprometer a integração entre as Capitânicas de Mato Grosso ao Grão Pará. O militarismo foi outra opção usada para engrossar esse contingente de operários, além do papel de segurança que eram executados por esses agentes na fronteira, serviram também como trabalhadores na construção do Forte, sua hierarquia de comando era notável mesmo estando servindo em região de fronteira. Todas as dificuldades para a construção do Forte foram sentidas e pensadas por seus representantes que não se deixaram abater pelos obstáculos. A presença do negro e índio é visto pela historiografia regional de forma limitada como parte indispensável para a construção do Real Forte. A presença desses agentes, negro e índio aos poucos foram sendo inseridos como participante direto dessa conquista.

A origem desses trabalhadores, com suas habilidades e funções dentro do processo construtivo do forte, farão o diferencial nesse empreendimento. Já as doenças, em certo período do ano foram responsáveis pelo atraso da obra. As correspondências enviadas para a capital da capitania de Mato Grosso, pedindo socorro imediato para determinado assunto, como o envio do ouro. Nesse trabalho foi preciso mencionar as punições sofridas pelos trabalhadores quando esses descumpriam ordens de seus comandantes, como o desrespeito com seus superiores e o não cumprimento do dever ou pelo simples desejo de alterar a ordem vigente estabelecida pela coroa portuguesa. O aspecto de abandono do Real Forte Príncipe nos leva a acreditar que essa construção serviu a coroa portuguesa até o momento em que os espanhóis tinham a intenção de exploração à riqueza mineral como o ouro e vegetal como o cacau daquela área fronteira.

Consideramos que todo o procedimento que se deu para a realização da obra do Real Forte Príncipe da Beira, necessitou de um esforço grandioso da coroa portuguesa para

resguardar a região da Capitania de Mato Grosso que hoje se encontra no Estado de Rondônia. Acreditamos que muito tem a pesquisar, analisar e compreender sobre o Real Forte Príncipe da Beira, inclusive sobre os aspectos construtivos deste forte aqui discutido.

Mediante os documentos consultados para essa pesquisa, estamos convencidos em afirmar que Portugal teria sim um plano para fortificar a fronteira com a sua vizinha Espanha e que esse projeto sofreu alterações conforme as circunstâncias que a fronteira oferecia aos seus inimigos, a ponto de mudar por várias vezes a forma a ser adotada inicialmente, deixando Portugal seguro com seu domínio no território.

Com o sentido de proteger, consolidar e expandir seu território conquistado, Portugal inicia a política de avanço da fronteira ainda no governo de Rolim de Moura, quando foi criada a capitania de Mato Grosso em 1748 e que naquela ocasião, procurou balizar o território oeste da colônia, ocupando a missão de Santa Rosa que passará no ano de 1760 a ser Forte de Nossa Senhora da Conceição. Esse forte da Conceição seria o primeiro balizador desta fronteira, que após uma enchente no Guaporé em 1771, veio a ser destruído. Com a criação do Real Forte príncipe da Beira em 1775, essa fortaleza resguardará por definitivo a área conquistada e explorada pela coroa, que após alguns conflitos gerados naquela fronteira nos anos de 1763 e 1766, passa desse período em diante a função de proteger e manter as delimitações no oeste da capitania de Mato Grosso, evitando assim o contrabando praticado pelos espanhóis e assegurando a companhia do Grão Pará a navegação pelos rios amazônicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Arquivos pesquisados:

**APMT** – Arquivo Público do Estado do Mato Grosso

**APERO** – Arquivo público do Estado de Rondônia

**APMN** – Arquivo Público do Museu Nacional do Rio de Janeiro

**EB** – Exército Brasileiro/ 6º Pelotão Especial de Fronteira – PEF - Forte Príncipe da Beira

### Fontes Manuscritas:

Carta da Real Junta feita por Domingos José da Silva Galvão, 1775 sem data de postagem. BR. APMT. RFP. RO. 001 CAIXA N° 001

Carta de Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque, 10 de março de 1776. (REF. BR. APMT. RFP. CA. 0004 CAIXA N° 001)

Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino para Luiz de Albuquerque. 7 de outubro de 1776. (BR. APMT. RFP. CA 0005 CAIXA N° 001)

Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque em 8 de outubro de 1776. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0006 CAIXAS N° 001

Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque. 8 de outubro de 1776. (REF. BR. APMT. RFP. CA. 0006 CAIXA N° 001)

Carta do Engenheiro Domingo Sambucete para Luiz de Albuquerque. 6 de novembro de 1776. ( BR. APMT. RFP. CA. 0007 CAIXA N° 001)

Carta do Comandante José de Melo de Lastro Vilhena e Silva para Domingo Sambucete. 29 de abril de 1776. (REF. BR. APMT. RFP. RO. 0009 CAIXA N° 001)

Carta do Engenheiro Domingo Sambucete a Luiz de Albuquerque. 8 de janeiro de 1777. (BR. APMT. RFP. CA. 0013 CAIXA N° 001)

Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque. 18 de março de 1777. (BR. APMT. RFP. CA 0014 CAIXA N° 001)

Carta de José de Melo Castro de Vilhena Silva a Luiz de Albuquerque. 28 de março de 1777. (BR. APMT. RFP. CA. 0015 CAIXA N° 001)

Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino ao governador Capitão General da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 30 de abril de 1777. REF. BR. APMT. RFP. CA 0016 CAIXA N° 001



Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque. 11 de junho de 1777. (BR. APMT. RFP. CA. 0017 CAIXA N° 001)

Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque. 25 de junho de 1777. (BR. APMT. RFP. CA. 0018 CAIXA N° 001)

Carta do Capitão Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque. 03 de dezembro de 1777. (BR. APMT. RFP. CA 0026 CAIXA N° 001)

Carta (Incompleta) enviada ao governador da Capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA 0028 CAIXA N° 001

Carta do capitão José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque. 21 de julho de 1778. (BR. APMT. RFP. CA 0031 CAIXA N° 001)

Carta de Joaquim Lopes Poupino a Luiz de Albuquerque. 23 de julho de 1778. (BR. APMT. RFP. CA 0032 CAIXA N° 001)

Carta do Engenheiro Domingo Sambucete para Luiz de Albuquerque, 14 de janeiro de 1776. (REF. BR. APMT. RFP. CA. 0034 CAIXA N° 001)

Carta do tenente de Dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha a Luiz de Albuquerque. 15 de agosto de 1778. (BR. APMT. RFP. CA 0034 CAIXA N° 001)

Carta do tenente de Dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha. 21 de setembro de 1778. (BR. APMT. RFP. CA. 0037 CAIXA N° 001)

Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao governador e Capitão General da capitania de mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 03 de outubro de 1778. REF. BR. APMT. RFP. CA. 0041 CAIXA N°001

Carta do mestre de obra Capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda. 4 de outubro de 1778. (BR. APMT. RFP. CA 0044 CAIXA N° 001)

Carta do tenente de Dragões Joseph Manoel Cardoso da Cunha a Luiz de Albuquerque. 17 de outubro de 1778. (BR. APMT. RFP. CA. 0047 CAIXA N° 001)

Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque. 28 de dezembro de 1778. (BR. APMT. RFP. CA. 0064 CAIXA N° 001)

Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda a Luiz de Albuquerque. 02 de Março de 1780. (BR. APMT. RFP. CA. 0137 CAIXA N° 002)

Carta do comandante Geral Manoel Antônio Pinto ao governador e Capitão General da capitania de mato Grosso João Carlos Augusto d'Oeynhausem e Gravemberg em 18 de maio de 1815. REF. BR. APMT. RFP. CA 1238 CAIXA N 017

## Fontes Virtuais

- AUTOBIOBIBLIOGRAFIA: Manoel Rodrigues Ferreira: 1915-2010. Digitalização, eBooksBrasil.org - <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/biomoanel.html>. Acessado em 26-02-2015
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Conferência do Instituto de Estudos Avançados da USP. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf> Acessado em 15-01-2014.
- CANOVA, Loiva. ANTÔNIO ROLIM DE MOURA E AS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM NO INTERIOR DA COLÔNIA PORTUGUESA NA AMÉRICA (1751-1764) Curitiba, 2011. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/25789/TESE%20DOUTORADO%20-%20%20%20%20LOIVA%20CANOVA.pdf?sequence=1>
- CAMARGO, Fernando. **Além da linha: o tema da fronteira no sul do Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300881965\\_ARQUIVO\\_AFRONTEIRANOSULDOBRASIL.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300881965_ARQUIVO_AFRONTEIRANOSULDOBRASIL.pdf) Acessado em 15-01-2014.
- COELHO, Mauro Cezar. A CIVILIZAÇÃO DA AMAZÔNIA – ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS: A Educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho, Revista de História Regional 5 (2):149-174. Inverno 2000. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2110/1591> Acessado em 17-04-2015
- COSTA, Ariadne Ketili. **Meus réis por uma mercê: privilégios e recompensa na trajetória do negociante luso-maranhense**. José Gonçalves da Silva (1777-1811). Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895810\\_ARQUIVO\\_artigoanpuhfinal.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895810_ARQUIVO_artigoanpuhfinal.pdf) Acessado em 15-01-2014
- CROCCO, Adrio Olmedo. BIOGRAFIA DO GENERAL MÉDICO JOÃO SEVERIANO DAFONSECA:Um Herói Brasileiro. 2008. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC\\_2008\\_CFO\\_PDF/CD3%201%BA%20Ten%20AI%20ADRIO%20OLMEDO%20CROCCO.pdf](http://www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC_2008_CFO_PDF/CD3%201%BA%20Ten%20AI%20ADRIO%20OLMEDO%20CROCCO.pdf) Acessado em 08-03-2015
- CUNHA, E. M. C. **A Legislação pombalina e a regularidade do trabalho indígena: tópico para a liberdade e inclusão social do índio ou tábua de salvação para a Coroa portuguesa?** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312931755\\_ARQUIVO\\_artigoanpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312931755_ARQUIVO_artigoanpuh2011.pdf) Acessado em: 15-01-2014.
- CHAVES, Otávio Ribeiro – **Saberes e práticas na fronteira oeste da América portuguesa, século XVIII**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308164924\\_ARQUIVO\\_SaberePra](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308164924_ARQUIVO_SaberePra)

ticasnaFronteiraOestedaAmericaportuguesa.pdf Acessado em 11-06-2014

CRUXEN, E.B. **Castelos e Fortificações como Documentos Histórico-Arquitetônicos: Símbolos para o Estudo das Estruturas de Poder na Península Ibérica Medieval.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300208701\\_ARQUIVO\\_EdisonCruzenCasteloseFortificacoesANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300208701_ARQUIVO_EdisonCruzenCasteloseFortificacoesANPUH2011.pdf) Acessado em 15-01-2014.

FONSECA, Dante Ribeiro da, **A História e a cultura na fronteira rondoniense Brasil/Bolívia.** 2013. Disponível em <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/viewFile/598/633> Acessado em 13-03-2015

GADELHA, Regina Maria A. F. **Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil.** São Paulo. 2002. Disponíveis em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005) Acessado em 16-01-2014

GOMES, R. M. M. **O Imperialismo do Século XIX no Ensino Médio: a Índia sob olhar orientalista e eurocêntrico.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300203757\\_ARQUIVO\\_OImperialismodoSeculoXIXnoEnsinoMedio.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300203757_ARQUIVO_OImperialismodoSeculoXIXnoEnsinoMedio.pdf) Acessado em 12-04-2015.

OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. **Os sertões e as Fronteiras: o avanço das fronteiras agrícolas nas regiões de sertões dos índios brabos em capo alegre da Paraíba Nova.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308110914\\_ARQUIVO\\_ANPHU.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308110914_ARQUIVO_ANPHU.pdf)

SOUSA, James O. **Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial.** Em Tempo de Histórias, n°. 6, 2002. <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/viewFile/2718/2274> Acessado em 03-03-2015.

SECOMANDI, É. R. Defesa do Porto de Santos – fortins, fortes, fortalezas... Preservar é preciso. Disponível em: [http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010\\_6sem\\_palestra\\_DEFESA\\_DO\\_PORTO\\_DE\\_SANTOS.pdf](http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_DEFESA_DO_PORTO_DE_SANTOS.pdf) Acessado em 29-06-2014.

TAVARES, H. M. **Palimpsesto Amazônico: escritos de viagem sobre a Amazônia entre 1730 e 1817.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300478499\\_ARQUIVO\\_ComunicacaoANPUH2.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300478499_ARQUIVO_ComunicacaoANPUH2.pdf) Acessado em 15-01-2014.

## Fontes Bibliográficas

- BARRETO, Aníbal (Cel.). **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011.
- BENTO, Cláudio Moreira, **Amazônia Brasileira: conquista consolidação e manutenção (história militar terrestre da Amazônia 1616-2003)**. Porto Alegre. Genesis. 2003.
- BOXER, Charles Ralph. **Missionários e moradores na Amazônia. In: A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000.
- BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil – Geral e Regional. Vol. VI – **O grande Oeste**. Editora Cultrix. São Paulo. 1967.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Momento de história da Amazônia**. Imperatriz. Ética, 1998.
- CASTILHO PEREIRA, Ione Aparecida Martins Pereira, **MISSÃO JESUÍTICA COLONIAL NA AMAZÔNIA MERIDIONAL: SANTA ROSA DE MOJO UMA MISSÃO NUM ESPAÇO DE FRONTEIRA (1743-1769)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, agosto de 2008.
- CASTRO, Celso. SOUZA, Adriana Barreto. **Presença militar da Amazônia: entre história e memória**. In: Amazônia e defesa nacional. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006
- DEMETRIO, Magnoli. **O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1902)**, São Paulo, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. Mary Del Priore, Renato Venâncio. – São Paulo: Editor Planeta do Brasil, 2010.
- FARIA, Miguel. **Mato Grosso: Estado Fronteira**. In: A formação territorial do Brasil. Revista Oceanos, Número 40 – Outubro/Dezembro 1999.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FELIX, Pedro Carlos Nogueira. **História de Mato Grosso**. 3ª Edição. Editora Defanti. Cuiabá: 2013.
- FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa**. Dissertação de Mestrado UFMT. 2003
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua Portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1993
- FERREIRA, Manuel Rodrigues. **Nas selvas Amazônicas**. Editora Biblos. São Paulo. 1961.
- FONSECA, João Severiano da, **Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878**. Edição Comemorativa do sesquicentenário de nascimento do autor. Rio de Janeiro. 2º Vol. Biblioteca do Exército. 1986.

- FONTANA, Riccardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do século XVIII**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador da Capitania do Mato Grosso**. Cuiabá. FCMT. 1978.
- GALETI, Lylia da Silva Guedes. **Sertões, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Editora Edufimt. Estrelinhas. 2012 - Cuiabá-MT
- GOMES FILHO, Gregório F. **O forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo norte: a ocupação portuguesa no vale do Rio Branco (1775-1800)**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, RS. 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **A época Colonial Vol. 1: do descobrimento expansão territorial/por Aziz N. Ab'Saber...(et al); introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda**. 17ª Edição – Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A época Colonial Vol. 2: administração, economia e sociedade/por Aziz N. Ab'Saber...(et al); introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda**. 17ª Edição – Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.
- HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas. Rio de Janeiro, 1991. Vol. 1.
- JORGE, Octayde da Silva. **Um estudo sobre a história de Mato Grosso – Escola Técnica Federal**. São Paulo. 1982.
- MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiões da Fronteira. Rio Guaporé, século XVIII**. Editoras Vozes – 1989. Petrópolis.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. 1894-1988. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. 2ª edição – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. **"O Caminho do Mato Grosso e as Fortificações Pombalinas da Amazônia"**. RIHGB, Rio de Janeiro, vol. 251, abr/jun de 1961, p. 3-32, mapas.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida d'um roteiro da viagem da sua capital São Paulo**. Typographia de Henrique Schroeder. São Paulo 1869.
- NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1985.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi: **"Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Xororó"**. In: Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 83-116.

PINTO, Emanuel pontes. **Território Federal do Guaporé: fatos de Integração da Fronteira Ocidental do Brasil**. Rio de Janeiro. UFRJ. 1992.

\_\_\_\_\_. **Rondônia evolução histórica**. Rio de Janeiro. Expressão e Cultura, 1993.

\_\_\_\_\_. **Real Forte Príncipe da Beira**. UFRJ 1989.

\_\_\_\_\_. **Hidrovia do Grão – Pará à Mato Grosso: projeto para integração da fronteira oeste da Amazônia colonial entre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé (1797-1800)**. Porto Velho: ABG 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**, 41ª edição. São Paulo. Brasiliense. 1994.

PLANELA, João José. **Aspectos da defesa do Brasil na primeira metade do século XVIII**. Porto Alegre. 1976

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro. Superintendência da Zona Franca de Manaus. 5ª Edição. Editora Civilização Brasileira. 1982.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio. 1957.

\_\_\_\_\_. **Súmula de História do Amazonas**. 3ª Edição. Manaus. Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas. 2001.

RONDON, Gen. Frederico. **Pelos sertões e fronteiras do Brasil**: coleção “estudos Amazônicos”. Editora Reper. Rio de Janeiro, 1969.

SENADO FEDERAL. As obras dos Engenheiros militares Galluzzi e Sambucete e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII. Vol. 46

SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros; um pouco da história rondoniana**. Porto Velho, SEDUC, 1982.

TAUNAY, Alfredo D’escragnolle. **A retirada da Laguna, episódio da Guerra do Paraguai**. Editora Garnier Rio de Janeiro. 1919.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e Dante Fonseca. **História Regional (Rondônia)**. 2ª Edição. Editora Rondoniana. 2000.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **Campesinato Negro de Santo Antônio do Guaporé, identidade, territorialidade e sustentabilidade**. Tese de doutoramento. NAEA/UFPA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Dos campos d’ouro à cidade das ruínas. Grandeza e decadência do sistema colonial português no vale do Guaporé, séculos XVIII e XIX**. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH/UFPA, 1997.

